



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
DNOCS

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2016

Fortaleza
Março/2017

*“Vou embora do sertão
a sorte não quer mudar
a seca maltrata o chão
não deixa a planta brotar
peço a Deus em oração
que proteja cada irmão
que sofre nesse lugar.”*

Guibson Medeiros

Presidente da República

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA

Ministro de Estado da Integração Nacional

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Diretor-Geral

ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

Procuradoria-Geral-PGE

FRANCISCO ARLEM DE QUEIROZ SOUSA

Auditoria Interna - AUDI

NADEDJA FERNANDES CAVALCANTE

Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE

NILO ALBERTO LOPES BARSÍ (interino)

Diretoria de Infraestrutura Hídrica - DI

ROBERTO OTTO PENNA MASSLER

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção - DP

MAXMILIANO CARVALHO MAPURUNGA

Diretoria Administrativa - DA

GUSTAVO HENRIQUE DE MEDEIROS PAIVA

COORDENADORES ESTADUAIS

CEST/PI – ANTONIO DJALMA BEZERRA POLICARPO

CEST/CE – FRANCISCO HERMENEGILDO SOUSA NETO

CEST/RN – JOSE EDUARDO ALVES WANDERLEY

CEST/PB – ALBERTO GOMES BATISTA

CEST/PE – MARCOS ANTÔNIO RUEDA MORAES

CEST/SE – ANAILTON DE JESUS RIBEIRO

CEST/AL – PAULO MAIA DE SOUZA VALENTE

CEST/BA – HERALDO EDUARDO ROCHA

CEST/MG – GUILHERME DIAS RAMOS

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, aos órgãos de controle interno e externo e a sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154 e 156/2016.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CDRU	Contratos de Concessão de Direito Real de Uso
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CEST	Coordenadoria Estadual do DNOCS
CPGE	Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica
CGU	Controladoria Geral da União
DA	Diretoria Administrativa
DP	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção
DI	Diretoria de Infraestrutura Hídrica
DOU	Diário Oficial da União
DN	Decisão Normativa
E-SIC	Sistema Gerenciado pela Ouvidoria da Controladoria Geral da União
GDACE	Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
GDPGPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
IFOCs	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IN	Instrução Normativa
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUC	Núcleo de Correição
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programas de Aceleração do Crescimento
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PISF	Projeto de Integração do Rio São Francisco
PPA	Plano Plurianual
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse SIG
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISOUVIDOR	Sistema Gerenciado pela Ouvidoria do Ministério da Integração Nacional
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TED	Termos de Execução Descentralizada
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

Apresentação

1. Visão geral da Unidade prestadora de contas
 - 1.1 Identificação da Unidade
 - 1.2 Finalidade e competência
 - 1.3 Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão
 - 1.4 Ambiente de atuação
 - 1.5 Organograma
 - 1.6 Macroprocessos finalísticos
2. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional
 - 2.1 Planejamento Organizacional
 - 2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício
 - 2.1.2 Estágio de implementação do Planejamento Estratégico
 - 2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos
 - 2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos
 - 2.3 Desempenho orçamentário
 - 2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade
 - 2.3.2 Ações não previstas LOA do exercício e executadas através de Termos de Execução Descentralizada
 - 2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
 - 2.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos
 - 2.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas
 - 2.3.5 Informações sobre a execução das despesas
 - 2.4 Desempenho Operacional
 - 2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho
3. Governança e Gestão de Riscos
 - 3.1 Descrição das Estruturas de Governança
 - 3.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados
 - 3.3 Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna
 - 3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
 - 3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos
4. Áreas especiais da gestão
 - 4.1 Gestão de pessoas
 - 4.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura
 - 4.3 Gestão ambiental e sustentabilidade
 - 4.4 Gestão da tecnologia da informação
 - 4.4.1 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)
5. Relacionamento com a sociedade
 - 5.1 Canais de Acesso do Cidadão
 - 5.1.1 – Serviço de acesso à informação
 - 5.1.2 Ouvidoria
 - 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão
 - 5.3 Aferição do grau de satisfação dos Cidadãos-usuários
 - 5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

6. Desempenho financeiro e informações contábeis
 - 6.1 Desempenho financeiro no exercício
 - 6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
 - 6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
 - 6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas
7. Conformidade da Gestão e demandas dos Órgãos de Controle
 - 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU
 - 7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno
 - 7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário
 - 7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993
 - 7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
8. Outros itens de informação
 - 8.1 Parecer ou relatório da Unidade de Auditoria Interna
 - 8.2 Rol de Responsáveis
 - 8.3 Relatório de Instância ou Área de Correição
 - 8.4 Declarações de integridade
 - 8.4.1 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registros dos Atos de Admissão e Concessões
 - 8.4.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas
 - 8.4.3 Declaração de integridade das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 - 8.4.4 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI
 - 8.4.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

APRESENTAÇÃO

Por este documento, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS coloca à disposição dos órgãos de controle e da sociedade, o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2016, com o objetivo apresentar as principais atividades realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, durante o exercício, em cumprimento ao Art. 70 da Constituição Federal e elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nºs 154 e 156/2016.

O orçamento da instituição em 2016 foi da ordem de R\$ 1,17 bilhões e, após alterações orçamentárias transcorridas no exercício, R\$ 1,28 bilhões, com nível de execução de 67,94% em relação à dotação autorizada (considerando a despesa liquidada e desconsiderando contingenciamentos e bloqueios pela SOF até o final do exercício).

Sua atuação está relacionada à gestão dos recursos hídricos, envolvendo o aproveitamento destes recursos através da produção agrícola e aquícola. Desta forma, executa a construção e recuperação de obras de captação e acumulação de águas superficiais, perfuração de poços e dessalinização de águas subterrâneas, construção de obras de controle da derivação e adução da água, elaboração de planos e projetos estratégicos de produção e administração de recursos hídricos, implantação e administração dos Projetos Públicos de Irrigação.

No entanto, em razão do longo período de estiagem a que está submetido o semiárido brasileiro, o DNOCS teve que priorizar ações emergenciais, com o apoio e parceria do Ministério da Integração Nacional e Agência Nacional de Águas, para, através dos Termos de Execução Descentralizada, realizar, principalmente, a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em benefício de populações rurais dispersas.

Algumas dificuldades na execução das ações pelo DNOCS podem ser descritas, dentre as quais:

- O momento de mudanças na autarquia, notadamente no que se refere à estrutura da organização, que precisa estar alinhada ao planejamento estratégico, e a prioridades a médio e longo prazo, área de atuação, dentre outros aspectos; Nesse sentido, outro desafio foi a criação do Serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional, que atualmente conta com apenas uma servidora e que necessitará de maior envolvimento dos diversos setores do DNOCS;

- Dificuldades no planejamento e execução de contratos devido à diferenças no cronograma de desembolso estabelecidos pelos Ministérios do Planejamento e da Integração Nacional, criando, para o DNOCS, a necessidade de replanejamentos e/ou priorização de despesas em detrimento de outras;
- Insuficiência de recursos humanos devido a falta de reposição de sua força de trabalho (concurso público), ao grande número de servidores com baixa qualificação e faixa etária elevada, muitos deles em condições de aposentadoria;
- Insuficiência ou retardamento na liberação de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício, inclusive para a recuperação e manutenção de barragens, dificultando o cumprimento à Lei 12.334/2010 (Lei de Segurança de Barragens);
- Portarias nºs 35, de 08/03/2016 e 233, de 29/07/2016, que limitam despesas com locomoção (diárias e passagens), comprometendo a fiscalização e acompanhamento de contratos e convênios firmados pela Autarquia, dentro da regularidade necessária e para cumprimento de normas vigentes, o que resulta em inúmeras demandas dos Órgãos de Controle;
- Prejuízos materiais, sociais e econômicos decorrentes do longo período de estiagem, inclusive nas infraestruturas hídricas. Nesse sentido, o DNOCS precisou disponibilizar servidores e equipamentos, transferindo-os de suas atribuições normais para serviços emergenciais.

As consultas para verificação da execução orçamentário-financeira do orçamento 2016 e os resultados da execução referentes aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, relacionadas aos quadros de execução dos objetivos, ações e planos orçamentários sob a responsabilidade da unidade, foram efetuadas nos sistemas Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Ao final de 2016, com o Decreto Nº 8.895, 03/11/2016, publicado no DOU Nº 212, de 04/11/2016 iniciou-se o processo de alteração da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

A visão geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS contempla o conjunto de finalidade e competências, de normas e regulamentos, ambiente de atuação, de organograma e macroprocessos finalísticos.

Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Quadro 1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional		Código SIORG: 042670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			
Denominação abreviada: DNOCS			
Código SIORG: 367	Código LOA: 53204		Código SIAFI: 22204
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 7511-6	
Telefones/Fax de contato:	(085) 3391-5100	(085) 3391.5200	(085) 3281.1037
angelo.guerra@dnocs.gov.br			
Página na Internet: http://www.dnocs.gov.br			
Endereço Postal: Av. Duque de Caxias, 1700 – Centro, CEP 60035-111, Fortaleza/Ceará.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto Nº 7.619/1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS; Procedida a primeira alteração em seu nome por meio do Decreto Nº 13.687, de 09 de julho de 1919, para “ <i>Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS</i> ”; Transformação do Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS em autarquia em decorrência da Lei Nº 4.229, de 01 de junho de 1963; e Lei Nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, altera a Lei Nº 4.229/1963, estabelecendo suas competências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A estrutura organizacional do Departamento foi definida pelo Decreto nº 4.650 de 27 de março de 2003 – que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e dá outras providências; Em janeiro de 2007, foi publicado no DOU, de 12 de janeiro de 2007, Regimento Interno do DNOCS, através da Portaria nº 48, de 11 de janeiro de 2007. Com o advento dos Decretos Nº 8.684, de 25 de fevereiro de 2016, e Nº 8.895, de 03 de novembro de 2016, houve uma reformulação na Estrutura Regimental do DNOCS, e a edição de Novo Regimento Interno da autarquia, aprovado por meio da Portaria Nº 43, de 31 de janeiro de 2017, com publicação no Diário Oficial da União, às folhas 73 a 80, Seção 1, do dia 01º de fevereiro de 2017.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
113801	DNOCS - CEST/PE - Recife/PE
113802	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS Contra as Secas / UO
193001	DNOCS - CEST/PI - Teresina/PI
193002	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS Contra as Secas
193003	DNOCS - CEST/CE - Fortaleza/CE
193004	DNOCS - CEST/RN - Natal/RN
193005	DNOCS - CEST/PB - João Pessoa/PB
193006	DNOCS DIBRA/R - Campina Grande/PB
193007	DNOCS – CEST/AL- Palmeira dos Índios/AL
193008	DNOCS - CEST/SE - Aracaju/SE
193009	DNOCS - CEST/BA - Salvador/BA
193010	DNOCS - CEST/MG - Montes Claros/MG
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
11203	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
113801	11203
113802	11203
193001	11203
193002	11203
193003	11203
193004	11203
193005	11203
193006	11203
193007	11203
193008	11203
193009	11203
193010	11203

1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Criado sob o nome de “*Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS*”, através do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, sendo o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919, por meio do Decreto Nº 13.687, de 09 de julho de 1919, a denominação de “*Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS*”. Com o disposto no Decreto-Lei Nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, assumiu sua denominação atual, “*Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS*”, que se transformou em autarquia federal, por força da Lei Nº 4.229, de 01 de junho de 1963.

A atuação da autarquia compreende 10 (dez) Estados abrangendo 1 (uma) Administração Central (sede da Direção-Geral e das Diretorias), 09 (nove) Coordenadorias Estaduais, 12 (doze) Estações de Piscicultura em operação, 01 (um) Centro de Pesquisas, 22 Unidades de Campo organizadas por Bacias Hidrográficas, um escritório em Brasília.

Seu patrimônio é constituído de 319 (trezentos e dezenove) barragens com capacidade de acumulação de quase 27 (vinte e sete) bilhões de m³, 37 (trinta e sete) perímetros irrigados, com infraestrutura implantada para a irrigação de mais de 72.400 (setenta e dois mil e quatrocentos)ha e 12 (doze) Estações de Piscicultura e 01 (um) Centro de Pesquisas em Aquicultura.

Podemos depreender após análise das competências legais supramencionadas, a importância do DNOCS como uma instituição de qualidade e referência, tendo em vista que suas ações visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações na sua área de influência.

De acordo com a legislação atual, o DNOCS tem por finalidade básica executar a política do Governo Federal no que se refere à implementação dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, relativos à execução de obras públicas de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos; o beneficiamento de áreas através da irrigação, a promoção da aquicultura e a recuperação de áreas degradadas.

Órgão centenário, desde a sua criação pelo Decreto no 7.619/1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, o DNOCS teve várias modificações, sendo até 1959, praticamente, a única agência governamental federal responsável pelo atendimento dos atingidos pela seca e executora de obras de engenharia na região.

Cumprir destacar que a autarquia estabeleceu a missão institucional descrita abaixo, visando nortear o cumprimento dos objetivos constantes no Mapa Estratégico publicizado por meio da Portaria Nº 72/DG/CRH de 15/03/2016 da Direção-Geral.

“Promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido.”

Cabe ressaltar ainda que a nova estrutura organizacional foi definida pelo Decreto Nº 8.895, 03 de novembro de 2016 que suscitou a elaboração de um novo Regimento Interno do DNOCS, efetivada por meio da Portaria Nº 43, de 31 de janeiro de 2017, com publicação no DOU Nº 23, de 01 de fevereiro de 2017.

O seu efetivo é de 1.485 servidores, dentre ativos, requisitados, cedidos, etc. A despesa relativa a pessoal, no entanto, concentra mais da metade do orçamento de 2016, tendo em vista o grande número de aposentadorias e pensões pagas pelo Departamento

Quadro 3.2 – Quadro de Pessoal

Ativo permanente	1.407
Requisitado	4
Nomeado Cargo Comissão	14
Cedido	31
Exercício Descentralizado Carreira	21
Exercício Provisório	4
Exerc. §7º Art. 93 Lei 8.112	4
SUBTOTAL 1	1.485
Aposentados	3.984
Beneficiários de Pensão	7.069
SUBTOTAL 2	11.053
TOTAL GERAL	12.538

Fonte: SIAPE. Acesso em: 08/02/2017

A atuação, bem como a programação física, orçamentária e financeira do DNOCS, até por questões de legalidade, alinha-se às ações dos Planos Plurianuais e este alinhamento estabelece diretrizes que organizam objetivos e metas, que nem sempre refletem a realidade, tendo em vista a irregularidade na distribuição de recursos e da liberação de limites orçamentários e financeiros pelos Órgãos Setoriais.

1.3 - NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO

Quadro 1.3 – Normas e regulamentos relativos ao DNOCS

Decreto 7.619 de 21/10/1909	Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS
Decreto 9.256, de 28/12/1911	Reorganiza os serviços a cargo da IOCS
Decreto 11.474, de 03/02/1915	Aprova o regulamento para a IOCS
Decreto 12.330, de 27/12/1916	Dá novo regulamento para a IOCS
Decreto 13.687, de 19/07/1919	Recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS e aprova o regulamento
Decreto 19.726, de 20/02/1931	Aprova o novo regulamento da IFOCS
Decreto 21.641, de 18/07/1932	Substitui artigos do regulamento aprovado
Decreto 21469, de 06/07/1932	Modifica, provisoriamente, o Regulamento da IFOCS

Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945	Dispõe sobre a reorganização da IFOCS que passa a denominar-se DNOCS-Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Decreto 20.284, 28/12/1945	Aprova o Regulamento do DNOCS
Decreto-lei 9.857, de 13/09/1946	Modifica o Decreto-lei 8486, de 28/12/1945
Lei 1.348, de 10/02/1951	Revisão dos limites do Polígono das Secas
Decreto 40.444, de 30/11/1956	Aprova o Regulamento expedido, em virtude da Lei 2814/1956, que dispõe sobre a concessão de auxílio aos Municípios do Polígono das Secas
Decreto 50.446, de 11/04/1961	Altera Regimento DNOCS
Lei 4.229, de 01/06/1963	Transforma o DNOCS em Autarquia
Decreto 52.637, de 08/10/1963	Aprova Regimento DNOCS
Lei 4.763, de 30/08/1965	Altera a área de atuação do DNOCS no Polígono das Secas
Decreto 57.427, de 14/12/1965	Aprova Regimento DNOCS
Decreto 61.237, de 24/08/1967	Regulamenta o Decreto-lei 138, de 02/02/1967 que autoriza o DNOCS a executar obras de engenharia rural
Lei 5.508, de 11/10/1968	Aprova a 4a etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste para os anos de 1969 a 1973
Decreto 73.159, de 14/11/1973	Dispõe sobre a Estrutura Básica DNOCS
Lei 6.084, de 10/07/1974	Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei 4229/63
Portaria/MINTER 1.110, de 08/04/1975	Aprova Regimento Interno DNOCS, baseado no art. 6º do Decreto 68.885/1971 e o art. 38 do Decreto 75.444/1975
Decreto 84.410, de 22/10/1980	Dispõe sobre a Estrutura Básica DNOCS
Decreto 3.970, de 16/10/2001.	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Decreto 4.650, de 27/03/2003	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Portaria Nº 48 de 11/01/2007. Public. DOU Nº 9 de 12/01/2007	Regimento Interno
Decreto Nº 8.895, 03/11/2016, publicado no DOU Nº 212, de 04/11/2016.	Altera o Decreto nº 4.650, de 27 de março de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas
Portaria 43, de 31/01/2017 (publicado no DOU Nº 23, de 01/02/2017.	Aprova o Regimento Interno do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

1.4 – AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A área de atuação do DNOCS esta definida pela Lei 10.204/2001, abrangendo os *“Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, à zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado Polígono das Secas”* e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos

Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente”⁵, região na qual está inserida a região semiárida brasileira.

O espaço geográfico brasileiro que se convencionou chamar de Semiárido brasileiro, teve sua última atualização através da Portaria Nº 89, de 16/03/2005, do Ministério da Integração Nacional, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17/03/2005. A definição desse espaço se baseou nas conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria nº 6, de 29 de março de 2004, assinada pelos ministros da Integração Nacional e do Meio Ambiente, com publicação no DOU em 30 de março de 2004, Seção 1, Edição no 61, que objetivava redimensionar o espaço físico do Semiárido, em que uma das finalidades era operacionalizar o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE).

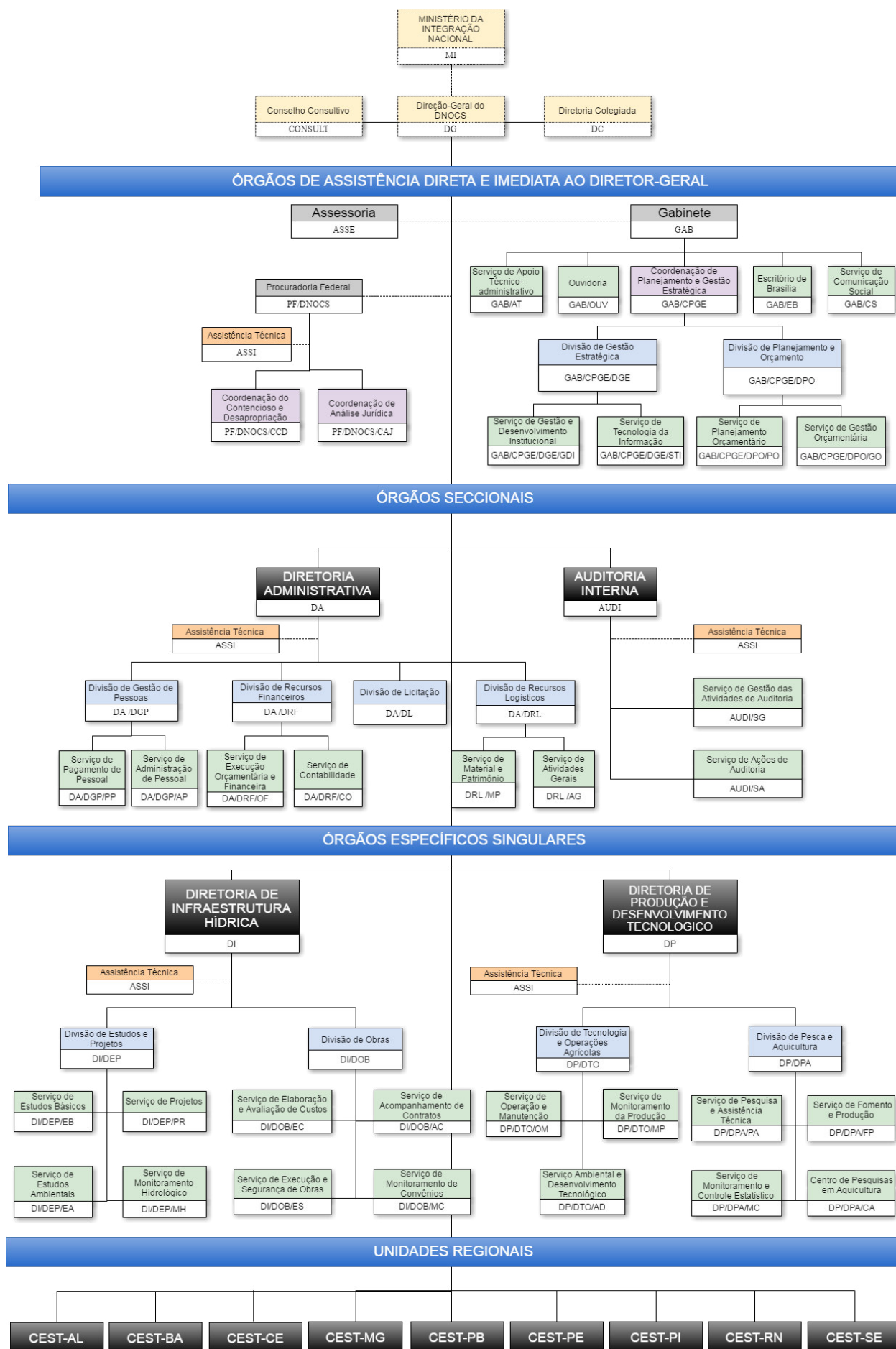
Por este documento, a Região Semiárida do país tem uma extensão total de 982.563,3 km². Dessa área, a Região Nordeste concentra em torno de 89,5%, abrangendo a maioria dos estados nordestinos, com a exceção do Maranhão, e o Estado de Minas Gerais, situado na Região Sudeste, possui os 10,5% restantes (103.589,96 km²).

Algumas dificuldades, no entanto, se interpõem ao processo, sejam elas climáticas, econômicas, culturais, políticas, dentre outras. A exiguidade de recursos e de limites orçamentários e financeiros, bem como os contingenciamentos, inviabilizam o correto planejamento e execução das ações, causando paralisações ou retardo nas obras, afetando e limitando a eficiência e a eficácia dos objetivos pretendidos.

Há que se considerar ainda o “sombreamento” entre ações/atribuições, ou seja, outras instituições também executam ações devidas ao DNOCS, tais como o próprio Ministério da Integração Nacional e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba na elaboração de projetos de engenharia e execução de obras de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos (barragens, adutoras, sistemas de abastecimento de água) e na implantação e gestão de projetos de irrigação.

1.5 – ORGANOGRAMA:

Figura 1 - Estrutura Organizacional – Organograma



Quadro 1.4 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
ÁREA ADMINISTRATIVA				
DIREÇÃO GERAL				
Diretoria- Geral	Exerce as funções de comando no âmbito da Instituição, objetivando o cumprimento de suas normas, diretrizes, políticas e missão e coordenando atividades pertinentes às unidades subordinadas.	Walter Gomes de Sousa	Diretor- Geral	30/06/2014 até 30/03/2016
		Antônio Iran Costa Magalhães	Diretor- Geral	05/04/2016 até 21/06/2016
		George Luiz Saraiva Pontes	Diretor- Geral (Substituto)	22/06/2016 até 10/08/2016
		Ângelo José de Negreiros Guerra	Diretor- Geral	11/08/2016 até a presente data
Gabinete	Assistir ao Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa, além de exercer atividades de apoio técnico e logístico ao Conselho Consultivo e à Diretoria Colegiada.	Raquel Cristina Batista Vieira Pontes	Chefe de Gabinete	19/12/2013 até 26/08/2016
		Rogério Nogueira Pinheiro	Chefe de Gabinete	16/09/2016 até a presente data
Divisão de Comunicação	Programar e coordenar as ações de publicidade e propaganda, jornalismo e promoção no âmbito da Autarquia, além de apoiar e conduzir as relações entre a Autarquia e os meios de comunicação em geral	João Batista da Silva Pontes	Chefe- Substituto	03/06/2013 até 18/12/2016
		Aluísio Ferro Gomes Filho	Chefe	19/12/2016 até a presente data
Escritório de Brasília	Apoiar e representar a Autarquia administrativamente, bem como manter intercâmbio com diversos órgãos e/ou entidades representativas da sociedade civil, visando acompanhar e fornecer informações sobre assuntos de interesse comum	Renata Viana Costa e Silva	Chefe	05/08/2011 até a presente data
AUDITORIA				
Auditoria	Verificar a conformidade, às normas vigentes, dos atos da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, além de acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos relativamente aos programas e ações, sob a responsabilidade do DNOCS, examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do DNOCS e tomada de contas especiais dentre outras atribuições.	Nadedja Fernandes Cavalcante	Auditora Chefe	12/07/2013 até a presente data
PROCURADORIA				
Procuradoria	Exercer a representação judicial, extrajudicial, a consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do DNOCS.	Francisco Arlem de Queiroz Sousa	Procurador- Chefe	17/08/2011 até a presente data
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA				
Coordenação	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de planejamento, organização e desenvolvimento institucional e de tecnologia da informação	José Alberto de Almeida	Coordenador	30/01/2006 até 20/09/2016
		Nilo Alberto Lopes Barsi	Coordenador (substituto)	21/09/2016 até a presente data

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Planejamento e Orçamento	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de programação e execução orçamentária, inclusive da elaboração da proposta dos Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e Projeto de Lei do Plano Plurianual (PLPPA) no âmbito do DNOCS, segundo as diretrizes dos órgãos centrais de Planejamento e Orçamento. Também é responsável pelo acompanhamento e controle da execução orçamentária do DNOCS.	Nilo Alberto Lopes Barsi	Chefe	30/01/2006 até a presente data
Divisão de Gestão Estratégica	Promover e coordenar a execução das atividades de gestão e desenvolvimento institucional, de administração dos recursos de tecnologia da informação e as relacionadas às informações geoprocessadas disponibilizadas pelas áreas técnicas.	João Otávio Monteiro Gondim Filho	Chefe	03/05/2010 até a presente data
DIRETORIA ADMINISTRATIVA				
Diretoria	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Administração Financeira, de Contabilidade, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Gestão de Documentos de Arquivo e de Serviços Gerais, bem como formular, em articulação com os demais órgãos, e propor à Diretoria Colegiada a prestação de contas; aquisição e alienação de imóveis; o balanço anual do DNOCS.	Ivan Monte Claudino	Diretor	04/06/2013 até 01/05/2016
		Francisco Evaldo Braz Azevedo	Diretor Substituto	02/05/2016 a 10/08/2016
		Gustavo Henrique de Medeiros Paiva	Diretor	11/08/2016 até a presente data
Divisão de Gestão de Pessoas	Planejar, promover, coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar a execução das atividades de administração e desenvolvimento de gestão de pessoas, em consonância com as diretrizes e normas emanadas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.	Marley Cysne de Moraes	Chefe	16/09/2011 até a presente data
Divisão de Recursos Logísticos	Promover e coordenar a execução das atividades relacionadas à administração de material, patrimônio, transporte, comunicação e administração de edifícios, bem como arquivo e documentação	Paulo César Lopes Barsi	Chefe	16/07/2012 até 16/06/2016
		Clésio Jean Almeida Saraiva	Chefe Substituto	20/06/2016 a 22/11/20216
		Leila Glecia Freitas Rangel	Chefe	23/11/2016 até 06/02/2017
Divisão de Recursos Financeiros	Promover e coordenar as atividades relacionadas à arrecadação de receitas, execução orçamentária e financeira e de contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial.	Francisco Evaldo Braz Azevedo	Chefe	24/04/2008 até a presente data

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Licitação	Instruir, executar, acompanhar e controlar as licitações destinadas à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, inclusive, para os casos de dispensa e inexigibilidade.	Andréa Rodrigues Pereira	Chefe	16/07/2012 até a presente data
ÁREA FINALÍSTICA				
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA				
Diretoria	Promover e supervisionar a execução das atividades de desenvolvimento de ações estruturantes para o semiárido nordestino, elaboração de estudos básicos e de meio ambiente; elaboração e avaliação de projetos básicos e executivos, implementação de obras de infraestrutura hídrica e ações complementares; operação e manutenção dos sistemas hídricos implantados; controle e monitoramento das águas sob seu domínio para usos múltiplos e a avaliação permanente das reservas hídricas; segurança de obras e planos de ações emergenciais em situações de risco dentre outras atribuições.	Glauco Rogério de Araújo Mendes	Diretor	25/04/2013 até 10/04/2016
		George Luiz Pontes Saraiva	Diretor Substituto	20/06/2016 a 10/08/2016
		Roberto Otto Penna Massler	Diretor	11/08/2016 até a presente data
Divisão de Obras	Coordenar a análise dos orçamentos, implementação das obras de infraestrutura hídrica e ações complementares, o controle e o acompanhamento das obras e serviços, análise das medições de serviços, o desenvolvimento de ações de segurança; e a operação e manutenção dos sistemas hídricos implantados e os procedimentos operacionais e emergenciais em situações de risco; e a análise dos termos de recebimento de contratos de obras e serviços.	José Felipe Américo Cordeiro	Chefe	27/01/014 até 19/06/2016
		George Luiz Pontes Saraiva	Chefe Substituto	20/06/2016 até 19/09/2016
		Roberto Sérgio Limeira Paula	Chefe	20/09/2016 até a presente data
Divisão de Estudos Básicos	Proceder à análise dos planos diretores e estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira dos projetos de infraestrutura hídrica e de aproveitamento hidroagrícola e aquícola, além de propor, analisar e realizar levantamentos e estudos nas áreas de cartografia, pedologia, geologia, geotecnia, hidrogeologia e socioeconômica, com vistas a manter sistemas de dados básicos atualizados das bacias hidrográficas na área de atuação da autarquia, dentre outras atribuições.	José Berlan Silva Cabral	Chefe	12/12/2007 até 19/06/2016
		Jackson Oliveira Carvalho	Chefe Substituto	20/06/2016 até 19/09/2016
		José Bartolomeu da Silva Ramos	Chefe Substituto	20/09/2016 até 09/10/2016
		André Leitão Mavignier	Chefe Substituto	10/10/2016 até 30/11/2016
		José Roberto Lira	Chefe	02/12/2016 até a presente data

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNÓLOGICO E PRODUÇÃO				
Diretoria	Promover e supervisionar a execução das atividades de operação e manutenção das estruturas de uso comum dos projetos públicos de irrigação; organização e capacitação das comunidades usuárias dos projetos públicos de irrigação, visando a sua emancipação, avaliação do processo de produção e comercialização e de seu controle estatístico; aproveitamento das áreas a montante dos açudes públicos; aproveitamento de áreas agricultáveis não irrigáveis; aquicultura e pesca tanto na área de fomento como na de pesquisa de produção; estudos, pesquisas e difusão de tecnologias nas áreas de desenvolvimento agrícola, de aquicultura e atividades afins.	José Kildare Felinto Colares	Diretor	16/12/2015 até 01/05/2016
		Aluisio Ferro Gomes Filho	Diretor Substituto	02/05/2016 até 22/11/2016
		Maxmiliano Carvalho Mapurunga	Diretor	23/11/2016 até a presente data
Divisão de Tecnologia e Operações Agrícolas	Promover, coordenar e supervisionar as ações de operações agrícolas com base no emprego da irrigação, no aproveitamento das áreas de montante dos açudes públicos e das áreas de sequeiro considerados os aspectos tecnológicos, socioeconômicos e ambientais.	Aluisio Ferro Gomes Filho	Chefe Substituto	02/05/2016 até 01/12/2016
		Antônio Eduardo Gonçalves Segundo	Chefe	02/12/2016 até a presente data
Divisão de Pesca e Aquicultura	Promover, coordenar e supervisionar as ações de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, de assistência técnica às comunidades usuárias; de fomento à produção da pesca e aquicultura em águas continentais; de monitoramento e controle estatístico.	Pedro Eymard Campos Mesquita	Chefe	03/05/2010 até 26/12/2016
		Sebastião Ednir Menezes	Chefe	27/12/2016 até a presente data
COORDENADORIAS ESTADUAIS				
	Administrar, sob a supervisão da Administração Central a execução das atividades afetas às competências da Autarquia, observados os limites geográficos de cada Coordenadoria.			
No Estado do Piauí		Antônio Djalma Bezerra Policarpo	Coordenador	30/04/2015 até a presente data
No Estado do Ceará		Francisco Rogério Gomes Leite	Coordenador	09/10/2015 até 27/06/2016
		Vicente Lívio Rocha Giffone	Coordenador Substituto	28/06/2016 até 09/10/2016
		Antônio Eduardo Gonçalves Segundo	Coordenador Substituto	10/10/2016 até 20/11/2016
		Francisco Hermenegildo Sousa Neto	Coordenador	21/11/2016 até a presente data
No Estado do Rio Grande do Norte		José Eduardo Alves Wanderley	Coordenador	06/08/2017 até 30/03/2016
		João Guilherme	Coordenador	31/03/2016 até

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		de Souza Neto	Substituto	10/07/2016
		José Eduardo Alves Wanderley	Coordenador	11/07/2016 até a presente data
No Estado de Pernambuco		Emílio Duarte de Sousa e Silva	Coordenador	02/10/2015 até 18/05/2016
		José Ivaldo de Siqueira Silva	Coordenador Substituto	19/05/2016 até 14/07/2016
		Marcos Antônio Rueda Moraes	Coordenador	15/07/2016 até a presente data
No Estado da Paraíba		Avanir Ponce Braga	Coordenador Substituto	03/02/201 até 31/03/2016
			Coordenador	01/04/2016 até 29/08/2016
		Alberto Gomes Batista	Coordenador	30/08/2016 até a presente data
No Estado de Alagoas		Paulo Maia de Sousa Valente	Coordenador	30/06/2008 até 14/04/2016
		João Luiz da Silva	Coordenador Substituto	15/04/2016 até 17/07/2016
		Paulo Maia de Sousa Valente	Coordenador	18/08/2016 até a presente data
No Estado de Sergipe		Aécio Chaves da Silva	Coordenador	16/12/2013 até 17/08/2016
		Anailton de Jesus Ribeiro	Coordenador	18/08/2016 até a presente data
No Estado da Bahia		Mahomed Mahmud Saigg Neto	Coordenador	23/11/2015 até 13/12/2016
		Heraldo Eduardo Rocha	Coordenador	14/12/2016 até a presente data
No Estado de Minas Gerais		Adauto Marques Batista	Coordenador	28/12/2015 até 06/06/2016
		Jurandir Cardoso Batista	Coordenador Substituto	07/06/2016 até 26/12/2016
		Guilherme Dias Ramos	Coordenador	27/12/2016 até a presente data

FONTE: SIAPE (acesso em 15/02/2017)

* Considera datas de publicação do ato

1.6 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

Por meio do contrato 10/2013, os serviços técnicos relativos à automação de processos de negócio, que incluem o mapeamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, a execução dos trabalhos relativos ao mapeamento iniciado em dezembro de 2013, prosseguindo em 2014 e paralisado em 2015 em função do fim da vigência do contrato em maio, não foram concluídos, em virtude da não autorização do aditivo pela Procuradoria Federal.

Para continuação dos trabalhos, foi iniciado processo licitatório que, no entanto, não teve prosseguimento por falta de cobertura orçamentária.

Dessa forma, os macroprocessos ainda não foram mapeados em sua totalidade, encontrando-se nas fases descritas a seguir:

Quadro 1.5 – Macroprocessos finalísticos e de apoio

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS		
Nome do Processo	Condução	Produtos
Acompanhamento de Contratos de Obras	Acompanhamento da execução física e financeira dos contratos de obras e serviços de engenharia firmados pela Autarquia; Análise das propostas de alterações supervenientes relativas às especificações e quantitativos das obras e serviços de engenharia em execução.	Alteração em cronogramas de obras, ordens de paralisação, suspensão de contratos ou outras de caráter saneador.
Divisão de Estudos e Projetos - Estudos Básicos	Proposição, análise e aprovação estudos de aproveitamento de recursos hídricos, com vistas ao suprimento de demandas de água para o consumo humano; Proposição, análise, aprovação e realização de levantamentos e estudos nas áreas de cartografia, pedologia, geologia, geotecnia, hidrogeologia e socioeconomia, com vistas à manutenção de sistemas de dados básicos atualizados das bacias hidrográficas na área de atuação da Autarquia; Proposição, análise, aprovação e realização de levantamentos cadastrais para fins de desapropriação das áreas destinadas à implantação das obras e projetos; Preparação e submissão à Procuradoria Federal de expediente necessário à declaração de utilidade pública ou de interesse social de áreas a serem desapropriadas; Desenvolvimento de critérios, mecanismos e indicadores para a análise dos estudos voltados à cartografia, pedologia, geologia, geotecnia, hidrogeologia e socioeconomia.	Levantamentos e orçamentos cadastrais para fins de desapropriação; Análise dos planos diretores e estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira dos projetos de infraestrutura hídrica e de aproveitamento hidroagrícola e aquícola.
Divisão de Estudos e Projetos - Estudos Ambientais	Proposição, análise, aprovação e realização de estudos de impacto ambiental; Proposição, análise e aprovação dos planos de recuperação de áreas degradadas em decorrência da implantação de obras da Autarquia; Proposição, análise e aprovação dos planos de reassentamentos e relocações de populações rurais e urbanas decorrentes da implantação das obras da Autarquia; Proposição, análise, aprovação, acompanhamento e implementação de planos de regeneração de ecossistemas hídricos e de áreas degradadas pelo uso intensivo dos recursos de solo e água; Identificação, análise e proposição de ações de recuperação de áreas em processo de desertificação; Análise dos licenciamentos ambientais inseridos em projetos de convênios com estados e municípios.	Estudos de Impacto Ambiental Formulação das solicitações de licenciamento ambiental e o acompanhamento da implementação de medidas mitigadoras; Plano de recuperação de áreas degradadas; Planos de reassentamentos; Critérios, mecanismos e indicadores para análise de projetos voltados ao meio ambiente; Orçamentos de estudos ambientais a serem contratados.

Nome do Processo	Condução	Produtos
Divisão de Estudos e Projetos – Projetos	<p>Proposição, análise, aprovação e realização de anteprojetos, projetos básicos e executivos das obras de infraestrutura hídrica, de aproveitamento hidroagrícola e aquícola e de obras civis complementares;</p> <p>Elaboração e manutenção das informações sobre os projetos de obras de infraestrutura hídrica;</p> <p>Fiscalização da elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos das obras de infraestrutura hídrica;</p> <p>Participação no acompanhamento da implantação das obras com vistas à adequação dos projetos executivos, às situações supervenientes e ao registro das alterações decorrentes;</p> <p>Análise dos projetos de obras de infraestrutura hídrica inseridos em convênios com estados e municípios;</p> <p>Elaboração dos orçamentos de projetos de infraestrutura hídrica a serem contratados.</p>	<p>Anteprojetos, projetos básicos ou executivos de obras de infraestrutura hídrica;</p> <p>Termos de referência para contratação das obras supracitadas;</p> <p>Critérios, mecanismos e indicadores para análise de projetos de obras de infraestrutura hídrica;</p> <p>Orçamentos de projetos de infraestrutura hídrica.</p>
Divisão de Estudos e Projetos - Monitoramento Hidrológico	<p>Elaboração de estudos de aproveitamento integrado de águas superficiais em bacias hidrográficas;</p> <p>Promoção do controle e o monitoramento das águas dos reservatórios sob domínio da Autarquia para usos múltiplos, bem como a avaliação permanente das reservas hídricas nos aspectos quantitativos e qualitativos;</p> <p>Promoção e realização de estudos, proposição de normas de operação de sistemas de reservatórios de usos e objetivos múltiplos e implantação de sistemas de sensoramento remoto e redes de alerta;</p> <p>Análises de risco/custo/benefício para subsidiar as tomadas de decisão com vistas à elaboração de projetos hídricos;</p> <p>Promoção do desenvolvimento de modelos de gerenciamento compartilhado de reservatórios, entre órgãos gestores e usuários e sistemas de otimização do aproveitamento integrado dos reservatórios;</p> <p>Elaboração de balanços e projeções de oferta e demanda, em curto e longo prazo, e, em nível regional;</p> <p>Promoção de levantamentos dos níveis de poluição, erosão, transporte de sedimento e assoreamento de reservatórios em articulação com as unidades envolvidas do DNOCS;</p> <p>Promoção da operação da rede de estações hidrológicas, bem como a coleta e análise dos dados;</p> <p>Promoção da organização do sistema de informações hidrológicas.</p>	<p>relatórios de monitoramento e controle hidrológico;</p> <p>normas de operação de reservatório;</p> <p>análises de risco/custo/benefício</p> <p>levantamento dos níveis de poluição, erosão, transporte</p>

Nome do Processo	Condução	Produtos
Divisão de Estudos e Projetos - Elaboração e Avaliação de Custos	<p>Promoção, realização e manutenção do sistema de informações de custos de obras, serviços de engenharia, fornecimentos e instalações;</p> <p>Elaboração e atualização periódica da tabela de preços para permitir o controle dos custos das obras a serem licitadas, ou em execução;</p> <p>Análise dos orçamentos das obras e serviços de engenharia para fins de compatibilização com a tabela de preços do DNOCS;</p> <p>Elaboração dos boletins de custos com vistas a orientar e apoiar as unidades responsáveis pela análise de projetos e fiscalização de obras;</p> <p>Análise das alterações dos custos das obras em decorrência de motivos supervenientes a sua contratação.</p>	<p>Boletins de custos;</p> <p>Tabela de preços atualizada.</p>
Divisão de Obras - Execução e Segurança de Obras	<p>Acompanhamento e orientação das unidades regionais nas ações de fiscalização das obras em execução;</p> <p>Análise das propostas de alterações de cronogramas de obras, de paralisações, suspensões de contrato, propostas de aditivos, ou outras de caráter saneador;</p> <p>Promoção do acompanhamento das condições de segurança e manutenção das obras de infraestrutura hídrica;</p> <p>Elaboração e análise dos planos regionais de operação, manutenção e segurança de obras de infraestrutura hídrica, incluindo atividades de manutenção preventiva e corretiva, análise e avaliação de riscos e planos de ação emergencial em casos de acidentes;</p> <p>Orientação e acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hídricos implantados pela Autarquia;</p> <p>Proposição e acompanhamento dos procedimentos operacionais e emergenciais em situações de risco;</p> <p>Coordenação das atividades e elaboração de programas na área de engenharia rural nos termos da legislação vigente;</p> <p>Promoção do aproveitamento do excedente de água de poços públicos, através da elaboração de planos e projetos de produção integrada de alimentos;</p> <p>Acompanhamento e orientação da operacionalização dos sistemas de dessalinização,</p> <p>Acompanhamento e orientação das atividades de engenharia rural desenvolvidas pelas unidades regionais;</p> <p>Realização do controle de quantidade e qualidade dos equipamentos e conjuntos de perfuração e manter cadastro de informações sobre as atividades de engenharia rural desenvolvidas pela Autarquia.</p>	<p>Critérios, normas e procedimentos para fiscalização de obras de infraestrutura hídrica;</p> <p>Planos de operação e segurança de obras de infraestrutura hídrica;</p> <p>Estudos hidrogeológicos e planos de aproveitamento;</p> <p>Projetos de aproveitamento de resíduos sólidos;</p> <p>Normas e procedimentos para análise de projetos e a contratação e execução de obras e serviços de engenharia rural;</p> <p>Tabela de preços de obras e serviços de engenharia rural.</p>

Nome do Processo	Condução	Produtos
Monitoramento de Convênios	Análise prévia das solicitações de convênios que tenham por objeto a execução de obras e serviços de engenharia; Elaboração de minutas de convênios de execução de obras e serviços de engenharia; Acompanhamento da análise técnica dos projetos; Acompanhamento e avaliação da execução dos convênios de obras e serviços celebrados pela Autarquia.	
Desenvolvimento Tecnológico e Produção - Desenvolvimento Tecnológico	Promoção da organização e a capacitação das comunidades usuárias dos projetos públicos de irrigação, visando a sua emancipação; Promoção do acompanhamento, dos estudos e da difusão de novas técnicas e tecnologias agrícolas com ênfase na irrigação, visando ao aumento da produção e da produtividade; Promoção, em parceria com o setor privado e outras instituições públicas, a implementação de áreas de experimentação e demonstração; Promoção de ações voltadas ao aproveitamento das áreas a montante dos açudes públicos por meio da organização e capacitação dos usuários de áreas agricultáveis não irrigadas; Promoção de ações, visando ao aproveitamento das áreas agricultáveis não irrigáveis.	Estudos para identificação de atividades agrícolas e agroindustriais; Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área.
Desenvolvimento Tecnológico e Produção - Operação e Manutenção	Supervisão e fiscalização da operação e manutenção das estruturas de uso comum dos projetos públicos de irrigação; Fiscalização e controle dos usos da água com vistas à fixação da parcela da tarifa de água correspondente aos custos de operação e manutenção, na forma da legislação vigente; Acompanhamento dos impactos ambientais decorrentes da implementação das áreas irrigadas e de sequeiro, monitorar o emprego de fertilizantes e defensivos agrícolas, bem como as condições de drenagem e os processos de salinização, e propor e executar as medidas mitigadoras necessárias.	Planos de operação e manutenção dos perímetros irrigados; Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área.
Pesca e Aquicultura - Pesquisa e Assistência Técnica	Exposição à apreciação os programas de cursos de pesca, aquicultura e atividades afins, Junto às comunidades e aos Centros de pesquisas, bem como integrar-se ao elenco de instrutores da Autarquia; Acompanhamento do desenvolvimento técnico das comunidades usuárias e promoção a socialização das experiências bem sucedidas; Elaboração de orientação, acompanhamento e fiscalização das atividades relacionadas aos cultivos em tanques-rede ou gaiolas nos reservatórios da Autarquia, inclusive, procedendo aos estudos limnológicos; Promoção da organização das comunidades usuárias da pesca e aquicultura articulada com outras instituições;	Programação de estudos, pesquisas e difusões de tecnologias na área da pesca, aquicultura continental Estudos de viabilidade econômica e financeira dos sistemas de cultivo de pescado; Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área; Pareceres sobre pesquisa e assistência técnica nas áreas de competência da pesca, aquicultura e atividades afins.

Nome do Processo	Condução	Produtos
	Supervisão, em conjunto com a Comissão indicada pela Coordenação, publicação dos trabalhos técnicos e científicos na área da pesca, aquicultura e atividades afins; Implantação e acompanhamento das atividades das Unidades Demonstrativas de Aquicultura com vistas à transferência de tecnologias às comunidades usuárias.	
Pesca e Aquicultura - Fomento e Produção	Produção de alevinos de espécies autóctones e alóctones com vista ao equilíbrio ecológico das populações ictíicas das bacias hidrográficas dos açudes públicos e particulares; Supervisão das atividades de produção e distribuição de alevinos e pós-larvas nas coleções de água pública e particular; Acompanhamento e orientação das unidades de produção de alevinos na coleta de dados de produção e distribuição de alevinos; Promoção da avaliação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, da produção de alevinos; Contribuição com os projetos de construção ou reformas das estações de piscicultura; Execução de projetos e/ou atividades de fomento em relação à produção de alevinos de pós-larvas; Determinação da área de atuação de cada estação em relação aos municípios peixados.	Alevinos produzidos; Normas e procedimentos técnicos sobre a produção de alevinos e povoamentos de coleções d'água; Tabela de preços de pós-larvas, alevinos e reprodutores das estações e centros de pesquisas; Estudos e pesquisas a serem executados pelos centros de pesquisas na área de fomento à produção.
Pesca e Aquicultura - Monitoramento e Controle Estatístico	Acompanhamento e orientação das unidades descentralizadas na coleta de dados de produção de pescado nas coleções d'água do DNOCS para fins de avaliação bioeconômica; Supervisão da rede de coleta de dados de desembarque de pescado nos açudes públicos administrados por esta Autarquia; Acompanhamento do desenvolvimento técnico e socioeconômico das comunidades usuárias em articulação com órgãos governamentais e não governamentais; Participação do processo de ordenamento da Aquicultura e da pesca extrativa nos açudes da Autarquia, considerando os aspectos socioeconômicos e ambientais; Análise do processo de produção e comercialização do pescado de água doce.	Pareceres sobre organização e desenvolvimento tecnológico na atividade da pesca extrativa; Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área.

MACROPROCESSOS DE APOIO		
Nome do processo	Condução	Produtos
Protocolo	Recebimento, registro, tramitação e expedir de documentos e processos no âmbito da Autarquia.	Guias de tramitação Relatórios gerenciais
Planejamento e Orçamento	<p>Elaboração, monitoramento e avaliação os planos, programas e ações de acordo com as normas e legislações internas e externas;</p> <p>Orientação na elaboração de planos complementares, supletivos ou subsidiários para realçar ou ampliar os resultados e efeitos dos planos, programas e ações;</p> <p>Compatibilização do programa anual de trabalho com a programação financeira de Desembolso</p> <p>Participação na elaboração da proposta orçamentária da Autarquia, compatibilizando-a com os objetivos, metas e alocação de recursos de conformidade com a política governamental;</p> <p>Avaliação e acompanhamento dos créditos constantes da lei orçamentária anual;</p> <p>Apreciação das solicitações de alterações orçamentárias, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira sob os aspectos legais e propor as medidas cabíveis;</p> <p>Análise e avaliação das solicitações de disponibilidade orçamentária;</p> <p>Análise, avaliação das solicitações e procedimento as descentralizações de créditos;</p> <p>Registro sistemático todas as alterações pertinentes à execução orçamentária e financeira;</p> <p>Análise, acompanhamento e avaliação do desempenho das despesas;</p> <p>Elaboração da previsão da receita em articulação com as demais áreas geradoras de receita;</p> <p>Elaboração de relatórios gerenciais sobre a execução orçamentária;</p> <p>Acompanhamento da elaboração e revisão dos planos e programas anuais e plurianuais e da programação orçamentária anual em consonância com o planejamento estabelecido.</p>	<p>Proposta orçamentária anual;</p> <p>Relatórios gerenciais de orçamento, planejamento e descentralização;</p> <p>Previsão de receita.</p>
Licitação	<p>Execução, acompanhamento e controle dos procedimentos licitatórios destinados à aquisição de bens e contratação de obras e serviços;</p> <p>Prestação informações sobre o andamento dos processos licitatórios;</p> <p>Apoio administrativo e logístico às Comissões de Licitação;</p> <p>Orientação e acompanhamento dos procedimentos licitatórios das Coordenadorias Estaduais e Manutenção dos registros atualizados das licitações em andamento.</p>	<p>Normas e procedimentos de licitação para rotinas de tramitação de processos licitatórios.</p>

Nome do Processo	Condução	Produtos
Gestão de Pessoas - Serviço Médico Social e segurança do trabalho	Promoção de perícias médicas para fins de concessão de licenças, aposentadorias e outros casos previstos na Legislação; Acompanhamento da implementação de programas de bem-estar social, de assistência médica, psicológica e odontológica, abrangendo medidas preventivas de higiene, medicina e segurança do trabalho.	Elaboração e emissão de relatórios, laudos de perícia médica
Gestão de Pessoas – Cadastro	Controle da lotação, do exercício e da frequência de pessoal;	Relatórios gerenciais Emissão de certidões de tempo de serviços e demais atos que constem nos registros funcionais e pessoais
Gestão de Pessoas - Pagamento de Pessoal	Controle e manutenção dos registros financeiros dos servidores, pagamento de pessoal e os procedimentos necessários ao recolhimento de encargos sociais, imposto de renda; Controle das consignações em folha de pagamento e implementação os procedimentos relativos ao controle da folha de pagamento; Acompanhamento das concessões e prestação de contas de diárias;	Relatórios gerenciais; Consolidação da folha de pagamento.
Gestão de Pessoas - Movimentação de Pessoal	Instrução dos processos de revisão de enquadramento e posicionamento no Plano de Classificação de Cargos; Elaboração e preparo dos expedientes necessários ao processamento da progressão funcional; Elaboração dos expedientes e/ou apostilas referentes a provimentos e vacância; Elaboração e acompanhamento dos atos de concessão de aposentadoria, de pensão e outros desligamentos de pessoal, bem como elaborar e controlar os atos de movimentação de pessoal; Elaboração dos expedientes para o preenchimento de cargos do grupo DAS e funções gratificadas.	Emissão documentos para criação de comissões, preenchimentos de cargos comissionadas, funções gratificadas, provimentos, vacâncias, progressão e demais atos correlatos
Gestão de Pessoas - Núcleo de Capacitação Pessoal (Desenvolvimento)	Promoção de ações para a participação dos servidores em programas de treinamento e eventos de capacitação; Planejamento, coordenação, supervisão, execução e controle das atividades de recrutamento, seleção e contratação de pessoal.	Plano anual de capacitação; Relatórios gerenciais
Recursos Logísticos - Atividades Gerais	Fiscalização das instalações, zelando pela manutenção e segurança dos prédios e bens móveis da Autarquia; Fiscalização da execução dos contratos de serviços na sua área de competência; Promoção das ações relativas à prevenção de incêndio; Execução das atividades relativas aos serviços de vigilância, limpeza, telefonia e conservação de edifícios;	Relatório de funcionamento dos veículos; Relatórios gerenciais; Documentos de planejamento, gestão, controle e fiscalização pertinentes aos contratos de sua área.

Nome do Processo	Condução	Produtos
	Execução e controle das atividades inerentes às requisições de passagens. Manutenção, utilização e controle das viaturas de acordo com a programação de serviços ou atendimentos eventuais;	
Recursos Financeiros - Execução Orçamentária e Financeira	Controle dos saldos de empenho e restos a pagar; Controle da concessão de suprimento de fundos e diárias; Registro das ordens bancárias e demais documentos que configurem atos e fatos da gestão orçamentária e financeira; Registro as notas de programação financeira; Registro dos convênios, os contratos e seus respectivos aditivos; Controle das disponibilidades financeiras dos convênios de receita; Recolhimento e controle da receita diretamente arrecadada das Unidades Gestoras; Controle dos pagamentos de amortização e encargos de financiamento da dívida contratual.	Notas de empenho, pré-empenho e ordens bancárias; Processos de reconhecimento de dívidas.
Recursos Financeiros - Contabilidade	Análise dos processos e documentos relativos a despesas e receitas; Procedimento a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão; Promoção da instauração de tomada de contas especiais; Manutenção do rol de responsáveis pelos atos de gestão; Orientação na aplicação do Plano de Contas e consolidação dos demonstrativos dos órgãos regionais e periféricos; Registro dos atos e fatos contábeis da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Acompanhamento e elaboração dos lançamentos referentes à arrecadação da receita no âmbito das Coordenadorias Estaduais e da Administração Central; Controle, acompanhamento e consolidação dos balanços e dos demonstrativos contábeis da Autarquia.	Balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis; Relatórios gerenciais; Prestação de contas anual e suprimento de fundo.
Recursos Logísticos - Materiais e Patrimônio	Instrução de processos de alienação, cessões, permutas e doações de bens; Elaboração dos mapas de variação patrimonial e o Relatório Mensal de Bens Móveis e do Almoxarifado; Classificação, especificação e catalogação de material; Recebimento e registro dos pedidos de aquisição de material para encaminhamento à Divisão de Licitação; Recebimento, registro, estocagem, controle e distribuição de material; Identificação, registro e controle dos bens móveis e imóveis.	Inventário de bens patrimoniais e tomada de contas de materiais de consumo; Avaliação de imóveis não operacionais; Relatórios de catalogação de material.

Nome do Processo	Condução	Produtos
Auditoria Interna - Auditoria de Gestão	Verificação da conformidade, às normas vigentes, dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e a propriedade dos gastos realizados; Verificação da eficiência, eficácia e efetividade dos resultados obtidos pelas unidades sobre os atos e fatos da gestão; Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais e tomada de contas especiais da Entidade.	Relatórios e pareceres de auditoria.
Auditoria Interna - Auditoria de Gestão de Pessoal	Verificação da consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal; Verificação da consistência de processos referentes a direitos, vantagens, benefícios, concessões e prestação de contas de diárias.	Relatórios e pareceres de auditoria Recomendações para apuração de denúncias e irregularidades
Procuradoria - Análise Jurídica	Apreciação e emitir opinião em projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos, quando expressarem matéria jurídica; Realizar estudos e emitir pareceres e informações, quando solicitado, sobre questões jurídicas e nos processos de servidores quanto ao aspecto jurídico-legal; Sanear processos administrativos, disciplinares e sindicâncias; Promoção do acompanhamento jurídico dos processos licitatórios; Análise, prévia e conclusivamente, os textos de editais de licitação, de contratos, de convênios e demais atos Análise dos atos pelos quais se irá reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação.	Emissão de pareceres e análises jurídicas sobre editais, contratos, projetos, atos normativos, convênios, processos administrativos disciplinares, ou outros instrumentos congêneres.
Procuradoria - Contencioso e Desapropriação	Implementação das providências necessárias à defesa do DNOCS, em juízo ou fora dele; Ajuizar os procedimentos judiciais que se fizerem necessários ao reconhecimento e preservação dos direitos e interesses do DNOCS; Orientação do cumprimento de decisões proferidas em processos judiciais; Promoção das ações de desapropriação amigáveis ou judicializadas necessárias à implantação dos programas; Supervisão das ações de desapropriação do DNOCS Análise das propostas de declaração de utilidade pública ou interesse social de áreas a serem desapropriadas; Formulação e proposição à Diretoria Colegiada do valor de indenizações para liquidação de desapropriações necessárias à execução de serviços e obras que excedam o limite de tomada de preços da Lei de Licitações.	Emissão de normas e pareceres sobre desapropriação.

Nome do Processo	Condução	Produtos
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	Execução das atividades regulares relacionadas às várias contratações da área de TI em consonância com a IN 04-2010-MPOG, compreendendo as atividades de planejamento, seleção, gestão e fiscalização dos fornecedores de bens e serviços de tecnologia da informação.	Artefatos de planejamento, seleção, gestão e fiscalização previstos na instrução normativa.

Com o Novo Regimento Interno do DNOCS, foi instituída uma unidade que está sendo responsável, dentre outras atribuições, pelo planejamento, coordenação e supervisão da sistematização, padronização e otimização dos processos de trabalho, englobando o conhecimento atual ou identificação de novas oportunidades de melhoria de desempenho. Dessa forma, o mapeamento dos processos será conduzido por essa equipe, depois de capacitação em Business Process Modelling Notation (BPMN).

No entanto, é impossível precisar a realização da referida capacitação no curto prazo e, consequentemente, a continuidade dos trabalhos de mapeamento de processos, tendo em vista as restrições orçamentárias enfrentadas pelo DNOCS nos últimos anos, reflexo do cenário econômico nacional.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1.1 – DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Nos últimos anos o Governo Federal tem usado como objetivo maior de sua atuação a redução das desigualdades regionais. Assim, na condição de agente do Ministério da Integração Nacional, o DNOCS, se coloca como um dos responsáveis pelos programas de desenvolvimento regional do Governo Federal, na execução de programas e ações em prol do aumento quantitativo de obras hídricas, através da construção de novas obras de acumulação, da implantação de adutoras e de sistemas simplificados de abastecimento, da melhoria da oferta de água pelas obras hidráulicas já existentes, da democratização do acesso à água pela população do semiárido por meio da participação na sua gestão, pela implantação e revitalização de projetos públicos de irrigação e viabilização da produção agrícola e aquícola, regularização ambiental e fundiária, dentre outras ações, buscando proporcionar melhoria de vida e desenvolvimento econômico.

No entanto, ante a estiagem que já se arrasta por cinco anos, o DNOCS teve que replanejar suas ações, mesmo porque fazer frente a este fenômeno, que destrói parte da economia rural trazendo imensos prejuízos para as principais fontes de renda da região e aprofunda a desigualdade entre as regiões, é a razão de ser do Departamento.

Nesse contexto e diante da insuficiência de servidores para acompanhar as obras e de recursos orçamentários e financeiros, algumas ações orçamentárias tiveram que ser sacrificadas para a realização de ações emergenciais, tais como a implantação de poços e cisternas, de Sistemas Simplificados de Abastecimento, construção de pequenas adutoras, dentre outra, através de Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos – TCDC (Destaques), com recursos do orçamento do Ministério da Integração Nacional.

2.1.2 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICOS

A criação Comitê Gestor de Planejamento Estratégico Institucional, composto por um Núcleo Executivo e uma Comissão Operacional de Planejamento Estratégico – COPE pela Portaria nº 536/DG/CGPE, de 05 de dezembro de 2013, publicada no Boletim

Administrativo nº 108, de 31 de dezembro de 2013, foi um passo importante para instituir a prática do Planejamento Estratégico no DNOCS.

A partir destas equipes, foi realizado estudo dos cenários interno e externo, estabelecendo missão, visão de futuro, valores, mapa estratégico (Fig. 2) (aprovado) e objetivos estratégicos.

Para a elaboração do referido Planejamento, foi considerada também a Lei Nº 13.249, de 13 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, e que não difere em grandes proporções da Lei Nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019), notadamente no que se refere aos Eixos Estratégicos: “Inclusão social e redução de desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade” e “Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura”.¹

Considerando, no entanto, a mudança no ciclo do Planejamento Estratégico do Governo Federal (PPA 2016-2019), e levando-se em conta o novo Regimento aprovado para o DNOCS, a continuidade dos trabalhos está sendo realizada pela Divisão de Gestão Estratégica considerando, inclusive, o contexto do novo PPA e visando incorporar as orientações institucionais da nova proposta de planejamento para o ciclo de 2016-2019.

Com o Novo Regimento Interno do DNOCS, publicado no dia 01º de fevereiro de 2017, ficou instituída uma nova unidade administrativa “*Serviço de Gestão e Desenvolvimento Institucional*”. Uma das competências atribuídas ao novo serviço consiste em coordenar, acompanhar e consolidar a elaboração das ações de planejamento estratégico da autarquia, em especial as proposições de plano estratégico, planos de ações e metas; bem como promover o monitoramento das ações de planejamento estratégico, propondo ajustes conforme o advento de novos cenários político-institucionais.

2.1.3 DESDOBRAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

A primeira fase do Planejamento Estratégico é composta pelo diagnóstico estratégico e delineamento do mapa estratégico, por meio da Portaria Nº 72/DG/CRH de 15 de março de 2016 da Direção-Geral.

- Diagnóstico da situação encontrada: Após a aplicação da análise SWOT, relativa ao estabelecimento das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças à

1 <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>

instituição, que propicia um ranqueamento com aplicação de índices ponderados cuja finalidade é aferir a que grau as oportunidades são aproveitadas pelas fortalezas e quão prejudiciais são as ameaças dadas as fraquezas, chegou-se à conclusão de que o DNOCS encontra-se em SOBREVIVÊNCIA;

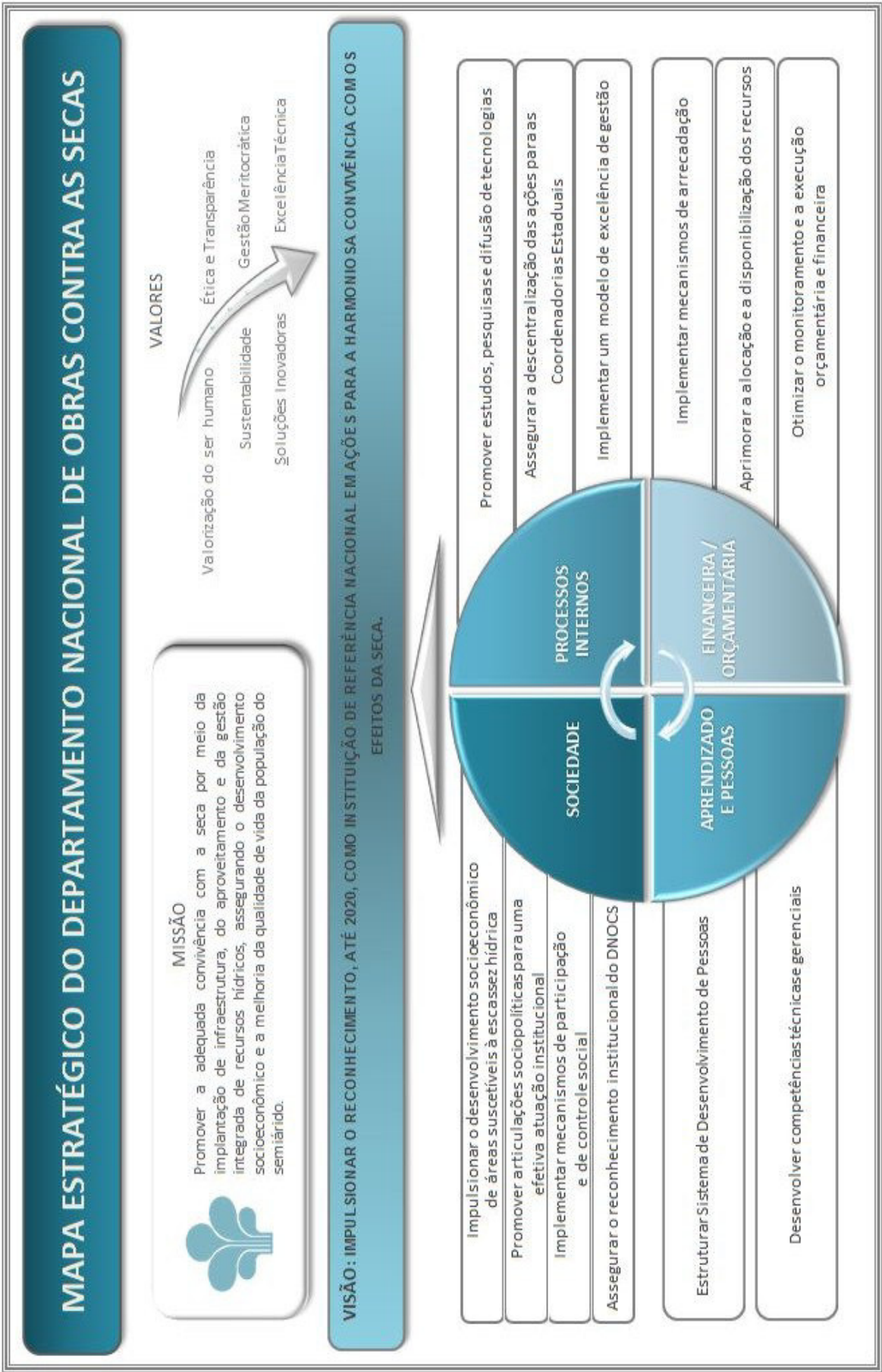
- Mapa Estratégico Aprovado: Figura 2
- Missão: Promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, assegurando o desenvolvimento regional sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido;
- Visão de futuro: Impulsionar o reconhecimento, até 2020, como instituição de referência nacional em ações para a harmoniosa convivência com os efeitos da seca;
- Valores: Ética e transparência; Valorização do ser humano; Sustentabilidade; Gestão meritocrática; Soluções inovadoras; Excelência técnica.
- Objetivos Estratégicos:
 - Perspectiva Sociedade:
 - Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica;
 - Promover articulações sociopolíticas para uma efetiva atuação institucional;
 - Implementar mecanismos de participação e de controle social;
 - Assegurar o reconhecimento institucional do DNOCS;
 - Perspectiva Processos Internos:
 - Promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias;
 - Assegurar a descentralização das ações para as Coordenadorias Estaduais;
 - Implementar um modelo de excelência de gestão;
 - Perspectiva Aprendizado e Pessoas:
 - Estruturar Sistema de Desenvolvimento de Pessoas;
 - Desenvolver competências técnicas e gerenciais;
 - Perspectiva Orçamentária/Financeira:
 - Implementar mecanismos de arrecadação;
 - Aprimorar a alocação e a disponibilização dos recursos;
 - Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira.

A Segunda Etapa consistiu no Estabelecimento de Programas e Ações Estratégicas para o período 2017 a 2020, sendo documento norteador proceder a definição das metas e indicadores anuais (3ª Etapa) que foi conduzida por meio de Oficinas de Construção Conjunta. A Quarta Etapa se refere à consolidação do Plano Estratégico Institucional, compreendendo todas as etapas anteriores. E a Quinta Etapa consistirá na Divulgação e Monitoramento das metas e indicadores pactuados.

Quadro 2.1 – Cronograma de Planejamento Estratégico Institucional

Cronograma de Planejamento Estratégico Institucional		
ATIVIDADES		PERÍODO/DATA
1	2ª Etapa: Estabelecimento de Programas e Ações Estratégicas	Até 13/01/2017
2	Reunião da Diretoria Colegiada para Validação da 2ª Etapa do Planejamento Estratégico Institucional – PEI	24/01/2017 às 09:30h
3	Oficina de Construção Conjunta – 3ª Etapa – GAB	07/02/2017
4	Oficina de Construção Conjunta – 3ª Etapa – DI	08/02/2017
5	Oficina de Construção Conjunta – 3ª Etapa – DP	09/02/2017
6	Oficina de Construção Conjunta – 3ª Etapa – DA	14/02/2017
7	Oficina de Construção Conjunta – 3ª Etapa – PF + AUDI	15/02/2017
8	Oficina de Construção Conjunta – 3ª Etapa – CESTs	21/02/2017 a 22/02/2017
9	Consolidação da Portaria de Metas e Indicadores	24/02/2017
10	Finalização do Documento de Planejamento Estratégico Institucional – PEI (4º ETAPA)	31/05/2017
11	Reunião da Diretoria Colegiada para Validação Final do Planejamento Estratégico Institucional – PEI	A definir
12	Publicização do PEI (5ª Etapa)	Após 09/06/2017

Figura 2 - Mapa Estratégico do DNOCS (Aprovado)



2.1.3 – VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

A partir de considerações descritas e até por questão de legalidade, as ações do DNOCS estão alinhadas ao Mapa Estratégico do Ministério da Integração Nacional, no que se refere aos objetivos “Superar desigualdades regionais e erradicar a miséria”, “Ampliar e garantir a eficiência da irrigação”, “Garantir a eficiência da irrigação” e “Implantar gestão eficiente, eficaz e efetiva” e ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através dos seguintes objetivos:

- 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação;
- 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas;
- 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões Estruturais;
- 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado;
- 0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial;
- 1027 - Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas
- 1133 - Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva

Quadro 2.2 – Demonstrativo da execução da despesa por objetivo de PPA

	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZA DO	CONTIDO/ BLOQUEADO	EMPENHA DO	LIQUIDADO	PAGO
0175	194.874.231	167.747.801	165.361.936	1.058.052	418.078	418.078
0479	125.679.640	250.350.452	104.987.224	138.304.080	50.116.597	42.892.125
0480	10.268.010	6.850.115	1.168.315	4.312.385	1.941.599	1.941.599
0544	21.864.747	8.837.183	8.837.183	0	0	0
0840	20.006.825	20.506.825	3.666.808	15.355.452	456.800	456.800
1027	100.000	80.000	79.300	448	448	448
1133	5.116.594	5.116.594	0	5.093.495	5.064.717	5.064.717
NA	790.948.084	819.332.275	1.500.000	813.059.288	810.836.330	810.725.226
	1.168.858.131	1.278.821.245	285.600.766	977.183.199	868.834.569	861.498.994

FONTE: quadro elaborado pela DPO/PO a partir de dados do Sistema Tesouro Gerencial

No entanto, no que se refere a objetivos de PPA, e considerando-se o quadro acima, observa-se que 94,66% dos recursos contidos ou bloqueados pela SOF refere-se “Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação (...)” e “Aumentar a oferta de água em sistemas integrados (...)”, que se configura como principais atribuições do DNOCS.

2.2. – FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADO DOS PLANOS

O DNOCS está inserido no contexto do Plano Plurianual atuando em programas temáticos na sua área de atuação, por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento regional, buscando atingir metas associadas aos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Governo Federal.

Nesse sentido, e considerando aspectos que ainda se constituem como fraquezas a serem superadas pelo DNOCS, tais como: as restrições de recursos humanos, orçamentários e financeiros, as limitações dos processos e dos instrumentos de gestão, de monitoramento e de organização das informações sobre as ações executadas, dentre outras, atualmente, o acompanhamento das metas é realizado semestralmente de duas maneiras, a primeira por meio do monitoramento dos recursos utilizados em LOA, onde são fornecidas informações do alcance dos produtos referentes às metas da Instituição no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e a segunda através das metas pactuadas para a Avaliação de Desempenho Institucional que utiliza o PPA como referência, possui um ciclo que se inicia em fevereiro e

Paralelamente, e ainda visando ainda o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, a Divisão de Planejamento e Orçamento elabora e mensalmente relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Departamento, sendo encaminhada a diversos setores e exposto na página oficial do órgão (<http://www2.dnocs.gov.br/orcamento>).

2.3.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Quadro 2.3 – Execução física, financeira e orçamentária das ações da LOA 2016

Identificação da Ação						
Ação:		7K66				
Título:		Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo:		0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.				
Programa:		2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial				
Unidade Orçamentária:		53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
Ação Prioritária:		() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
20.006.825	20.006.825	15.355.452	456.800	456.800	0	14.898.651
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	2	2	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
7.554.440	4.514.205	(-829.128)	Projeto apoiado		unidade	0*
<p>* Considerando a descrição da ação (SIOP), qual seja “Fortalecimento da capacidade produtiva, inclusive com a aquisição de equipamentos, construção de equipamentos urbanos, implantação da infraestrutura social de apoio à produção, construção de obras civis, implantação de sistemas de geração de energia, canalização, tratamento e abastecimento de água e transporte”, e a diversidade de unidades de medida a ela relativa, houve dificuldade de consolidação em um único número.</p> <p>Por esta ação foram adquiridas equipamentos agrícolas, tais como: carretas agrícolas, batedeiras de cereal, arados tipo disco e grades aradoras, tratores, etc), equipamentos para perfuração de poços (tubos e conexões, compressores de ar, equipamentos perfuração de solo com sonda rotativa, guinchos hidráulicos, dentre outros) e 01 caminhão.</p> <p>Também foram recuperadas/mantidas pequenas barragens para irrigação e o desassoreamento e ampliação de aguadas em 10 pequenas barragens.</p>						
Planos Orçamentários						
Localizador		0023 – No Estado do Ceará				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
500.000	500.000	500.000	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			unidade	2	0	0
Recurso proveniente de emenda parlamentar, utilizado em Convênio com a Prefeitura de Granjeiro/CE, visando a recuperação de estrada vicinal - em andamento.						
Localizador		0029 – No Estado da Bahia				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
14.606.825	15.106.825	11.939.668	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			unidade	86	86	0
Recursos utilizados na aquisição de 04 perfuratrizes, 01 comboio para perfuratrizes, desassoreamento de 75 aguadas em açudes, perfuração de 33 poços em municípios da zona rural da Bahia e aquisição de 480 mil metros de tubos.						
Localizador		0031 – No Estado de Minas Gerais				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
3.700.000	3.700.000	2.415.793	456.800	456.800	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Projeto Apoiado		unidade		85	85	1
2015 – Aquisição de 50 mil metros de tubos de PVC, 50 motobombas submersas, 50 caixas d'água de polietileno de 10 mil litros						
2016: Aquisição de um compressor de ar para perfuração de poços e 15 mil metros de tubos de PVC						
Localizador		2185 – No Município de Monte Santo/MG				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
500.000	500.000	499.991	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			unidade	1	1	0
Empenhado ao final do exercício – execução prevista em restos a pagar em 2017						
Localizador		7186 – Implantação de sistema simplificado para abastecimento de água com dessalinizador – No Estado de Sergipe				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
700.000	700.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			unidade	10	10	0
Recurso proveniente de emenda parlamentar com liberação pela Secretaria de Relações Institucionais (não ocorrida)						

PROGRAMA 2052 – PESCA E AQUICULTURA

Identificação da Ação						
Ação:		212Z				
Título:		Apoio ao funcionamento de unidades de produção, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável				
Iniciativa:		Representa o próprio objetivo				
Objetivo:		1133 – Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva				
Programa:		2052 – Pesca e Aquicultura				
Unidade Orçamentária:		Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
Ação Prioritária:		() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
5.116.594	5.116.594	5.093.495	5.064.717	5.064.717	0	28.778

Execução Física					
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade apoiada		Unidade	12	12	12
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.757.009	1.531.638	(-59.755)	Unidade apoiada	Unidade	12
<p>Os recursos foram destinados ao funcionamento de 12 Estações e 2 Centro de Pesquisas, com aquisição de material de consumo (ração, combustível, apetrechos de pesca, material de laboratório, material de higiene e limpeza, materiais diversos e etc.); Locação de mão de obra (limpeza, conservação e vigilância das Unidades de Produção); Serviço de terceiros (água, luz, telefone, manutenção de veículos e imóveis das Unidades; locomoção (passagens e diárias). Neste ano de 2016 houve uma distribuição de 19.175.045 alevinos até novembro, capacitação de: curso com treinamento 14 com 430 participantes, estágios 18 com 39 participantes e aula ministradas 14 com 315 participantes, fazendo um total de 784 pessoas capacitadas.</p> <p>No entanto, a Estação da Paraíba, Joaquim Firmino Filho, encontra-se sem produção desde 2014, pela escassez de água; a estação Osmar Fontenele em Jaibaras, Sobral encerrou suas atividades de produção em julho de 2015, transferindo todas as espécies ali produzidas para o Centro de Pesquisas em Pentecoste-CE; o Centro de Pesquisas em Aquicultura está sendo abastecida por adutora, usando o volume morto do açude Pereira de Miranda e a Est. Valdemar Carneiro de França em Maranguape-Ceará está com menos de 10% de produção. A Estação de piscicultura Estevão de Oliveira em Caicó/RN diminuiu sua produção em quase 80%. Assim como as demais Unidades de produção estão com redução significativa do quantitativo. A escassez de água, situação presente que todo o nordeste brasileiro esta enfrentando, indo para o sexto ano de seca e baixa qualidade da pouca água existente, preocupa e limita as atividades das nossas Unidades.</p>					

PROGRAMA 2077 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Identificação da Ação						
Ação:	100N					
Título:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte					
Iniciativa:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Santa Cruz do Apodi (RN)					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim ()Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
19.441.014	8.837.183	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Obra executada			Percentual de execução	20	10	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada		Percentual de execução	0
Obra paralisada em abril/2015, devido à insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, com 30% de execução física realizada. Com isso, foram oferecidos recursos em alterações orçamentárias, para dar continuidade a execução de empreendimentos das obras do PAC que objetivam a oferta de água para municípios do semiárido que atualmente enfrentam colapso no abastecimento (estiagem com mais de 05 anos).						

Identificação da Ação	
Ação:	12OB
Título:	Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
4.915.000	2.569.565	883.645	243.900	243.900	0	639.745
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto público de irrigação transferido			Unidade	15	15	2
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto público de irrigação transferido		Unidade	6

Os recursos aplicados referentes a esta ação foram utilizados no custeio de projetos de irrigação, visando garantir o seu funcionamento. Os recursos empenhados mas ainda não liquidados serão executados no exercício seguinte. No tocante aos recursos do Restos a Pagar de exercícios anteriores, foi realizado o apoio ao funcionamento de 4 projetos de irrigação, por meio da participação financeira do governo, legitimados pela Portaria Ministerial nº 1.529, de 02/10/2007; bem como foi concluída a elaboração de projeto executivo visando recuperar infraestruturas de um projeto de irrigação; foi realizada a aquisição de conjunto de motobomba para garantir o funcionamento de um projeto de irrigação; e foram realizadas outras atividades relacionadas com o processo de transferência de gestão.

Identificação da Ação						
Ação:	140X					
Título:	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
900.000	400.000	174.407	174.178	174.178	0	229
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Regularização efetivada		Unidade	3	3	2	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Regularização efetivada		unidade	0
Os recursos desta Ação foram utilizados para a realização de atividades relacionadas com o cadastramento de projetos públicos de irrigação no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a elaboração de tabelas de preços para alienação de lotes localizados no projetos de irrigação desta Autarquia, bem como a regularização da licença de operação de dois projetos de irrigação.						

Identificação da Ação						
Ação:	1676					
Título:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Mendubim com 8.313ha no Estado do Rio Grande do Norte					
Iniciativa:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Mendubim (RN).					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim ()Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.

42.079	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			Percentual de execução	1	1	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto executado		Percentual de execução	0
A implantação do projeto depende da execução de algumas ações preparativas: licença ambiental, outorga, elaboração do projeto executivo, solução de conflitos em área do projeto básico que está destinada pelo Estado para a instalação de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação).						

Identificação da Ação						
Ação:	1012					
Título:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará					
Iniciativa:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú (CE).					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim () Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
16.663.163	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			Percentual de execução	9	0	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto executado		Percentual de execução	0
Obra paralisada por insuficiência de recursos orçamentários e financeiros. Está com 85% de execução física realizada. Há necessidade de suplementação de recursos no valor de R\$ 32,00						

Identificação da Ação		
Ação:	1025	
Título:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.	
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável	
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	
Ação Prioritária:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016		
Execução Orçamentária e Financeira		

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
1.022.512	715.758	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			Percentual de execução	3	3	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto executado		Percentual de execução	0
As obras de implantação do projeto estão paralisadas desde outubro/2015 por insuficiência de recursos orçamentários e financeiros. Estão com 75% de execução física. Há necessidade de suplementação de recursos (além do aprovado no PAC), R\$ 3,00 milhões.						

Identificação da Ação						
Ação:	1O28					
Título:	Implantação do Projeto Público de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.632ha no Estado do Piauí					
Iniciativa:	Implantação Projeto Público de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI).					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim ()Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
42.079	42.079	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			Percentual de execução	1	1	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto executado		Percentual de execução	0

Obra paralisada ainda em 2012 com 51% de execução física. A estratégia para a conclusão do projeto é a realização de uma CDRU, que, para ser viabilizada depende de aprovação do Congresso Nacional. Quem está conduzindo a ação é o Ministério da Integração Nacional.

Identificação da Ação						
Ação:	20WP					
Título:	Reabilitação de Projetos Públicos de Irrigação					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
18.091.417	12.663.992	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto público de irrigação reabilitado		Unidade	9	9	0	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto público de irrigação		Unidade	0
O saldo dessa ação ficou contido até o encerramento do exercício, não sendo executadas atividades relacionadas com esta Ação						

Identificação da Ação						
Ação:	212Y					
Título:	Apoio a Projetos de Implantação de Sistemas Simplificados de Irrigação					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
84.157	84.157	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto apoiado		Unidade	0
Recursos contidos até o final do exercício						

Identificação da Ação	
Ação:	5980
Título:	Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação São Gonçalo com 2.402 ha no Estado da Paraíba
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Ação Prioritária:	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process
2.272.250	1.272.250	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto público de irrigação transferido			Percentual de execução	1	1	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto público de irrigação transferido		Percentual de execução	0
Os recursos dessa Ação orçamentária não foram utilizados devido ao fato de as atividades preparatórias para realização de licitação prevista para o ano de 2016, visando o georreferenciamento do projeto de irrigação São Gonçalo, não terem sido concluídas até o encerramento do exercício.						

Identificação da Ação

Ação:	5984					
Título:	Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Moxotó com 6.491 ha no Estado de Pernambuco					
Iniciativa:	Adequação do Projeto Público de Irrigação Moxotó (PE) para transferência da Gestão					
Objetivo:	0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.					
Programa:	2077 - Agropecuária Sustentável					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim () Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
841.574	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto público de irrigação transferido		Percentual de execução	1	1	0	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto público de irrigação transferido		Percentual de execução	0
O saldo orçamentário da presente Ação foi cancelado, conforme Portarias nº 317/SOF, de 27/10/2016 e de nº 376/SOF, de 30/11/2016.						

PROGRAMA 2084 – RECURSOS HÍDRICOS

Identificação da Ação						
Ação:	109I					
Título:	Construção de Açudes					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa:	2084 – Recursos Hídricos					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.

9.607.827	9.607.827	4.183.219	0	0	0	4.183.219
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada			Unidade	3	3	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada		Unidade	0
PLANOS ORÇAMENTÁRIOS						
Localizador		0023 – No Estado do Ceará				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
620.000	620.000	250.000	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			unidade	2	0	0
Recurso proveniente de Emendas Parlamentares. Citados recursos foram empenhados para Convênio com as Prefeituras de Quixelô/CE e Potengi/CE, visando a construção de açudes - em andamento.						
Localizador		1375 – NO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO/PB				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
8.987.827	8.987.827	3.933.219	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			unidade	1	1	0
Empenhado ao final do exercício para perfuração, instalação e construção de sistemas simplificados de abastecimento de água em diversos municípios.						

Identificação da Ação	
Ação:	10DC
Título:	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte
Iniciativa:	Implantação da Barragem Oiticica (RN)
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas
Programa:	2084 – Recursos Hídricos
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Ação Prioritária:	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
23.190.225	88.476.225	79.639.042	20.038.042	14.353.042	5.685.000	59.601.000
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada			Percentual de execução	28	28	19
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada		Percentual de execução	0
A obra ainda não atingiu um ritmo normal devido a insuficiências financeiras. A estrutura mobilizada da Contratada permite a execução de serviços correspondentes a R\$ 10,00 milhões/mês. A média de recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal é da ordem de R\$ 2,5 milhões/mês. Caso os recursos financeiros sejam disponibilizados conforme o cronograma atualizado, a obra deverá ser concluída em junho/2018.						

Identificação da Ação						
Ação:	10GM					
Título:	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa:	2084 – Recursos Hídricos					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim ()Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
2.423.733	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudo realizado			Unidade	2	2	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Estudo realizado		Unidade	0

Foram oferecidos os recursos para dar continuidade a execução de empreendimentos das obras do PAC que objetivam a oferta de água para municípios do semiárido que atualmente enfrentam colapso no abastecimento (estiagem com mais de 05 anos).

Identificação da Ação						
Ação:	11AA					
Título:	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará					
Iniciativa:	Implantação da Barragem Fronteiras (CE)					
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa:	2084 – Recursos Hídricos					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
6.053.332	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		Percentual de execução	28	28	19	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada		Percentual de execução	0
Foram oferecidos os recursos para dar continuidade a execução de empreendimentos das obras do PAC que objetivam a oferta de água para municípios do semiárido que atualmente enfrentam colapso no abastecimento (estiagem com mais de 05 anos).						

Identificação da Ação						
Ação:	140N					
Título:	Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa:	2084 – Recursos Hídricos					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
7.003.635	3.885.740	2.639.270	1.744.878	1.744.878	0	894.391
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra apoiada			Percentual de execução	12	12	30
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra apoiada		Unidade	0
Recursos utilizados para a perfuração de poços tubulares profundos em localidades rurais do Estado da Paraíba. Em execução.						

Identificação da Ação						
Ação:	142D					
Título:	Estruturação e Consolidação de Comissões Gestoras, Associações de Usuários de Água, em Reservatórios Federais na Região Semiárida					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	1027 - Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas					
Programa:	2084 – Recursos Hídricos					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
100.000	80.000	448	448	448	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Comissão tripartite organizada			Unidade	5	5	68
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Comissão tripartite organizada		Unidade	0
A ação é realizada basicamente através do deslocamento de servidores, que foi prejudicado pelo limite determinado pelas Portarias 35 e 232/MI e que inviabilizou a criação de novas comissões, havendo condições apenas de manutenção das já existentes, inclusive aproveitando deslocamentos para fiscalizações de obras, serviços, etc.As comissões gestoras são implantadas e mantidas todos os anos.Elas trabalham em conjunto com o Comitê da Bacia Hidrográfica em que o reservatório/açude está inserido.As ações conquistadas através de pleitos das Comissões						

Gestoras de reservatórios foram a desobstrução e limpeza de 150 km do Rio Aguiar no sertão da Paraíba, beneficiando os Açudes Públicos Curemas e Mãe d'água. Outras conquistas destas comissões foi trabalhos de manutenção dos Açudes Itans, Cruzeta e São João do Sabuji, no Rio grande do Norte. Todos os recursos aplicados são oriundos de Termos de Execução Descentralizadas Celebrados entre o DNOCS e a ANA.

Identificação da Ação						
Ação:	14LA					
Título:	Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa:	2084 – Recursos Hídricos					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	(X) Sim ()Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
8.937.515	19.418.770	4.398.886	4.379.504	4.379.504	0	19.382
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			Percentual de execução	28	28	20
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Projeto apoiado		Percentual de execução	0
A obra foi paralisada no final do exercício de 2016 por insuficiência de recursos financeiros, com 65% de execução física.A conclusão das obras vai depender de recursos suplementares na ordem de R\$ 33,00 milhões.						

Identificação da Ação		
Ação:	14RP	
Título:	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção	
Programa:	2084 – Recursos Hídricos	
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	
Ação Prioritária:	(X) Sim ()Não	Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016		
Execução Orçamentária e Financeira		

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
168.315	168.315	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Infraestrutura recuperada			Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Infraestrutura recuperada		Unidade	0
Recursos contidos pela SOF até o final do exercício						

Identificação da Ação						
Ação:	1851					
Título:	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa:	2084 – Recursos Hídricos					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
52.678.475	54.678.475	19.522.105	2.983.409	2.982.843	566	16.538.696
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada			unidade			
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada		Unidade	0
Planos Orçamentários						
Localizador		0001 - NACIONAL				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.

500.000	500.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	1	0	0
Crédito bloqueado para remanejamento em atendimento a determinação da SOF						
Localizador		0023 – NO ESTADO DO CEARÁ				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
14.486.218	14.486.218	10.347.955	222.599	222.068	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	24	24	2
Localizador		0025 – NO ESTADO DA PARAÍBA				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
5.000.000	5.000.000	3.932.338	1.018.649	1.018.649	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	2	2	34
Localizador		0026 – NO ESTADO DE PERNAMBUCO				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
971.218	971.218	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	11	11	0
Recursos bloqueado/contido SOF						
Localizador		0027 – NO ESTADO DE ALAGOAS				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
500.000	500.000	500.000	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de	Montante		

			Medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	20	20	0
Localizador		0029 – NO ESTADO DA BAHIA				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
2.800.000	2.800.000	2.749.962	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	50	50	0
Localizador		1712 – NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA - PERNAMBUCO				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
500.000	500.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Undiade	5	5	0
Recurso proveniente de emenda parlamentar com liberação pela Secretaria de Relações Institucionais (não ocorrida)						
Localizador		6500 – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
0	2.000.000	1.991.850	1.742.160	1.742.126	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	0	58	58
Perfuração de 58 poços tubulares profundos com aparelhamento, no Estado do Ceará (localidades rurais)						
Localizador		7044 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – NO ESTADO DO CEARÁ				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
18.933.856	18.933.856	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	100	100	0
Recurso proveniente de emenda parlamentar com liberação pela Secretaria de Relações Institucionais (não ocorrida)						

Localizador		7066 – PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES/BA				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
150.000	150.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiad			Unidade	1	1	0
Recurso proveniente de emenda parlamentar com liberação pela Secretaria de Relações Institucionais (não ocorrida)						
Localizador		7072 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
8.837.183	8.837.183	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade	1105	1105	0
Recurso proveniente de emenda parlamentar com liberação pela Secretaria de Relações Institucionais (não ocorrida)						

Identificação da Ação						
Ação:		1N64				
Título:		Implantação da Adutora Pajeú nos Estado de Pernambuco e Paraíba				
Iniciativa:		Implantação da Adutora Pajeú (PB/PE)				
Objetivo:		0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas				
Programa:		2084 – Recursos Hídricos				
Unidade Orçamentária:		Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
Ação Prioritária:		(X) Sim () Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
23.523.118	77.580.053	30.560.828	22.715.641	21.176.735	1.538.906	7.845.186
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada			Percentual de execução	7	7	27
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada	Percentual de execução	8
O DNOCS propôs executar o Ramal Sertânea, que seria uma mudança na estratégia de execução da 2ª Etapa. Seria necessário aprovar um adicional no PAC da ordem de R\$ 35 milhões. Este Ramal liga o Eixo leste do PISF ao empreendimento. As obras estão em andamento com 75% das obras da 1ª fase da 2ª Etapa concluídas.					

Identificação da Ação	
Ação:	20N4
Título:	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo
Objetivo:	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção
Programa:	2084 – Recursos Hídricos
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
3.096.060	2.796.060	1.673.115	196.721	196.721	0	1.476.394
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Infraestrutura mantida			Unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Infraestrutura mantida		Unidade	0
Com os recursos disponíveis foram realizados serviços de manutenção na barragem Tremedal situada no estado da Bahia, selecionada como prioridade, considerando o estado crítico de suas estruturas (maciço, vertedouro e tomada d'água)						

Identificação da Ação	
Ação:	3715
Título:	Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais
Iniciativa:	Implantação da Barragem Berizal no Rio Pardo (MG)
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas
Programa:	2084 – Recursos Hídricos
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

Ação Prioritária: (X) Sim () Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
841.574	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		Percentual de execução	1	1	0	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada		Percentual de execução	0
Para que as ações de implantação do empreendimento sejam deflagradas é necessário que sejam disponibilizados recursos orçamentários suficientes. Deverão ser executadas ações ambientais visando atender as condicionantes estabelecidas na LI, bem como deve ser contratada a revisão do projeto executivo.						

Identificação da Ação						
Ação:		3735				
Título:		Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais				
Iniciativa:		Implantação da Barragem Congonhas (MG)				
Objetivo:		0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas				
Programa:		2084 – Recursos Hídricos				
Unidade Orçamentária:		Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
Ação Prioritária: (X) Sim () Não			Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
841.574	589.102	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		Percentual de execução	1	1	0	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado

0	0	0	Obra executada	Percentual de execução	0
<p>Processo licitatório para contratação dos serviços de supervisão das obras em andamento; Processo visando a contratação dos serviços de implantação das obras da barragem instruído, porém não deflagrado pro insuficiência de recursos orçamentários; Pendências no tocante a questões ambientais (condicionantes).As atividades objeto do convênio firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo de Minas Gerais, cujo principal objetivo seria solucionar as pendências ambientais, estão paralisadas. Os resultados até agora não foram satisfatórios do ponto de vista da análise efetuada pelo órgão ambiental competente do Governo de Minas Gerais.</p>					

**PROGRAMA 2111 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Identificação da Ação						
Ação:	1M49					
Título:	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
3.000.000	3.000.000	2.862.618	1.692.879	1.682.879	0	1.169.739
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			Percentual de execução	1	1	1
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
4.067.922	4.061.912	(-41.749)	Projeto executado		Percentual de execução	1
Recurso utilizado para execução dos contratos DNOCS 03/2012 e 44/2012, relativos, respectivamente, a: serviço continuado de fornecimento de links de Internet e MPLS DNOCS, em consonância com ação "A15 - Contratar/renovar/ampliar Link de Internet e rede MPLS"; e serviço continuado de sustentação e administração do ambiente de rede do DNOCS, em consonância com ação "A17 - Contratar/renovar serviço de sustentação da Infraestrutura de Redes". Todas os projetos listados estão formalizados no Plano Estratégico de TI - Plano Diretor de TI (PETI-PDTI 2016-2019). Ao final do exercício houve alteração orçamentária a fim de cumprir com as obrigações no pagamento das despesas.						

Identificação da Ação	
Ação:	2000

Título:	Administração da Unidade					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
30.310.761	32.031.488	31.876.647	30.903.524	30.885.783	17.741	973.124
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
5.209.377	3.868.613	(-603.797)				
Planos Orçamentários						
Capacitação de Servidores Públicos Federais						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
81.290	81.290	53.487	50.257	50.257	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor capacitado			Unidade	50	50	26
Identificação da Ação						
Ação:	2004					
Título:	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
7.080.000	7.080.000	6.394.633	6.394.633	6.394.633	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	6.146	6.146	4.206	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
310	0	(-310)	Pessoa beneficiada	Unidade	0	

Identificação da Ação						
Ação:	2010					
Título:	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X)Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
84.000	277.665	273.171	273.171	273.171	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida			Unidade	95	95	70
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Criança atendida		Unidade	0

Identificação da Ação						
Ação:	2011					
Título:	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					

Programa:	2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
960.000	1.093.196	1.055.309	1.055.309	1.055.309	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor beneficiado			unidade	533	0	725
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Servidor beneficiado		unidade	

Identificação da Ação						
Ação:	2012					
Título:	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
7.200.000	8.209.189	8.141.310	8.141.310	8.141.310	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor beneficiado			Unidade	1.609	1.609	1.428
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Servidor beneficiado		Unidade	0

Identificação da Ação						
Ação:	216H					
Título:	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2111 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional					
Unidade Orçamentária:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
72.739	72.739	58.371	58.371	58.371	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Agente público beneficiado			Unidade	2	2	2
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta		Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Agente público beneficiado		unidade	0

No que tange à execução de recursos inscritos em restos a pagar, uma das principais características das atividades desenvolvidas pelo DNOCS é a execução de projetos com duração que excedem o exercício, muitas vezes por se tratarem de obras de grande vulto e outras vezes pela necessidade de articulação, definição de estratégias e instrumentos para viabilizar os projetos, realização de processos licitatórios, além da recorrente liberação de recursos orçamentários somente ao final do exercício.

Dessa forma, faz parte da gestão orçamentária do Departamento a utilização dos recursos na consecução do objetivo específico de cada ação, de modo quase indistinto entre a execução física dos recursos da LOA e de Restos a Pagar, visando garantir continuamente a cobertura das despesas no projeto.

Nesse sentido, a inscrição dos recursos em restos a pagar, ainda que possa ensejar distorções e possíveis pontos negativos na execução da despesa pública, apresenta-se como forma necessária à viabilização dos projetos executados na Empresa.

Os quadros relativos a Restos a Pagar foram incorporados aos quadros de LOA.

2.3.2. AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO E EXECUTADAS ATRAVÉS DE TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

O DNOCS, em 2016, celebrou 2 Termos de Execução Descentralizadas com o objetivo de implantar adutoras emergenciais e atender comunidades que se encontravam em colapso de abastecimento. Tais ações foram classificadas como resposta a desastres, e visam restabelecer o abastecimento de centros urbanos que tiveram seus sistemas de abastecimento exauridos após o prolongado período de seca que afetou drasticamente a região do semiárido nordestino.

Os instrumentos acima referidos foram o TED nº 10/2016 e o TED nº 11/2016. Em relação ao TED nº 10/2016, foram destinados R\$ 40.173.022,23 para a implantação de 8 adutoras emergenciais no Estado do Ceará, sendo elas: Pereiro, São Luis do Curu, Tamboril, Iracema, Apuiarés, Triângulo, Mineiro e Aruaru. Já em relação ao TED nº 11/2016, foram destinados R\$ 42.202.458,63 para a implantação da adutora emergencial Serra de Santana - Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte.

Com relação ao Projeto de Integração São Francisco – PISF, foram realizados:

1 – TED nº 02/2016 – Recuperação das barragens do PISF, enquadradas no Grupo de Prioridade 1.

- Reservatórios objeto dos serviços de recuperação e modernização: Eng.º Ávidos-PB, Poções-PB, São Gonçalo-PB, Curema-PB, Mãe D'água-PB e Camalaú-PB.
- Obras já contratadas e em andamento: recuperação das barragens Poções e Camalaú. As obras da barragem Poções foram iniciadas em 30/01/2017. A previsão de conclusão é em 30/12/2017. A de Camalaú (emergencial) está em andamento com 80% de execução física. A previsão de conclusão é 30/03/2017. Quanto a barragem Poções, as obras estão com 30% de execução física.
- As demais obras objeto do TED estão com projetos executivos concluídos. Encontram-se em fase de licitação com vistas à contratação dos serviços de recuperação.

2 - TED nº 03/2016 – Recuperação das barragens do PISF, enquadradas no Grupo de Prioridade 2.

- Reservatórios objeto dos serviços de recuperação e modernização: Castanhão-CE, Barra do Juá-PE, Epitácio Pessoa-PB, Armando Ribeiro Gonçalves-RN e Poço da Cruz-PE.

- Obras já contratadas e em andamento: recuperação das barragens Castanhão e Eptácio Pessoa. As obras da barragem Castanhão foram iniciadas em 30/01/2017. A previsão de conclusão é em 30/08/2017. A de Eptácio Pessoa está em andamento com 10% de execução física. Os serviços foram iniciados em 27/12/2016 e a conclusão está prevista para 30/04/2018.
- As demais obras objeto do TED estão com projetos executivos concluídos. Encontram-se em fase de licitação com vistas à contratação dos serviços de recuperação. As obras de recuperação da barragem Poço da Cruz estão sendo conduzidas pela CEST-PE. A fase ainda é de licitação para contratação dos serviços.

2.3.3 - FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO:

O orçamento relativo ao exercício de 2016 atualizado foi de R\$ 1,28 bilhão, dos quais R\$ 361,5 milhões foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, R\$ 758,58 milhões despesas com pessoal e R\$ 189,3 milhões provenientes de emendas parlamentares.

No entanto, a gestão orçamentária e financeira do DNOCS no exercício de 2016 foi fortemente marcada pelo impacto do contingenciamento de recursos, R\$ 285,6 milhões ao final do exercício, inclusive constando a maioria das ações do PAC (programa prioritário).

As dotações orçamentárias disponibilizadas mostraram-se, a exemplo do ocorrido em exercícios anteriores, insuficientes para o pleno atendimento às necessidades da Instituição, limitando a execução de projetos.

Registre-se, ainda, que, quando da elaboração da Proposta Orçamentária do DNOCS, a limitação do valor disponibilizado para o exercício ensejou a que se priorizasse gastos, compatibilizando os valores oferecidos à necessidade de manter o funcionamento normal da Instituição e comprometendo a consecução de metas estabelecidas no PPA.

As implicações do referido contingenciamento sobre as despesas das ações orçamentárias, inclusive do PAC, foram impactadas de forma significativa, tendo em vista que, sem o suficiente aporte de recursos orçamentários, terão que ser replanejadas, inclusive nos cronogramas de execução, ocasionando despesas com a retomada das obras, além de prejuízos físicos e financeiros em consequência das paralisações.

A exiguidade de recursos para a ação 2000 – Administração da Unidade, dificultando a manutenção das atividades essenciais da máquina, tais como manutenção predial, telefonia,

combustível, impostos, taxas, serviços de limpeza, etc.

Além disso, o reduzido limite orçamentário destinado às despesas discricionárias impactou significativamente na operação, manutenção e recuperação de infraestruturas hídricas, nas despesas relacionadas aos perímetros públicos de irrigação, tais como a assistência técnica e extensão rural – ATER, energia elétrica, administração, operação e manutenção, pagamento de impostos e taxas, trazendo ainda, consequências para a população da região, bem como dificuldades quanto alcance das metas e resultados assumidos na Lei Orçamentária Anual - LOA e no Plano Plurianual – PPA.

No mesmo contexto, a não destinação de recursos suficientes para outros projetos previstos na LOA, a exemplo da ação orçamentária Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas gera riscos de rompimento de barragens, com possibilidade de consequências graves, como desabastecimento de água, danos econômicos e ambientais, e inviabiliza a observância à Lei de Segurança de Barragens.

Além de todos estes fatores, há que citar o Decreto 8.859/2016 que, em seu § 5º determina o bloqueio de dotações orçamentárias que excedam os limites de movimentação de empenho disponibilizados pela SOF/MP.

Serão, ainda, citados como fatores intervenientes:

ÁREA ADMINISTRATIVA:

- Dificuldade na gestão e execução de contratos em virtude do cronograma de desembolso estabelecido pelo Ministério do Planejamento que difere do planejado pelo Departamento e da liberação de grande parte dos recursos ao final do exercício;
- Insuficiência de recursos humanos e falta de renovação do quadro funcional.

ÁREA FINALÍSTICA:

- Insuficiência ou demora na liberação de recursos orçamentários e financeiros ao longo do exercício, inclusive para a recuperação e manutenção de barragens em cumprimento à Lei 12.334/2010 (Lei de Segurança de Barragens);
- Inviabilização da execução de obras e serviços de engenharia por insuficiência, demora na liberação ou contingenciamento dos recursos para execução dos trabalhos, inclusive ocasionando
- Possibilidade de paralisação das obras atividades em decorrência da inadequação na disponibilidade dos recursos materiais e frente insuficiência de servidores com perfil para determinados trabalhos;
- Portarias que limitam despesas com locomoção, comprometendo a fiscalização

dos contratos e convênios firmados com a Autarquia, dentro da regularidade necessária e para cumprimento de normas vigentes, o que resulta em inúmeras demandas dos Órgãos de Controle.

FATORES EXTERNOS:

- Anos de estiagem: A seca, além de ser um problema climático, é uma situação que gera dificuldades sociais para as pessoas que habitam a região. Com a falta de água, torna-se difícil o desenvolvimento da agricultura e aquicultura, provocando a falta de recursos econômicos, gerando fome e miséria;
- Grande parte dos recursos repassados para atender a convênios com impedimentos técnicos (Dificuldade dos entes atenderem às exigências legais, para início das obras);
- Dotações da LOA insuficientes para a execução de ações em virtude da limitação de recursos orçamentários disponíveis durante a elaboração do PLOA pelo DNOCS;
- Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta em insatisfação generalizada;

2.3.4 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Quadro 2.4 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	10	1	8	5.711.060,24	3.301.626,86	5.900.000,00
Termos de Compromisso	-	-	-	48.988.749,71	50.193.000,00	38.385.667,00
Termo de Cooperação	-	-	2	-	-	-
Termos de Execução Descentralizada	2	3	-	737.972,00	47.777,31	-
Totais	12	4	10	55.437.781,95	53.542.404,17	44.285.667,00
Fonte: Tesouro Gerencial						

Quadro 2.5 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente

Nome: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termos de Compromisso
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	3	1
		Montante Repassado	R\$ 2.137.333,18	R\$ 204.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	R\$ 142.500,00	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema de Protocolo Interno do DNOCS (APOENA)				

Quadro 2.6 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Termos de Compromisso
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-
	Quantidade reprovada	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	1
	Montante repassado (R\$)	575.315,94	204.000,00
Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Interno de Protocolo do DNOCS (APOENA)			

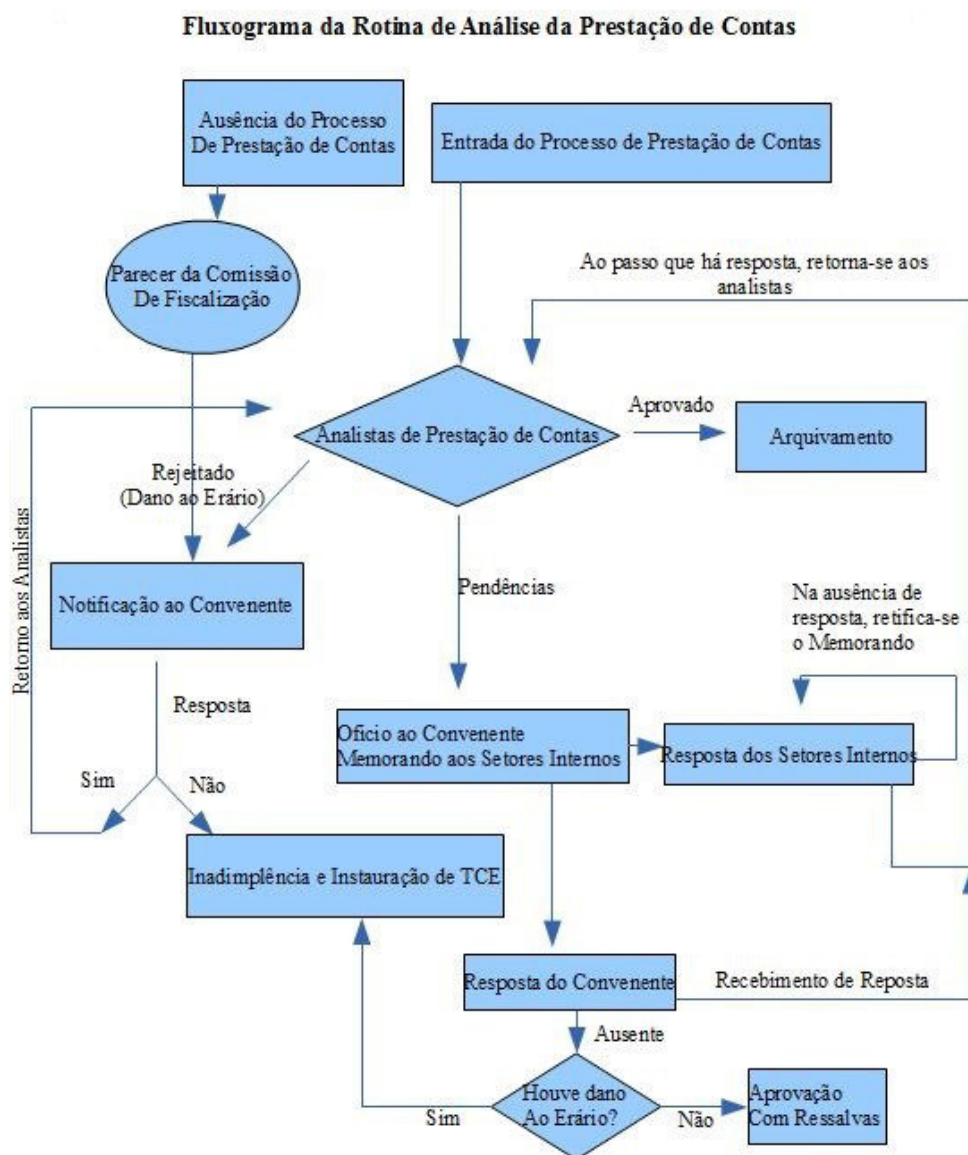
Quadro 2.7 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	1	-	-	31
Termos de Compromisso	1	0	-	-	2

ANÁLISE CRÍTICA

Para a melhor compreensão dos procedimentos adotados no DNOCS para as prestações de contas, segue fluxograma descrevendo as etapas de análise de prestação de contas:

Figura 3 – Fluxograma da rotina de análise da Prestação de Contas



Os convênios em situação de inadimplência são decorrentes de não atendimentos às notificações ou ofícios expedidos, que buscam solucionar pendências financeiras ou cumprimento do objeto do convênio, sem que se tenha obtido sucesso, ocasionando possível instauração de tomadas de contas especiais ou cobranças jurídicas pela Procuradoria Federal.

Quanto da omissão ou atraso na entrega da prestação de contas, após o término do prazo previsto (já ressaltado acima), procedemos notificações ao conveniente e em caso de não apresentação procedemos registro de inadimplência efetiva. O registro é efetuado e inicia-se o

procedimento de instauração de Tomada de Contas Especial, verificando-se o possível cumprimento do objeto e alcance social pelas comissões de fiscalização.

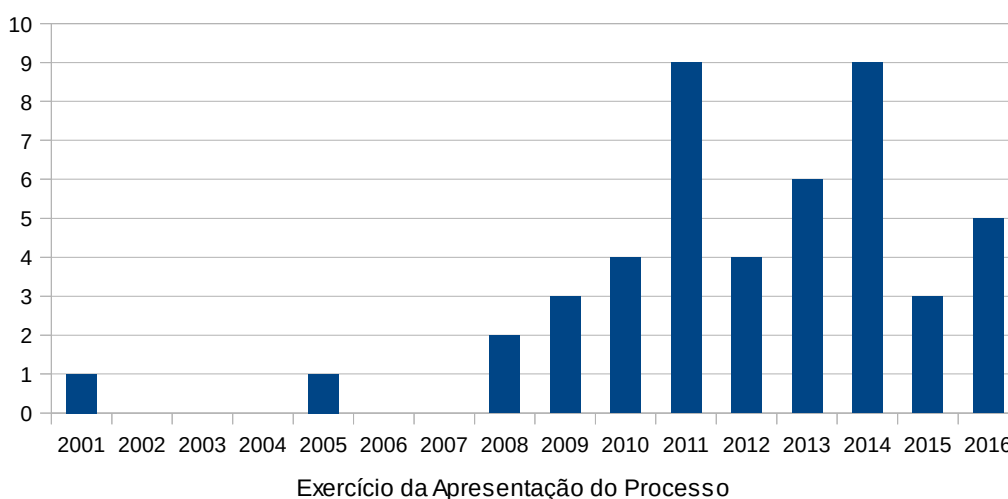
Entre os principais motivos de não aprovação de prestações de contas que não se identificou propriamente dano ao erário, podemos destacar:

- Falta de atesto e número de convênio nas notas fiscais;
- Ausência de documentos relativos ao procedimento licitatório;
- Descrição dos serviços prestados de forma genérica no corpo das notas fiscais;
- Ausência de depósito de contrapartida na conta específica do convênio;
- Cópia de cheques, Ted, ou recibos, entre outros

Uma vez que a transferência é tida como inadimplente – é importante considerar que só consideramos inadimplente quando estão esgotadas todas as medidas administrativas – aguardamos o prazo de 45 dias (ou 15 dias a contar da data de recebimento do AR) para proceder com a instauração de Tomada de Contas Especial ou medidas judiciais cabíveis, caso o débito atualizado monetariamente for inferior a R\$ 75.000. É importante considerar também os casos de Inadimplência Suspensa: a única mudança é na atribuição de responsabilidade, mas os procedimentos de TCE ou cobrança judicial são os mesmos em relação aos casos de Inadimplência Efetiva.

Dado o número de prestações de contas de exercícios anteriores serem majoritários no estoque de prestações de contas a ser concluído, o enfoque na análise e conclusão dos mesmos tem sido naquelas prestações de contas apresentadas nos exercícios anteriores. Com efeito, até 31/12/2016, quase a totalidade dos processos a serem analisados está com mais de 120 dias de atraso, como podemos ver no perfil dos atrasos na análise de prestação de contas. Além do mais, aproximadamente 76% dos processos que passaram pelo Setor de Contabilidade em 2016 estão compreendidos no exercício 2011-2016, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Número de processos de Prestação de Contas



Apesar de dispormos atualmente de três servidores para a análise financeira de prestação de contas e dos constantes atrasos das Comissões de Fiscalização (especialmente daquelas cuja sede não é o Estado do Ceará), resta um estoque de 35 transferências a terem suas análises concluídas. Ainda em relação ao Perfil dos Atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos, podemos destacar duas situações não cobertas pelo Quadro que limitam a avaliação da Gestão de Transferências através do quadro proposto, notadamente quando consideramos as Contas não analisadas:

- Quando o processo de Prestação de Contas é analisado e há diligências por parte dos Setores Internos ao Órgão (Ex. Coordenadorias Estaduais, DP ou DI), em demorando mais de 60 dias (prazo proposto pela legislação aplicada a Convênios) enviamos Memorando para tais setores cobrando resposta imediata, sob pena de Apuração de Responsabilidade. Durante o processo de cobrança através de memorandos, o processo continua pendente de Conclusão, mas ressaltamos que o mesmo já foi analisado;
- Quando a diligência é encaminhada ao conveniente e o mesmo responde (mesmo que não atenda completamente as pendências), o processo é encaminhado novamente para os analistas. Enquanto acontece tudo isso, o processo ainda está na situação de “a aprovar”, mas o mesmo processo já foi analisado.

Posto isto, uma das sugestões é que se inclua no Quadro situações em que os mesmos processos foram analisados, mas se encontram com pendências em setores internos ao órgão ou em aguardo na resposta de diligências por parte do conveniente, sem que os mesmos tenham sido aprovados ou rejeitados. Outra opção que podemos sugerir é em vez de considerar a “Conta não analisada” (termo que leva entender pura negligência por parte do órgão), trocar o termo por “análise não concluída”, pois este último termo dispensa o entendimento de negligência, mas não significa a ausência de pendências nos prazos para análise das contas.

Com o advento do SICONV, os controles são mais consistentes, vistos que liberação de parcelas são definidas por acompanhamentos dos fiscais, assegurando melhor controle.

No exercício de 2016 foram repassados R\$ 55.437.781,95, superando o valor de 2015 que foi de R\$ 53.542.404,17, com relação as transferências voluntárias, sendo boa parte dessas transações Termos de Compromisso (R\$ 48.988.749,71), ainda efeito do fato de que no exercício de 2013 foram celebrados 207 Termos de Compromisso. Ainda no exercício de 2016 os repasses dos “Termos de Execução Descentralizada” sofreram um aumento de R\$ 47.777,31 em 2015 para R\$ 737.972,00 em 2016.

O DNOCS possui uma Comissão de Monitoramento de Convênios, ligada diretamente à Direção-Geral, que tem em sua organização envolvimento com as demais Diretorias, inclusive conexa com as comissões de fiscalizações que se pronunciam sobre a evolução do cumprimento do objeto, propiciando liberações.

Cabe ressaltar as dificuldades orçamentárias e financeiras que dificultam o planejamento eficiente no tocante aos procedimentos de acompanhamentos da execução dos convênios firmados, inclusive refletindo no cumprimento dos prazos legais que são estabelecidos para análise conclusiva de cada prestação de contas.

2.3.4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ANÁLISE DE PRESTAÇÕES DE CONTAS

A estrutura de pessoal que analisa as prestações de contas de recursos repassados às diversas entidades demonstra ainda uma grande deficiência nesta Autarquia. O número de fiscais disponíveis não é suficiente para atender a quantidade de convênios celebrados. Também não há recursos suficientes para que o acompanhamento da execução da obra in loco seja feita de forma satisfatória.

Para a análise financeira, durante o ano de 2016, o Serviço de Contabilidade contou com apenas 3 servidores para a execução dessa atividade, o que impossibilitou efetuar a análise no prazo previsto na legislação.

Cabe ressaltar que o passivo existente em exercícios anteriores com referência aos convênios antigos foi drasticamente reduzido, com relação ao grande volume de processos que se encontravam em atraso.

Em observação a legislação vigente, após detectada alguma irregularidade na execução do convênio, seja de ordem física ou financeira, é dado ao Conveniente os direitos de ampla defesa e contraditório, sendo-lhes concedido um prazo para saneamento da irregularidade.

Caso não apresente resposta no prazo de 45 dias, o Conveniente é incluído na inadimplência no SIAFI, ficando nesta situação até que a regularidade seja saneada. Após a inclusão na inadimplência, encaminhamos ofício comunicando o fato ao responsável, informando que será instaurada a Tomada de Contas Especial. Caso o Conveniente apresente alguma resposta, o processo será reanalisado, e sendo a irregularidade saneada, a inadimplência é então suspensa.

Ressalta-se que a Tomada de Contas Especial é instaurada apenas no caso de não apresentação de resposta ou ainda quando as respostas não são satisfatórias, sendo uma medida

de exceção e não a regra aplicada.

Com relação aos sistemas de controles internos de acompanhamento nas formalizações de parcerias, liberação de recursos, bem como as prestações de contas apresentadas, informamos que o DNOCS possui no seu sistema de informática, na ferramenta APOENA um amplo e atualizado controle de informações, possibilitando acompanhar gerencialmente a origem e destino dos repasses e suas respectivas conclusões.

2.3.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS:

Quadro 2.7 – Demonstrativo da despesa por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	132.169.416,13	12,53	155.510.935,58	16,26	58.564.168,64	7,01	51.086.522,47	6,55
a) Convite	307.947,21	0,03	28.702,93	0,00	33.177,85	0,00		0,00
b) Tomada de Preços	3.612.781,93	0,34	2.092.037,63	0,22	567.371,21	0,07	51.509,92	0,01
c) Concorrência	18.684.497,78	1,77	30.411.900,44	3,18	6.966.748,31	0,83	7.265.429,55	0,93
d) Pregão	71.929.650,01	6,82	88.178.294,58	9,22	41.661.393,66	4,99	34.294.017,38	4,39
e) Concurso		0,00		0,00		0,00		0,00
f) Consulta		0,00		0,00		0,00		0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	37.634.539,20	3,57	34.800.000,00	3,64	9.335.477,61	1,12	9.475.565,62	1,21
2. Contratações Diretas (h+i)	110.516.914,78	10,47	27.662.241,13	2,89	34.957.870,41	4,19	5.657.725,00	0,72
h) Dispensa	109.166.969,57	10,35	25.626.667,84	2,68	33.807.191,03	4,05	4.267.123,84	0,55
i) Inexigibilidade	1.349.945,21	0,13	2.035.573,29	0,21	1.150.679,38	0,14	1.390.601,16	0,18
3. Regime de Execução Especial	224.463,59	0,02	209.625,13	0,02	224.463,59	0,03	205.313,70	0,03
j) Suprimento de Fundos	224.463,59	0,02	209.625,13	0,02	224.463,59	0,03	205.313,70	0,03
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	703.412.078,25	66,67	684.912.070,92	71,63	703.344.970,36	84,24	684.837.038,77	87,74
k) Pagamento em Folha	701.563.724,64	66,49	682.531.037,38	71,38	701.498.097,96	84,01	682.529.947,51	87,45
l) Diárias	1.848.353,61	0,18	2.381.033,54	0,25	1.846.872,40	0,22	2.307.091,26	0,30
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	946.322.872,75	89,69	868.294.872,76	90,80	797.091.473,00	95,46	741.786.599,94	95,04
6. Total das Despesas da UPC	1.055.105.844,66	100	956.223.549,39	100	834.975.859,24	100	780.487.830,27	100

Quadro 2.8 – Demonstrativo da despesa por Grupo e Elemento de Despesa.

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	240.306.181,17	244.551.983,08	240.306.181,17	244.551.308,73		674,35	240.306.181,17	244.551.308,73
03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	254.706.199,09	239.603.190,29	254.684.452,28	239.603.190,29	21.746,81		254.684.452,28	239.603.190,29
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	133.599.991,46	137.939.182,70	133.598.802,46	137.938.767,18	1.189,00	415,52	133.598.802,46	137.938.767,18
13	OBRIGACOES PATRONAIS	30.175.052,94	29.040.037,56	30.132.362,07	29.040.037,56	42.690,87		30.132.362,07	29.040.037,56
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	514.972,12	236.831,88	514.972,12	236.831,88			514.972,12	236.831,88
91	SENTENÇAS JUDICIAIS	38.204.001,88	30.814.326,00	38.204.001,88	30.814.326,00			38.204.001,88	30.814.326,00
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.727.618,19	234.917,91	3.727.618,19	234.917,91			3.727.618,19	234.917,91
96	RESCISÓRIOS E DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	329.707,79	110.567,96	329.707,79	110.567,96			329.707,79	110.567,96
04	CONTRATAÇAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	5.124,71	682.813,53	5.124,71	682.813,53			5.124,71	682.813,53
08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.304.445,74	1.112.031,87	1.302.937,75	1.094.454,67	1.507,99	17.577,20	1.276.623,32	1.085.558,50
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.255.602,68	2.288.715,11	1.255.602,68	2.278.095,81		10.619,30	1.254.121,47	2.223.711,54
30	MATERIAL DE CONSUMO	2.980.515,35	2.125.178,15	856.475,05	974.497,27	2.124.040,30	1.150.680,88	856.475,05	958.985,71
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	385.153,59	597.435,13	346.452,88	549.037,35	38.700,71	48.397,78	329.199,39	547.670,27
35	SERVICOS DE CONSULTORIA		134.049,12				134.049,12		
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.390.326,98	1.430.813,41	1.390.326,98	1.430.813,41			1.390.326,98	1.430.813,41
37	LOCAÇAO DE MAO-DE-OBRA	22.455.335,88	24.395.374,00	22.134.878,26	22.698.955,21	320.457,62	1.696.418,79	22.134.878,26	19.210.426,36
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	13.547.313,31	14.088.617,20	9.444.796,08	9.173.552,51	4.102.517,23	4.915.064,69	9.394.192,73	8.327.673,09
46	AUXILIO-ALIMENTAÇAO	8.134.622,06	6.896.070,33	8.134.622,06	6.896.070,33			8.134.622,06	6.896.070,33
47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	62.775,08	75.236,39	62.775,08	73.672,04		1.564,35	62.775,08	73.672,04
49	AUXILIO-TRANSPORTE	1.055.309,43	914.761,38	1.055.309,43	914.761,38			1.055.309,43	914.761,38
59	PENSOES ESPECIAIS	14.219,41	9.774,80	14.219,41	9.774,80			14.219,41	9.774,80
91	SENTENÇAS JUDICIAIS		3.239,89		3.239,89				3.239,89
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.388.676,72	12.365.328,22	3.388.676,72	12.305.684,98		59.643,24	3.388.676,72	12.296.604,58
93	INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES	6.996.417,74	8.628.707,47	6.996.417,74	6.161.873,49		2.466.833,98	6.996.417,74	6.161.873,49
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	592.750,93	92.318,43	592.750,93	83.379,72		8.938,71	592.750,93	83.379,72
30	MATERIAL DE CONSUMO	477.772,00	672.637,08	36.900,00	288.715,44	440.872,00	383.921,64	36.900,00	288.715,44
35	SERVICOS DE CONSULTORIA	13.606.106,92	16.186.288,85	6.478.406,38	7.817.780,86	7.127.700,54	8.368.507,99	3.268.351,85	4.314.984,93
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	264.033,54		168.789,44		95.244,10		167.026,26	
42	AUXILIOS	84.538.580,00	60.704.410,00	20.764.792,29	16.040.000,00	63.773.787,71	44.664.410,00	14.926.792,29	16.040.000,00
51	OBRAS E INSTALACOES	175.783.705,14	110.823.052,03	58.157.414,70	23.667.024,81	117.626.290,44	87.156.027,22	55.248.240,63	15.908.197,18
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.050.222,89	8.915.351,34	1.301.279,64	238.368,29	11.748.943,25	8.676.983,05	1.301.279,64	48.648,29
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.699,00	450.308,28	1.699,00	450.308,28			1.699,00	450.308,28
93	INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES	2.251.410,92	100.000,00	1.641.758,33		609.652,59	100.000,00	1.641.758,33	

COMENTÁRIO:

Ao analisar os quadros demonstrativos da despesa por modalidade de contratação e por modalidade da despesa, observa-se alterações significativas nos elementos de despesa:

- 04 – decréscimo de 99,8%, tendo em vista o término do contrato de servidores concursados na modalidade “por tempo determinado”;
- 14 – o aumento de despesa com diárias de servidores aconteceu visando o acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia em caráter emergencial, tais como implantação de poços, cisternas, sistemas simplificados de abastecimento de água, pequenas adutoras, entre outros. Tais ações, realizadas em virtude do longo período de estiagem a que está submetido o semiárido brasileiro (área de atuação do DNOCS)
- 93 – necessidade de realizar pagamento por indenização referente aos serviços de supervisão, controle tecnológico e acompanhamento dos serviços executados na implantação do Sistema Adutor do Pajeú (2ª Etapa) enquanto realizava-se novo processo licitatório para contratação de nova supervisora. Ressalta-se que não houve, com essa decisão da Diretoria Colegiada, interrupção no andamento das obras.

Em relação à modalidade de aplicação tem-se o seguinte:

- Decréscimo da despesa com concorrências – os contingenciamentos realizados no exercício inviabilizaram a realização de ações de maior valor (concorrências);
- Em contrapartida, em virtude do caráter emergencial das obras e serviços de engenharia acima descritos, foram realizadas dispensas de licitação em maior número e valor que nos anos anteriores.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Como instituição vinculada ao Ministério da Integração Nacional, o DNOCS não é responsável diretamente por objetivos, iniciativas ou programas do PPA, atuando e contribuindo para a consecução de suas metas destes programas através da execução de ações orçamentárias.

Apesar das dificuldades já mencionadas, inclusive pelo advento da seca que já perdura cinco anos, o DNOCS tem respondido, no decorrer de sua história, a contínuos desafios na execução das políticas públicas sob sua responsabilidade.

Nesse sentido, teve que optar por, através de Termos de Execução Descentralizada, envidar esforços para ações emergenciais para o convívio com a estiagem, através da

implantação de poços, dessalinizadores, cisternas, sistemas simplificados de abastecimento, etc.

Em relação dos objetivos afetos ao DNOCS, segue os resultados alcançados:

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação

0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional;

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado;

O ano de 2016 foi especialmente desafiador para a operação dos projetos de irrigação sob a jurisdição do DNOCS. Isso se deve pela conjugação de mais um ano de escassez hídrica, o quinto ano consecutivo, e do cenário de restrição fiscal, que ocasionou um severo contingenciamento orçamentário no governo Federal, prejudicando a eficácia das ações desenvolvidas. Os recursos para despesas discricionárias foram insuficientes para o fiel cumprimento das atribuições regimentais do DNOCS, inclusive quanto à operação e manutenção dos projetos de irrigação.

No que diz respeito a investimentos, a LOA 2016 alocou recursos para implantação das 2^{as} Etapas dos Perímetros Públicos de Irrigação Baixo Acaraú/CE, Tabuleiros Litorâneos de Paranaíba/PI, Araras Norte/CE, Platôs de Guadalupe/PI, além dos Perímetros Barragem Santa Cruz do Apodi e Mendubim/RN. No entanto, os contingenciamentos ocorridos nestas ações tornou inviável a continuidade dos trabalhos e consequentemente alcançar a meta fixada em LOA.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), o DNOCS concluiu o cadastro de seus projetos públicos de irrigação.

Foram obtidos avanços no tocante à transferência de gestão dos projetos de irrigação do DNOCS, com a celebração de 5 (cinco) instrumentos de cessão de uso que concedem ao irrigantes, por meio de entidades representativas dos produtores de cada projeto, a administração e manutenção das infraestruturas de uso comum e de apoio à produção, instrumento este já adequado à nova Política Nacional de Irrigação. Com a celebração desses contratos, já totalizam 8 (oito) projetos de irrigação que estão formalmente na fase de cogestão do processo de transferência de gestão.

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com deficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica;

0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões Estruturais;

O Nordeste brasileiro, mais que outras regiões brasileiras, em virtude de cinco anos de estiagem, tem sofrido crise hídrica que traz graves problemas sociais e econômicos.

Neste contexto, e considerando suas obrigações regimentais, o DNOCS tem, historicamente, a missão histórica de implementar ações indutoras de desenvolvimento pelo aumento quantitativo das obras hidráulicas, através da construção de novas obras de acumulação, da implantação de adutoras, da integração de bacias hidrográficas, da perfuração e instalação de poços tubulares profundos, bem como pela melhoria da oferta de água pelas obras hidráulicas já existentes e pela democratização do acesso à água pela população do semiárido por meio da participação na sua gestão.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) possui sob sua responsabilidade mais de 300 barragens localizadas na Região Nordeste e no Norte de Minas Gerais, sendo que 65% delas enquadram-se como barragens de média e grande capacidade.

Desse modo, a maior dificuldade sentida pelo DNOCS é a operação e manutenção de estruturas e equipamentos hidráulicos, além da reabilitação e do monitoramento da operação e da segurança dessas estruturas.

Considerando, também, os contingenciamentos ocorridos no exercício de 2016, pouco se avançou nestes objetivos.

1133 - Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva

Faz parte das atribuições do DNOCS, atividades relacionadas à produção de alevinos, além de pesquisas de adaptação e melhoramento genético e de recuperação de elementos da fauna ameaçados de extinção, larvas de camarão e algas, em cujo patrimônio engloba oito estações de piscicultura implantadas e em operação, e dois Centros de pesquisas, distribuídos em alguns Estados sob sua jurisdição.

Algumas dificuldades, no entanto, prejudicaram sensivelmente os trabalhos, dentre

elas as escassez hídrica que já perdura por cinco anos e a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para a manutenção e operação das Estações e Centros de Pesquisa, além da inexistência de recursos para modernização e aparelhamento destas estações e centros.

Há que se considerar que, nos diversos estados, cerca de 15.000 pescadores são diretamente beneficiados por esta ação, bem como mais de 500 produtores/aquicultores que adquirem alevinos de excelente padrão genético nas estações de piscicultura, assim distribuídas: Ceará: 2 Centros de Pesquisas e 5 Estações; Piauí: 1 Estação; Rio Grande do Norte: 2 Estações; Paraíba: 1 Estação; Bahia: 1 Estação; Sergipe: 1 Estação; Pernambuco: 1 Estação e Alagoas: 1 Estação, perfazendo um total de 13 unidades produtoras, que necessitam desses recursos para continuarem este indispensável trabalho de apoio a esta atividade que traz indiscutíveis benefícios a toda a população nordestina.

Os recursos serão destinados para o funcionamento de 13 Estações de Piscicultura e 2 Centros de Pesquisas, com aquisição de material permanente e de consumo, pagamento de obrigações tributárias e contratação de serviços terceirizados, deslocamentos de técnicos e de agentes de peixamentos de açudes públicos.

2.5 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

O DNOCS vem, nesses últimos anos, buscando fundamentar a sua atuação nos novos paradigmas que devem estar presentes no marco de um estado responsável e comprometido.

No entanto, por não ter, ainda, estruturado o Planejamento Estratégico Institucional (em andamento), e apesar de concordar que se trata de importante instrumento de gestão nas atividades de monitoramento e avaliação, a autarquia não possui indicadores que meçam o desempenho da gestão.

No que toca aos indicadores de desempenho elaborados para fins de pagamento de gratificações, alinhados ao alcance de metas da Avaliação de Desempenho Institucional, informamos que sendo envidados esforços necessários a fim de que seja garantido o aprimoramento na qualidade dos indicadores pactuados, diante de uma construção conjunta mais teórica, a partir do alinhamento conceitual com o corpo gestor da autarquia.

Como os indicadores atuais ligam-se somente ao processo de avaliação de desempenho, são relacionados em número limitado, levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade quando de sua elaboração, em conformidade com a margem de discricionariedade prevista em seus instrumentos regulatórios.

Quanto à forma de obtenção dos indicadores atualmente utilizados, informamos que não refletem posicionamento arbitrário da equipe que acompanha os trabalhos atinentes à Avaliação de Desempenho, sendo fruto de decisão dos gestores que, diante da relação de atividades sensíveis de suas unidades, elegem os pontos focais no que diz respeito à estratégia, sendo, de fato, os responsáveis mais adequados à consecução desse fim, uma vez que conhecem, em profundidade, as ações mais emblemáticas de seus respectivos setores. Ademais, destacamos que todas as informações prestadas por estes gestores são devidamente referendadas pelo dirigente máximo da autarquia e publicadas no Diário Oficial da União.

Apesar das dificuldades encontradas na aplicação e utilização destes indicadores, entende-se que são importantes para a gestão do Departamento, na medida em que correspondem a compromissos firmados com a participação ativa e consecutiva de servidores e gestores das unidades.

Além desta ferramenta, o DNOCS também tem utilizado planilhas mensais constantes na página do DNOCS e obtidas através do Sistema Tesouro Gerencial (perspectiva financeira) e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP (perspectiva da execução física das ações), alimentado semestralmente por técnicos designados para tal.

Quanto à satisfação dos beneficiários, ainda não existem mecanismos para a aferição sistemática da satisfação, embora seja possível avaliá-la a partir de indicações, declarações ou comentários de segmentos representativos da sociedade civil.

3. GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS:

3.1 – DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

No intuito de atender a determinações do Tribunal de Contas da União, quanto à estrutura de Governança entendida como medidas adotadas para melhoria da gestão e adoção de controles internos, avaliações e correções na organização, seguem abaixo as descrições das atribuições, a base normativa e a forma de atuação de unidade:

Quadro 3.1 - Quadro e Instâncias de Governança

Instâncias	Atribuições
Governança Interna	
Conselho Consultivo	Assessoramento da Diretoria na implementação das diversas atribuições do Departamento.
Diretoria Colegiada	Órgão de deliberação superior, que cabe organizar, controlar e avaliar atividades, especificamente: fixar e aprovar as políticas de ação e de gestão da empresa, dentre outras.
Alta Administração	Diretor-Geral e Diretores – condução da autarquia visando a consecução dos objetivos definidos como missão do Departamento.
Apoio à Governança	
Coordenação de Gestão Estratégica	Atividades relativas à modernização da gestão administrativa e de aperfeiçoamento das políticas de gestão estratégica e de governança do DNOCS.
Auditoria Interna	Assessoramento à direção no acompanhamento da execução das ações orçamentárias e extraorçamentárias, além de orientação quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas
Ouvidoria	Canal apropriado para que a população, no exercício da cidadania, possa manifestar-se (reclamações, solicitações, pedidos de informações, sugestões e elogios) visando ao aprimoramento dos serviços oferecidos pelo Departamento e a satisfação dos seus usuários.
Comissões Gestoras	São formadas por usuários de água, representantes da sociedade civil organizada e representantes do poder público, com atribuições de: alocação negociada da água do reservatório de modo a garantir a oferta hídrica autossustentável; garantir os múltiplos usos da água; orientar e informar usuários sobre os instrumentos de gestão; proteger e preservar os recursos hídricos e ambientais; propor atividades para revitalizar os reservatórios; dentre outras.
Comissão de Controle e Acompanhamento de Processos da Área de Correição	Compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do DNOCS, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais. Dentre suas atribuições: consolidar, sistematizar e manter atualizados dados relativos a quaisquer processos de sindicância e administrativos disciplinares instaurados; prestar informações, aos órgãos competentes, sobre o andamento e

		resultados das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares, bem como da aplicação das respectivas penalidades; manter controle de sindicâncias e processos administrativos disciplinares pendentes de instauração, estabelecendo ordem de prioridade, segundo critérios de relevância e da prescrição.
Serviço de Informação ao Cidadão – SIC		Incluído link (http://www.dnocs.gov.br/acessoinformacao/) no site do DNOCS, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada ao Departamento. Atribuições: orientar e informar o cidadão sobre os procedimentos para o acesso aos serviços e documentos disponíveis; informar sobre a tramitação de documentos no âmbito do DNOCS; analisar, cadastrar e atender as solicitações feitas presencialmente, por correspondência física ou por meio eletrônico; operacionalizar o sistema de atendimento ao cidadão; solicitar às unidades do DNOCS as informações necessárias ao atendimento; e informar ao cidadão a data da entrega da informação solicitada.
Comissão de Ética		Instituída pela Portaria 88/DG/CRH de 18/03/2013 visando orientar e aconselhar sobre ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, além de propor programas de promoção e disseminação de ética no âmbito do DNOCS.
Grupo Técnico de Gestão de Recursos Hídricos - GTGRH		Instituída pela Portaria 250/DG/CRH de 06/06/2008, visando coordenar e acompanhar as ações relativas ao Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Agência Nacional de Águas - ANA, para a gestão de recursos hídricos nos corpos de água sob responsabilidade do DNOCS, dentre outras atribuições.
Núcleo de Avaliação de Desempenho de Servidores		Portaria 319/DG/CRH de 01/08/2013, para assegurar aos seus servidores o acompanhamento e a participação no processo de avaliação e a consequente melhoria do desempenho individual, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos e metas institucionais.
Sala de Situação		Com a finalidade de obter e sistematizar dados e informações produzidas pelos diversos setores do DNOCS, de modo a promover a transparência e melhoria de gestão das atividades das diversas áreas, garantido informações íntegras e confiáveis com o objetivo de contribuir para o processo decisório e para o acompanhamento das ações do DNOCS, subsidiando a tomada de decisão, a gestão e a produção de conhecimento e confiáveis. (Algumas dificuldades determinaram a paralisação dessas atividades em 2015, dentre elas as restrições na execução da despesa objeto do Decreto nº 8.389/2015 e a Portaria nº 172/MPOG de 27/05/2015 limitando despesas com a contratação de bens e serviços, que obrigaram o DNOCS a priorizar ações e replanejar os cronogramas de execução destas ações. Em 2016 não houve aporte orçamentário e financeiro para a continuação dos trabalhos)
Comitê de Tecnologia da Informação		Criado pela Portaria nº328 DG/CGPE, de 25 de Agosto de 2010, o Comitê de TI(CTI) tem entre suas atribuições: estabelecer a política e as diretrizes de Tecnologia da Informação para a melhoria contínua da gestão estratégica das suas ações com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável da região, alinhada à missão, objetivos e metas do DNOCS, propor ao Diretor Geral do DNOCS o plano de metas de Tecnologia da Informação de forma alinhada ao planejamento

	estratégico do DNOCS, dentre outras
Comitê de Segurança da Informação	Criado pela Portaria nº 425/DG/CRH, de 18 de novembro de 2011, o Comitê de Segurança da Informação (CSIC) tem entre suas atribuições: Propor normas e procedimentos relativos a política de Segurança da Informação e Comunicações, assessorar na implementação das ações de Segurança da Informação e Comunicações e sugerir a criação de grupo de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre a Segurança da Informação e Comunicações.

3.2 INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

De acordo com a Lei 10.204/2001,

Art. 3º O DNOCS tem a seguinte organização básica:

I - órgão consultivo: Conselho Consultivo;

II - órgão de direção superior: Diretoria Colegiada, composta pelo Diretor-Geral e por até três Diretores;

III - Unidades Regionais. "(NR)"

Pela mesma Lei, o Conselho Consultivo tem a seguinte composição, forma de nomeação e competência:

Art. 5º O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

I - um representante de cada um dos seguintes Ministérios:

a) da Integração Nacional, que o presidirá;

b) da Agricultura e do Abastecimento;

c) do Meio Ambiente.

II - quatro representantes de Estados situados na área de atuação do DNOCS, em sistema de rodízio, com mandato de um ano;

III - um representante da SUDENE;

IV - o Diretor-Geral do DNOCS, que substituirá o Presidente do Conselho em suas ausências. "(NR)"

Art. 6º Os Conselheiros de que tratam os incisos I a III do artigo anterior e seus respectivos suplentes serão designados pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, por indicação dos titulares dos órgãos e Estados representados. "(NR)"

Art. 7º Ao Conselho Consultivo, que se reunirá pelo menos uma vez a cada ano, compete:

I - promover a articulação do planejamento e da execução das atividades do DNOCS com o planejamento e as atividades dos governos estaduais e dos setores usuários de recursos hídricos;

II - opinar sobre:

a) as diretrizes gerais para a elaboração dos planos anuais e plurianuais de trabalho;

b) as normas e os critérios gerais para a execução de planos, programas, projetos, obras e serviços a cargo do DNOCS;

c) o plano, o orçamento-programa e a programação financeira do DNOCS e suas revisões;

d) os relatórios parciais e anuais das atividades do DNOCS, encaminhados pela Diretoria Colegiada;

e) o Regimento Interno do DNOCS;

III - criar câmaras técnicas de natureza permanente ou temporária para desenvolver ações de apoio às suas atividades;

IV - apreciar e aprovar os relatórios e pareceres elaborados pelas câmaras técnicas;

V - aprovar o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Poderão participar das câmaras técnicas representantes dos governos federal, estaduais e municipais, de entidades diretamente interessadas e de organizações de usuários de recursos hídricos, na forma prevista no regimento interno do Conselho Consultivo."(NR) diretoria colegiada

O referido Conselho, criado pela Lei 10.204, de 22/02/2001, e detalhado pelo Decreto 3.970, de 16/10/2001, foi constituído por meio da Portaria 106, de 18/02/2002, do Ministro de Estado da Integração Nacional que designou os respectivos componentes do mesmo conforme estabelecido pelos referidos instrumentos legais.

O Conselho reuniu-se em 01/03/2002 quando foi instalado, proferindo duas Resoluções. A primeira aprovou o seu Regimento Interno e a segunda aprovou o Regimento Interno da Autarquia.

Com a edição do Decreto Nº 4.650, de 27 de março de 2003, aprovou-se a Estrutura Regimental da Autarquia, mantendo-se o Conselho com as mesmas atribuições, mas os seus membros não foram designados, não se registrando nenhuma reunião desde então, designação esta de responsabilidade do Ministro de Estado (Art. 6º da referida Lei).

Quanto à Diretoria Colegiada, de acordo com mesma Lei, tem seguinte composição, competência e forma de nomeação:

Art. 9º A Diretoria Colegiada tem a seguinte composição:

I - o Diretor-Geral do DNOCS, que a presidirá;

II - os demais Diretores do DNOCS.

Parágrafo único. O Diretor-Geral e os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Integração Nacional."(NR)

Art. 9º - A. À Diretoria Colegiada compete:

I – aprovar:

a) contratos oriundos de concorrência pública;

b) convênios e acordos, cujos valores excedam o limite de tomada de preços;

c) a aquisição e alienação de imóveis;

d) o seu Regimento Interno;

e) o valor de indenizações para liquidação de desapropriações necessárias à execução de serviços e obras, que excedam o limite fixado no Regimento Interno do DNOCS;

f) doações ao DNOCS, com ou sem encargos;

II - apreciar e opinar sobre:

a) o plano, o orçamento-programa e a programação financeira do DNOCS e suas revisões;

b) o balanço anual da Autarquia;

c) o relatório anual das atividades dos órgãos executivos;

d) as consultas do dirigente do DNOCS sobre matéria de sua competência."(NR)

A escolha e nomeação da Direção do DNOCS, transcrita a seguir, estão definidas no novo Regimento Interno do DNOCS, Portaria N° 43/2017/DG/GAB, de 31 de janeiro de 2017.

“CAPÍTULO III

DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 3º O DNOCS será dirigido por uma Diretoria Colegiada constituída pelo Diretor-Geral, engenheiro civil, que a presidirá, e pelos demais diretores.

Parágrafo único. As Diretorias são dirigidas por Diretores; a Procuradoria Federal por Procurador-Chefe; a Auditoria por Auditor-Chefe; o Gabinete por Chefe de Gabinete; as Coordenadorias Estaduais e as Coordenações por Coordenadores; as Procuradorias Federais nas Coordenações Estaduais por Chefe; a Ouvidoria por Ouvidor-Chefe; as Divisões por Chefes de Divisão; os Serviços, os Centros, as Estações, as Unidades de Campo e o Escritório de Brasília por Chefes.

Art. 4º O Diretor-Geral e os Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Integração Nacional.

§ 1º A nomeação do Procurador-Chefe será precedida da anuência do Advogado-Geral da União.

§ 2º A nomeação do Auditor-Chefe será submetida pelo Diretor-Geral à Diretoria Colegiada para aprovação e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União.

§ 3º Os demais cargos em comissão e funções gratificadas serão providos na forma da legislação pertinente.

Art. 5º Os Coordenadores, os Coordenadores Estaduais, o Auditor-Chefe, os Assessores Técnicos, o Ouvidor-Chefe e o Chefe de Gabinete serão escolhidos, preferencialmente, dentre servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da autarquia, que tenham qualificação e formação profissional compatível com a função ou cargo a ser exercido.

3.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em cumprimento à Decisão Normativa - TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, apresenta sua estrutura e como é feito o acompanhamento dos resultados do seu trabalho, demonstrando os seguintes aspectos:

- a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna;
- b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140

(Independência da auditoria interna no setor público);

- c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;
- d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);
- e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;
- f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;
- g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

Prevista na estrutura organizacional do DNOCS, a Auditoria Interna tem suas competências expressas regimentalmente através do Anexo I, artigo 13 do Decreto nº 4.650, de 27 de março de 2003, disponível no sítio eletrônico www.dnocs.gov.br. No referido instrumento, a auditoria interna participa da estrutura organizacional da Autarquia como órgão seccional competente para:

- I. verificar a conformidade às normas vigentes dos atos da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais;
- II. acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos relativamente aos programas e ações, sob a responsabilidade do DNOCS;
- III. examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do DNOCS e tomadas de contas especiais;
- IV. prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo; e
- V. apresentar ao Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Integração Nacional o plano anual da auditoria.

Por meio da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2017, foi aprovado o novo Regimento Interno do DNOCS (em consonância com o estabelecido no artigo 6º do Decreto nº 8.895 de 3 de novembro de 2016) no qual compete à auditoria interna em linhas gerais: verificar a obediência às normas vigentes; acompanhar a aplicação dos recursos públicos; examinar e emitir parecer sobre prestação de contas anual; e recomendar melhorias no sistema de controle interno, visando a garantir a eficiência, eficácia, economicidade e efetividade das ações sob responsabilidade do DNOCS. O referido normativo também está disponível no sítio eletrônico supramencionado.

Cabe ressaltar ainda o que menciona o art. 15 do Decreto Presidencial nº 3.591/2000, *in verbis*:

Art.15. As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição (Redação dada pelo Decreto nº 4.440, de 25.10.2002).

Dessa forma, a AUDI leva em consideração para a realização de seus trabalhos as instruções emanadas da CGU, atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, como a Instrução Normativa nº 24 de 17/11/2015¹.

Além disso, em 2014 foram publicadas duas portarias – Anexo II – que resultaram em impacto positivo direto na atuação desta unidade de auditoria interna:

- Em 11 de abril de 2014, a Portaria nº 113 DG/GAB, instituiu o Grupo de Acompanhamento de Demandas dos Órgãos de Controle – GADOC, estabelecendo trâmites e procedimentos internos para o atendimento às demandas dos órgãos de controle; e
- Em 10 de julho de 2014, a Portaria nº 237 DG/CRH estabeleceu normas para a realização dos trabalhos de auditoria interna junto às unidades administrativas desta Autarquia.

Conforme ressaltado, a aplicação prática dos normativos supramencionados possibilitou um grande avanço no desempenho das atividades de auditoria interna.

¹ Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf>

- b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público)

Encontram-se descritos abaixo, os elementos que asseguram a independência e a objetividade desta unidade de auditoria interna:

1. Devidamente posicionada no organograma da Autarquia, presente no sítio retromencionado, estando subordinada diretamente à Diretoria-Geral do órgão, prestando contas a alta direção e tendo acesso direto ao dirigente máximo;
2. Tem suas competências estabelecidas por regulamento positivado tanto no Anexo I, artigo 13 do Decreto nº 4.650, de 27 de março de 2003, como no Regimento Interno do órgão;
3. Sua posição organizacional possibilita que esteja fora das funções de pessoal e administrativas das áreas auditadas;
4. Tem acesso direto aos diretores das áreas de direção da Administração Central;
5. Liberdade para estabelecer o planejamento anual de suas atividades;
6. Em que pese o número restrito de servidores, há o envolvimento e participação do chefe da auditoria interna na localização de pessoal junto à unidade;
7. Regularmente o chefe da auditoria participa das reuniões da Diretoria Colegiada ocasião em que há a comunicação direta e a interação com todas as Diretorias da Administração Central do órgão, o que reforça, dentre outros aspectos, o *status* organizacional da auditoria interna;
8. Por ocasião da realização dos trabalhos, a auditoria interna tem acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de seu mister, assegurado através, além de outros normativos, da Portaria nº 237 DG/CRH, retromencionada.

- c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver

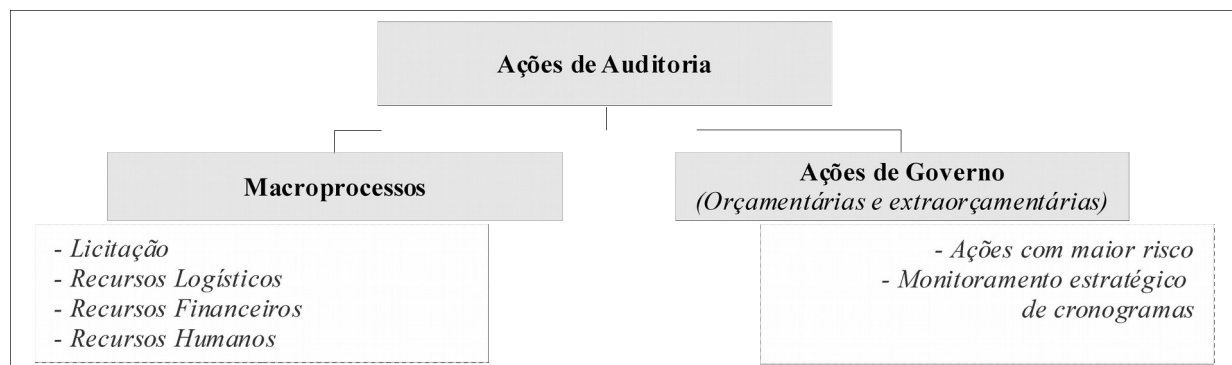
A área geográfica de atuação do DNOCS, que abrange todo território do semiárido brasileiro, ou seja, de parte do estado do Maranhão até o norte do estado de Minas Gerais é bastante extensa. A estrutura para atuação é composta por uma unidade de Administração Central e 9 (nove) coordenadorias estaduais, quais sejam: Coordenadoria Estadual no Piauí (CEST-PI), Coordenadoria Estadual no Ceará (CEST-CE), Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte

(CEST-RN), Coordenadoria Estadual na paraíba (CEST-PB), Coordenadoria Estadual em Pernambuco (CEST-PE), Coordenadoria Estadual em Alagoas (CEST-AL), Coordenadoria Estadual em Sergipe (CEST-SE), Coordenadoria Estadual na Bahia (CEST-BA) e Coordenadoria Estadual em Minas Gerais (CEST-MG).

A partir do exercício de 2015, a estratégia de atuação passou a incluir exames sobre as ações de governo a cargo do DNOCS. A cada exercício, esta equipe de Auditoria Interna tem buscado reavaliar sua atuação na busca por formas de realizar suas atividades de maneira mais eficaz e eficiente. Nesta perspectiva, a proposta para o plano anual das atividades de auditoria para o exercício de 2017 foi elaborada levando em consideração, principalmente, dois aspectos: análise dos riscos inerentes à execução das ações de governo, orçamentárias e extraorçamentárias; e análise dos riscos inerentes aos macroprocessos da gestão institucional.

A Figura 1 apresenta o modelo que embasou a análise e a escolha das ações a serem auditadas. Em relação ao exercício anterior, a principal alteração foi a (re)inclusão de exames relacionados aos macroprocessos da gestão institucional. (Re)inclusão, porque antes do exame de ações governamentais, que passou a ocorrer nos exercícios de 2015 e 2016, eram realizados exames de conformidade semelhantes à visão de macroprocessos de gestão – apesar de não serem intitulados macroprocessos da gestão institucional. Dessa forma, para o exercício de 2017, o enfoque será uma análise mista entre macroprocessos e ações governamentais.

Figura 4: Modelo Adotado para Escolha das Ações a Serem Auditadas em 2017



Fonte: Elaborado pelos Técnicos da Auditoria Interna do DNOCS.

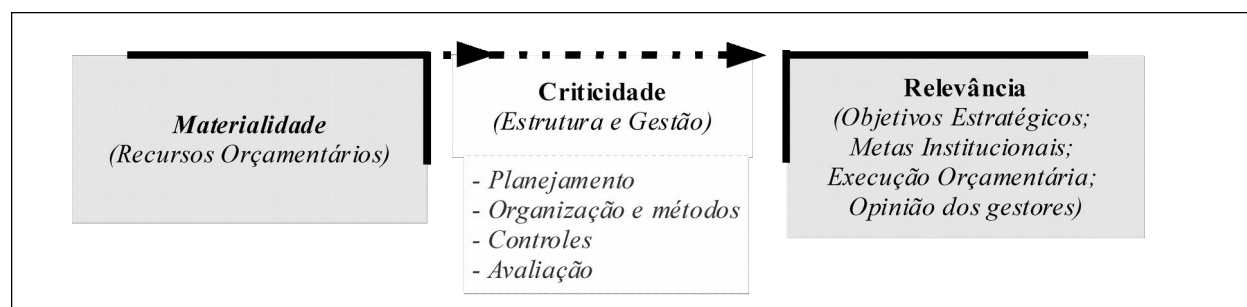
Para análise dos macroprocessos da gestão institucional (licitação, recursos logísticos, recursos financeiros e recursos humanos) adotou-se dois critérios: primeiramente a análise da criticidade, a fim de identificar a existência de planejamento; organização e métodos; controles; formas de avaliação, etc. Além disso, considerou-se também o volume de trabalho em execução pelas coordenadorias e a *expertise* da Auditoria Interna. A análise de macroprocessos

foi realizada tanto no âmbito da Administração Central quanto das Coordenadorias Estaduais (CESTs).

Quanto às ações governamentais, adotou-se como premissa que os recursos orçamentários previstos a serem investidos pelo governo (materialidade) tem alvo no alcance dos objetivos estratégicos do DNOCS, representado pelas ações governamentais consideradas mais importantes (relevância). Esta análise foi baseada nas ações de governo a cargo da Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS e da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção – DP/DNOCS, visando identificar as ações com maior materialidade e relevância, ou seja, o risco está associado aos recursos orçamentários envolvidos e da relevância atribuída pela entidade.

Ocorre que a pavimentação do caminho entre os recursos orçamentários e os objetivos estratégicos é feita pela estrutura e gestão das ações de governo (criticidade). O critério da criticidade examina itens que compõem o modelo e a estrutura de gestão das unidades. Esse critério tem como base teórica a metodologia PDCA (*plan, do, check, act*) e representa o foco de atuação da auditoria interna para redução dos riscos de os recursos materiais não atingirem os objetivos institucionais. A Figura 2 apresenta o modelo adotado para análise do risco associado às ações governamentais a cargo do DNOCS.

Figura 5: Modelo Adotado para Análise de Risco Associado às Ações de Governo



Fonte: Elaborado pelos técnicos da auditoria interna/DNOCS.

Nessa perspectiva, desde o plano das atividades de auditoria para o exercício 2016, iniciou-se uma programação para exame tanto na Administração Central quanto nas Coordenadorias Estaduais. Para o exercício de 2017, por exemplo, estão programadas duas ações de auditoria em unidades descentralizadas. Entretanto, o ritmo e frequência de exames atualmente realizados estão limitados a uma equipe de quatro técnicos, que trabalham diretamente envolvidos com os exames de auditoria, e um Auditor-Chefe, fato que, frente a grande abrangência da entidade limita sobremaneira o impacto de atuação da unidade de auditoria interna.

- d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC)

A exemplo dos exercícios anteriores, permaneceu, no decorrer de 2016, a dificuldade em captar e reter pessoal para trabalhar na auditoria interna, haja vista a necessidade de preparo técnico e a alta responsabilidade e complexidade das funções. Além disso, não há gratificações específicas relacionadas ao trabalho na auditoria interna, como a GSISTE por exemplo, o que poderia tornar a unidade financeiramente atrativa. Registre-se, com o apoio da Controladoria Geral da União na luta pelo fortalecimento da auditoria interna do DNOCS, obtivemos aumento da força de trabalho para os anos seguintes. Em atendimento às constatações 1.1.1.2, 1.1.1.3 e 1.1.1.4, registradas no Relatório Preliminar nº 201504889 da CGU-Regional/CE que avaliou preliminarmente o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2016, a Direção-Geral do DNOCS, remanejou os servidores Pedro Carneiro Kolb (Nível Superior) e Alexandre Rodrigues da Silva Neto (Nível Médio) para esta auditoria interna no início de 2016. Contudo, no decorrer do exercício, uma servidora lotada como apoio administrativo aposentou-se. O quadro abaixo apresenta detalhadamente a composição dos servidores durante o exercício 2016.

Quadro 3.2: Força de trabalho da auditoria interna

QUADRO TÉCNICO PARA AÇÕES FINALÍSTICAS			
Cargo/Função	Quantidade	Nível do Cargo/Função	Formação Acadêmica
Auditor-Chefe	1	Superior	Superior em Contabilidade
Assistente Técnico	1	Médio	Superior em Direito Superior em Psicologia
Chefe de Serviço	1	Superior	Superior em Contabilidade
Chefe de Serviço	1	Superior	Superior c/ Mestrado em Administração
Administrador	2	Superior	Superior em Administração
Subtotal	6		
QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS			
Agente de Atividades Agro-pecuária	1	Médio	Superior em Biologia
Subtotal	1		
QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES MEIO			
Técnico em Colonização	1	Médio	Nível Médio
Subtotal	1		
TOTAL	8		

Fonte: Elaborado pelos técnicos da auditoria interna/DNOCS.

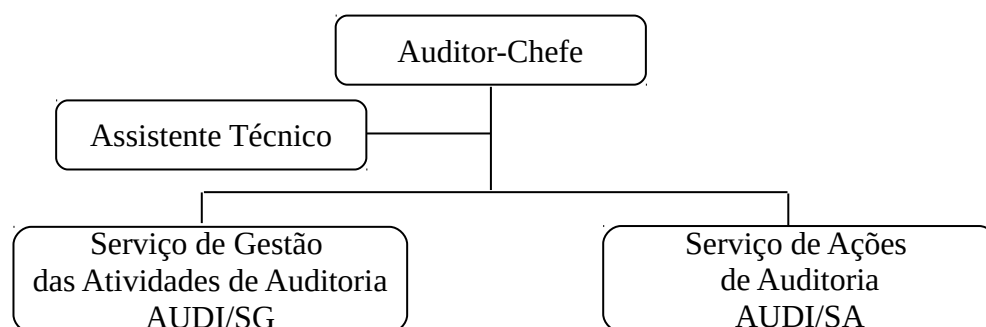
Nesse contexto, enfatiza-se que a fragilidade estrutural da Auditoria Interna não é somente em relação ao corpo técnico, como também em relação a recursos para a realização de trabalhos junto às unidades administrativas localizadas em todo o semiárido. A escassa força de trabalho necessitou ainda ser dividida na tentativa de atender, além das atividades programadas, às demandas relacionadas ao acompanhamento de diligências dos órgãos de controle interno e externo, e às demandas provenientes das unidades administrativas internas.

Ademais, durante o exercício de 2016, os técnicos da unidade realizaram ainda análises e propuseram um redesenho da estrutura interna de funcionamento da Unidade. Essa nova estrutura tende a impactar positivamente a atuação da auditoria interna, principalmente em exercícios futuros. Dentre as novidades, foi criado o serviço de Gestão das Atividades de Auditoria visando:

1. Gerenciar os sistemas operacionais utilizados pela auditoria interna para suporte às atividades desenvolvidas internamente;
2. Subsidiar o Auditor-Chefe na elaboração do PAINT e do RAINIT;
3. Elaborar e acompanhar o planejamento tático anual para cumprimento do PAINT;
4. Elaborar procedimentos relativos às ações de auditoria em cooperação com o Serviço de Ações de Auditoria – AUDI/SA;
5. Monitorar e avaliar a execução das ações de auditoria;
6. Elaborar, acompanhar e avaliar o plano anual de capacitação da auditoria interna;
7. Acompanhar a implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
8. Elaborar relatório gerencial, sobre a situação das recomendações exaradas pela auditoria interna, conforme disposto em normativos específicos.

A proposição é um princípio de estruturação para geração de informações estratégicas não apenas acerca dos trabalhos realizados pela própria auditoria, mas também do mapeamento das fragilidades identificadas pelos órgãos de controle interno e externo, por exemplo. Abaixo, apresenta-se o novo organograma da auditoria interna:

Figura 6: Organograma da auditoria interna



Fonte: Elaborado pelos técnicos da auditoria interna/DNOCS.

Nos termos do inciso IV, do Art. 2º, do Regimento Interno do DNOCS, a Auditoria Interna funciona como órgão seccional.

Em conformidade com os Arts. 1º e 4º, da Portaria-CGU nº 915, de 29 de abril de 2014, o Auditor-Chefe deve ser indicado pelo dirigente máximo da entidade, após aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, sendo, posteriormente, submetido à Controladoria-Geral da União – CGU para análise, pela Secretaria Federal de Controle Interno, das informações requeridas para nomeação ou designação do titular da unidade de auditoria interna, sendo a aprovação de sua indicação pela CGU condição necessária para o início do exercício de suas atividades, nos termos do Decreto nº 3.591, de 2000.

Da mesma forma, o art. 7º da referida Portaria determina que, a proposição de exoneração do titular da unidade de auditoria interna também deverá ser analisada pela Controladoria-Geral da União – CGU, em até 20 (vinte) dias do recebimento, devidamente motivada e justificada pelo dirigente máximo da entidade, sendo facultado à CGU manifestar-se contrariamente à referida proposta.

- e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

A alta gerência, composta pelo Diretor-Geral do DNOCS e os Diretores Administrativo – DA/DNOCS, de Desenvolvimento Tecnológico e Produção – DP/DNOCS e de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS, bem como os Coordenadores das Unidades Regionais são cientificados dos Relatórios de Auditoria por meio de memorandos encaminhados em processos administrativos. Para o Diretor-Geral sempre é expedido o Relatório para sua ciência e, no que couber, a adoção de providências, porém para os demais somente quando o assunto é de sua alçada. Iniciou-se, no exercício 2016, a elaboração do Relatório Gerencial, por meio do qual a Direção-Geral é informada mensalmente acerca da situação de cada recomendação exarada pela Unidade. Dessa maneira, o gestor dispõe de informação sucinta acerca da evolução do atendimento às demandas exaradas por meio das recomendações, tomando conhecimento das pendências existentes e dos riscos corridos, caso não haja implementação.

- f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Quando não há adoção de providências, ou quando as providências adotadas não são suficientes para a solução necessária ao atendimento das recomendações da Auditoria Interna, esta produz Nota Técnica indicando a manifestação da unidade e o não acolhimento fundamentado, a qual segue a rotina de comunicação descrita no item anterior.

Havendo riscos considerados elevados, são eles destacados já no Relatório de Auditoria e reiterados na Nota Técnica.

- g)** Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

Houve, no final do exercício de 2016, uma readequação da estrutura interna da unidade. Ocorreram duas alterações principais: uma, na transformação do Serviço de Auditoria de Gestão – AUDI/GE em Serviço de Ações de Auditoria – AUDI/SA, que passou a ser responsável pela execução de todos os exames de auditoria; a outra, na criação do Serviço de Gestão das Atividades de Auditoria – AUDI/SG. A ideia é que no decorrer do tempo, o serviço possa se estruturar para criar condições de realização de metodologias de análises de risco mais robustas a partir do mapeamento das fragilidades identificadas, servindo de apoio ao Serviço de Ações de Auditoria – AUDI/SA.

3.4 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Regimento Interno do D.N.O.C.S. atualmente em vigor, aprovado pela Portaria Nº 43, de 31 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 23, de 1º de fevereiro de 2017, em consonância com o estabelecido no Artigo 6º, do Decreto nº 8.895, de 03 de novembro de 2016, do Exmº Ministro de Estado da Integração Nacional, no CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, normatizada no art. 2º, previu o Núcleo de Correição – NUC, ainda vinculado ao Gabinete do Diretor-Geral, *in verbis*:

Art. 2º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS tem a seguinte estrutura:

(...)

III - Órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral - DG:

1. Gabinete - DG/GAB;

(...)

1.5. Núcleo de Correição – DG/GAB/NUC;

Neste sentido, as atividades correicionais são coordenadas pelo Chefe de Gabinete, como se infere do CAPÍTULO IV-DA COMPETÊNCIA, Seção II:

Art. 11. Ao Gabinete compete:

(...)

IX - coordenar o Núcleo de Correição, no que se refere às atividades abaixo:

a) planejar, orientar e controlar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do DNOCS;

b) assessorar a Direção-Geral quanto à instauração, à prorrogação, à recondução, ao julgamento e ao arquivamento das sindicâncias e processos administrativos disciplinares;

c) planejar, dirigir e acompanhar as comissões processantes, bem como analisar as solicitações dessas comissões; e

d) manter arquivo privativo de processos de procedimentos prévios de sindicâncias e processos administrativos disciplinares finalizados;

Ademais não existe uma Corregedoria consolidada e ainda estão concentradas na autoridade máxima da Autarquia as competências para instauração e julgamento de procedimentos administrativos disciplinares (sindicâncias e PADs), salvo os casos que se reputam da competência do Ministério da Integração Nacional.

No tocante a estrutura e funcionamento do setor responsável pelas atividades, o Núcleo de Correição do DNOCS, é composto por 04 (quatro) salas, sendo 03 (três) para as comissões realizarem seus trabalhos e oitavas e uma para apoio logístico. Os Membros das Comissões contam com o suporte logístico do NUC, com suprimento de material de trabalho e de expediente, além de impressora e de copiadora coletiva, que atendem plenamente as suas necessidades. Dando continuidade ao esforço que vem sendo desenvolvido, com ênfase no exercício de 2016, com a intervenção direta da Controladoria Geral da União – CGU, por meio da NACOR (Núcleo de Acompanhamento Correicional instalado no 6º andar deste Edifício – Sede), está sendo diligenciado um conjunto de providências aptas a dar andamento aos procedimentos disciplinares que tramitam nesta Autarquia.

Quanto aos controles internos das demandas disciplinares, foi implantado, sob a supervisão de Analista de Controle oriundo da CGU, um sistema interno de acompanhamento e controle dos processos disciplinares, que serve como fonte de informações acerca do andamento, dos prazos prescricionais e da situação atual daqueles procedimentos.

Além disso, vale esclarecer que todos os processos tramitados a este Núcleo e que tratam de demanda disciplinar são devidamente cadastrados e/ou atualizados no Sistema CGU/PAD, conforme Portaria nº 299/DG/CRH, de 29 de agosto de 2014, designando os servidores José Iran Dantas Santos, Jorge Luiz Ferreira Xerez.

Por fim, em relação aos resultados desta atividade segue o quadro:

Quadro 3.3 – Atividades de Correição

Informação	Quantitativo
Processos Administrativo Disciplinares – PADs instaurados em 2016	07
Sindicâncias instauradas em 2016	00
Processos Administrativos Disciplinares – PADs julgados em 2016	03
Sindicâncias julgadas em 2016	06
Advertências aplicadas a estatutários em 2016	00
Suspensões aplicadas a estatutários em 2016	00
Demissões de estatutários em 2016*	03

*As penas expulsivas aplicadas aos estatutários (demissões, conversão de exoneração em destituição

3.5 – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O DNOCS não possui um departamento que trate especificamente da avaliação de riscos e seu gerenciamento. Os riscos são tratados de maneira informal no âmbito de cada departamento.

De maneira geral, os Diretores, assim como seus Coordenadores, têm conhecimento dos riscos que podem prejudicar o alcance de seus objetivos, mas não é prática das unidades elaborar um diagnóstico de riscos que envolvem seus processos estratégicos, táticos ou operacionais e, tampouco gerenciar de forma estruturada os riscos identificados.

No entanto, observa-se que a alta administração vem demonstrando sensibilização quanto ao assunto. Espera-se que, com a 2ª etapa do Planejamento Estratégico Institucional, com a pactuação e formalização de metas e indicadores possa-se aprimorar os procedimentos e as instruções operacionais e normativas, implementando mecanismos que possibilitem sua checagem.

Apesar de não possuir um gerenciamento de risco estruturado, há atividades de controle que contribuem para a redução de riscos e fraudes, como é o caso das atividades da Comissão de Controle e Acompanhamento de Processos – CCAC.

No que toca à área de Tecnologia da Informação, vale ressaltar a Portaria N° 15 DG/CRH, de 20/01/2016 formalizou Política de Gestão de Riscos de Informação, que estabelece as diretrizes para o processo de gestão de riscos no DNOCS em consonância com Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSI/PR.

O novo Regimento Interno em seu Art. 20, incisos II e V, contempla a implantação de ações de monitoramento.

Espera-se que, com a definição de metas e indicadores no Planejamento Estratégico Institucional, possa-se estabelecer e implantar formas de monitoramento das ações do Departamento.

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1174	259
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1174	259
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1158	249
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	11	9
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	16	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1190	259

Fonte: SIAPE

Força de Trabalho da UI

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1437	1437	5	76
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1437	1437	5	76
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão(*)	1411	1411	0	71
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	20	20	2	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	4	3	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	16	16	10	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	1453	1453	15	83

Fonte:SIAPE

Obs.: No quantitativo 1411 servidores de carreira vinculada ao órgão foi contabilizado o somatório de 1407 (mil quatrocentos e sete) servidores ativos permanentes mais 4 (quatro) servidores que estão classificados no SIAPE como situação 44 - EXERC.57º ART 93 8112.

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	61	60	16	59
1.1.Cargos Natureza Especial	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	61	60	16	59
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	34	11	42
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	8	1	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	2	2	5
1.2.4. Sem Vínculo	0	14	2	9
1.2.5. Aposentados	0	2	0	0
2. Funções Comissionadas do Poder Executivo	27	27	27	0
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	25	25	0
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas*	0	1	1	0
3. Funções Gratificadas	141	137	23	27
3.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	134	23	27
3.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	0	0
3.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3+4)	229	224	66	86

Fonte:SIAPE

*OBS: Devido a um problema no sistema SIAPE não foi possível implantar a função FCPE-101.1 para 01(um) servidor exercício em provisório na UPC no mês de D

Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciári os	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	99.013.144,52	2.240.311,33	10.330.046,75	3.738.999,81	9.414.604,97	12.264.121,15	0,00	472.693,63	24.623.654,67	162.097.576,83
	2015	104.385.228,36	2.162.025,81	9.894.824,43	3.649.772,65	7.809.472,22	10.840.918,07	0,00	36.449,89	14.493.344,29	153.272.035,72
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	0,00	444.131,38	28.231,32	16.452,41	49.449,55	3.765,51	0,00	0,00	0,00	542.030,17
	2015	0,00	479.812,32	36.796,20	17.213,59	65.090,71	2.250,82	0,00	349,74	0,00	601.513,38
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	779.895,02	54.790,28	56.148,84	88.922,35	2.554,06	0,00	0,00	0,00	982.310,55
	2015	0,00	938.016,14	76.340,01	43.959,27	88.420,07	1.344,80	0,00	0,00	0,00	1.148.080,29
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	1.883.318,26	0,00	183.337,32	62.042,56	102.797,94	166.697,21	0,00	11.834,29	400.876,65	2.810.904,23
	2015	1.784.177,02	0,00	173.175,08	46.861,68	85.334,82	130.440,05	0,00	4.457,50	237.407,24	2.461.853,39
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	2.153,33	0,00	316,67	2.828,90	353,90	0,00	0,00	0,00	0,00	5.652,80
	2015	484.250,00	0,00	41.556,67	59.581,86	26.669,49	0,00	0,00	0,00	0,00	612.058,02

Fonte: SIAPE

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2016

ÁREA: GESTÃO DE PESSOAS

ANÁLISE CRÍTICA

a) A quantidade de servidores disponíveis, frente às necessidades da Unidade.

Atualmente a força de trabalho do DNOCS é constituída basicamente de servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, instituído pela Lei nº 11.357/06 e, há algum tempo, sofre uma grande defasagem em virtude de aposentadorias sem reposição de servidores, posto que o último concurso público realizado em 2010 preencheu tão somente um quantitativo de 82 vagas relativas à extinção de postos de trabalho terceirizados. O concurso imediatamente anterior ocorreu há mais de 40 anos.

Há uma grande dificuldade quanto ao perfil da força de trabalho necessário ao fiel cumprimento de suas atribuições regimentais, visto que sua composição atual é, em grande parte, de servidores remanescentes das antigas Tabelas Especial e Emergencial, contratados no início da década de 1980 para o atendimento de demandas específicas daquela época, como por exemplo, para a execução direta de obras de infraestrutura hídrica e de irrigação, e que já não espelham a real necessidade de mão de obra da Autarquia, frente à evolução tecnológica e à incorporação de novas atribuições que foram cometidas ao DNOCS.

Hoje, o quadro de pessoal ativo e em exercício é de 1.403 servidores, sendo que, desse total, 951, ou seja, 67,78%, já preencheram os requisitos exigidos para a aposentadoria e outros 332, até o final de 2018, também terão preenchidas as condições para a inativação, o que significa dizer que em 2018 o DNOCS poderá ter o seu quadro de pessoal reduzido em até 91,4% em relação aos dias de hoje.

De se considerar, ainda, como preocupante, o fato de que, dos atuais 1.403 servidores, 676 ocupam cargos já extintos, o que representa 48% do total de servidores em atividade, cargos, portanto, que não poderão mais ser preenchidos.

Outro fator que tem dificultado a obtenção de melhores resultados é o baixo nível de escolaridade dos servidores, ainda que ações de capacitação tenham sido implementadas visando a qualificação para as atividades desempenhadas. Hoje, 68% possui nível de escolaridade até o ensino médio e apenas 32% tem formação superior, nestes últimos incluídos os servidores ocupantes de cargos efetivos de nível médio.

Efetivamente ocupando cargos de nível superior, são apenas 216 servidores, o que representa 15% do total em atividade, sendo 87 em atividades meio e apenas 129 nas atividades finalísticas da Instituição.

A questão mais aguda, por todo o exposto, não se coloca exclusivamente na expressão numérica, mas no perfil desse contingente, o que evidencia a acentuada carência de pessoal qualificado no quadro da Instituição, dificultando o cumprimento de sua missão institucional de executor das políticas governamentais que fomentem o desenvolvimento do semiárido brasileiro.

b) Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados.

A abordagem apresentada no item anterior já demonstra a inadequada distribuição da força de trabalho, comparativamente entre as áreas fim e meio, consequência principal da não recomposição adequada de pessoal, através de concurso públicos, ainda que a Autarquia tenha pleiteado, somente nos últimos cinco anos, cinco propostas sem que tenha tido aprovação para nenhuma delas.

Em relação aos cargos comissionados, de 2001 até os dias de hoje, foram editados 4 Decretos Federais (3.970/01, 4650/03, 8.684/16 e 8.895/16), os quais, juntos, representaram redução do quantitativo de cargos em comissão na ordem de 73% , tornando ainda mais crítica essa relação.

c) Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria.

Conforme já mencionado no item a), até o final do ano de 2018 aproximadamente 1.283 servidores, do total de 1.403 atualmente em exercício, terão implementadas as condições para a aposentadoria, o que evidencia o risco de tornar inviável o cumprimento da missão da Instituição, caso não haja autorização imediata para recomposição da sua força de trabalho.

d) Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC.

A principal causa de afastamento de servidores e que geram impactos significativos nas atividades da instituição são aqueles decorrentes de tratamento de saúde, inclusive de seus familiares, totalizando, somente no exercício de 2016, 1090 servidores. Outros afastamentos que também impactam nas atividades da Autarquia, são as cessões de servidores para outras Instituições, em caráter obrigatório, totalizando 21 ao final do exercício, sem possibilidade de remanejamento para suprir essas ausências, dada a escassez de pessoal generalizada, como já mencionado anteriormente, além das ausências motivadas por licença prêmio de servidores, que totalizaram 47 no exercício de 2016.

e) Movimentação de pessoal (ingresso e egresso), decorrente da reestruturação dos órgãos e entidades da administração pública ocorrida no exercício.

Não ocorreram mudanças significativas decorrentes de ingressos no exercício de 2016, diferentemente do que ocorreu com os egressos, decorrentes da perda de servidores por aposentadoria, impactando no regular funcionamento da Instituição, a cada ano.

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.

A política de contratação de estagiário no âmbito do DNOCS, é realizada por meio de Contrato celebrado com a Agência de Integração Empresa Escola - AGIEL, com esteio na Lei nº 11.788/2008, Orientação Normativa nº 04 de 04/07/2014 do Ministério do Planejamento Orçamento

e Gestão, cujos normativos disciplinam as regras de contratação do Programa de estágio acima mencionado.

O referido contrato contempla 372 vagas, das quais, 153 destinam-se a estudantes de educação superior e 219 a estudantes de cursos de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial. Atualmente existem 209 estudantes em estágio no DNOCS.

O processo de recrutamento e seleção é acompanhado pela AGIEL, sendo que o DNOCS, por intermédio do Setor de Estágio mantém disponível um banco de Currículuns, que de acordo com as solicitações das Unidades, seleciona-se dentre os perfis existentes aqueles que possuem maior congruência com as atividades a serem realizadas, respeitando a correlação entre teoria e prática.

De se ressaltar que referido programa tem como principal objetivo oportunizar aos estudantes das mais diversas Instituições de Ensino a aquisição de experiência prática em sua área de estudo, possibilitando o aperfeiçoamento entre o conhecimento teórico e a prática do trabalho em uma organização pública. Em contrapartida, a Instituição tem se beneficiado com o resultado da aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos dos estudantes.

DGP/DNOCS, em 03 de março de 2017

Marley Cisne de Moraes

Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas do DNOCS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA – DA
DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS - DRL
SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – DRL/MP
Avenida Duque de Caxias nº 1700 – Centro – Fortaleza/CE

GESTÃO DO PATRIMÔNIO

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193004	ACARI/RN	1601.00113.500-9	Açude público de Gargalheira, S/NPosto de Operação, Gargalheiras - CEP: 59370-000	R\$ 6.412.842,23	03/12/2012	R\$ 6.942.761,67
193004	ASSU/RN	1603.00053.500-0	Açude Público Mendubim, S/N - Acampamento, Mendubim - CEP: 59650-000	R\$ 1.231.085,86	31/07/2016	R\$ 1.345.655,86
193004	ASSU/RN	1603.00054.500-5	Sítio do Mutamba, s/n - Área preservada do DNOCS, Carnaubais - CEP: 59650-000	R\$ 2.451.600,00	31/07/2016	R\$ 1.519.992,00
193004	ASSU/RN	1603.00055.500-0	Rua Nestor Lima, s/n - Centro - CEP: 59650-000	R\$ 17.822,34	31/10/2000	-
193004	ASSU/RN	1603.00056.500-6	Travessa Ademar de Sá Leitão, s/n - Centro - CEP: 59650-000	R\$ 374.168,98	31/07/2016	R\$ 758.315,52
193004	CAICO/RN	1639.00245.500-4	Açude Público Itans, S/N - Acampamento Açude Itans, Itans - CEP: 59300-000	R\$ 2.472,00	03/12/2012	R\$ 13.154.008,74
193004	CAICO/RN	1639.00234.500-4	Perímetro irrigado Itans, S/N - Perímetro irrigado do Açude público de Itans - CEP: 59300-000	R\$ 70.395,00	31/07/2016	R\$ 323.985,57
193004	CAICO/RN	1639.00261.500-1	Perímetro irrigado Sabugi, S/N - Perímetro irrigado do açude público do Sabugi - CEP: 59300-000	R\$ 301.146,00	31/07/2016	R\$ 546.286,46
193004	CRUZETA/RN	1659.00139.500-2	Perímetro irrigado Cruzeta, S/N - perímetro irrigado do açude Público de Cruzeta - CEP: 59375-000	R\$ 128.682,00	26/12/2000	-
193004	CRUZETA/RN	1659.00140.500-8	Rodovia Acampamento do Açude Público de Cruzeta, s/n - s/bairro - CEP: 59375-000	R\$ 400.000,00	26/12/2000	-
193004	CURRAIS NOVOS/RN	1661.00035.500-9	Acesso Açude Público de Currais Novos, S/N - Zona Rural - CEP: 59380-000	R\$ 20.851,28	02/12/2012	R\$ 1.356.413,47
193004	IPANGUACU/RN	1691.00012.500-5	Sítio Acampamento do Açude Pataxó, s/n - Ipanguaçu - CEP: 59508-000	R\$ 175.216,17	31/07/2016	R\$ 239.014,11
193004	JARDIM DO SERIDO /RN	1711.00003.500-4	Rua SITIO, S/N - ZONA RURAL - CEP: 59343-000	R\$ 55.097,94	26/12/2000	-
193004	JUCURUTU/RN	1719.00012.500-9	Sítio Acampamento Oiticica 1, s/n - CEP: 59330-000	R\$ 6.911.460,75	31/07/2016	R\$ 736.216,34
193004	NATAL/RN	1761.00379.500-6	Rua das Donzelas, S/N - Ribeira - CEP: 59012-190	R\$ 393.458,00	22/05/2000	-
193004	NATAL/RN	1761.00539.500-5	Rua Esplanada Silva Jardim, 171 - Ribeira - CEP: 59012-090	R\$ 320.921,99	14/10/2013	
193004	PAU DOS FERROS/RN	1787.00140.500-0	Sítio Açude Público de Pau dos Ferros, s/n - Área rural, Área rural - CEP: 59900-000	R\$ 537.758,40	29/01/2013	R\$ 2.110.385,10

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193004	PAU DOS FERROS/RN	1787.00141.500-5	Rua Joaquim Torquato, s/n - Centro - CEP: 59900-000	R\$ 269.245,40	29/01/2013	R\$ 6.519.896,21
193004	PAU DOS FERROS/RN	1787.00139.500-4	Sítio Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, S/N -Perimetro Irrigado do Açude Publico de Pau dos Ferros/RN, Sítio - CEP: 59900-000	R\$ 343.286,00	26/12/2000	-
193004	RIACHO DA CRUZ/RN	1811.00004.500-6	Rua GONÇALO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA, S/N - CENTRO - CEP: 59820-000	R\$ 45.522,00	26/12/2000	-
193004	RIACHO DA CRUZ/RN	1811.00005.500-1	Rua Golsalo das Chagas de Oliveira, 80 - Riacho da cruz, Centro - CEP: 59820-000	R\$ 91.045,04	26/12/2000	-
193004	SANTA CRUZ/RN	1823.00031.500-7	Sítio Açude Público Inharé, S/N - Acampamento, Santa Cruz - CEP: 59200-000	R\$ 192.035,99	03/12/2012	R\$ 379.626,30
193004	SANTA CRUZ/RN	1823.00032.500-2	Praça Vereador Reginaldo, S/N - Santa Cruz, Centro - CEP: 59200-000	R\$ 6.119.146,66	03/12/2012	R\$ 891.332,07
193004	AO JOAO DO SABUGI/RN	1839.00009.500-3	Acampamento do açude público do Sabugi, S/N - Área rural, Acampamento - CEP: 59310-000	R\$ 417.616,00	26/12/2000	-
193004	JOSE DO CAMPESTRE/RN	1843.00021.500-7	Viela Açude público Japi II, S/N - Acampamento, Área Rural - CEP: 59275-000	R\$ 12.090.000,00	03/12/2012	R\$ 2.254.572,18
193004	SAO RAFAEL/RN	1853.00003.500-6	Rua Silvestre Marinheiro de Souza, S/N - São Rafael, Centro - CEP: 59518-000	R\$ 4.000,00	26/12/2000	-
193004	TANGARA/RN	1877.00018.500-5	Sítio Açude público Trairí, S/N - Zona Rural - CEP: 59242-000	R\$ 1.193.798,08	03/12/2012	R\$ 672.737,56
193004	UMARIZAL/RN	1887.00008.500-8	Sítio açude público, S/N - Acampamento - DNOCS, sitio - CEP: 59865-000	R\$ 104.765,40	26/12/2000	-
193007	JARAMATAIA/AL	2773.00003.500-0	Sítio Monte Alegre, S/N - Arruamento São Pedro III, Zona rural - CEP: 57425-000	R\$ 1.186.123,02	01/05/2016	R\$ 2.069.499,34
193007	ALMEIRA DOS INDIOS/AL	2825.00017.500-2	Rua Manoel Origenes de Oliveira, 301 - Paraíso - CEP: 57602-050	R\$ 1.200.000,00	01/05/2016	R\$ 3.524.238,16
193007	ANTANA DO IPANEMA/AL	2859.00015.500-6	Rua Prof. Aloísio Ernande Brandão, s/nº - Esquina com a Rua Santo Inácio, Camoxinga - CEP: 57500-000	R\$ 541.000,00	29/04/2016	R\$ 2.151.283,48
193010	CORACAO DE JESUS/MG	4375.00005.500-2	Rua Nozinho Prates, 1011 - Sagrada Família - CEP: 39340-000	R\$ 87.469,88	20/12/2012	R\$ 261.626,80
193010	MONTES CLAROS/MG	4865.00030.500-3	Avenida Presidente Kennedy, 230 - Edgar Pereira - CEP: 39400-174	R\$ 496.950,51	20/12/2012	R\$ 7.696.984,31

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193010	SALINAS/MG	5139.00004.500-3	Avenida Hum, s/nº - São Miguel - CEP: 39560-000	R\$ 207.366,92	20/12/2012	R\$ 1.006.335,58
193001	AMARANTE/PI	1009.00007.500-0	Baía Projeto tabuleirão, S/N - Zona Rural - CEP: 64400-000	R\$ 48.596,53	09/10/2013	R\$ 55.063,63
193001	BENEDITINOS/PI	1031.00004.500-0	Área Açude Público Beneditinos, s/n - Zona Rural - CEP: 64380-000	R\$ 12.298,82	09/10/2013	R\$ 19.933,29
193001	COCAL/PI	1053.00004.500-0	Área RURAL, S/N - CEP: 64235-000	R\$ 2.955,00	21/01/2015	R\$ 5.000,00
193001	COCAL/PI	1053.00005.500-6	Área Terreno Açude Publico Cocal, s/n - Zona rural - CEP: 64235-000	R\$ 23.560,80	09/10/2013	R\$ 24.990,00
193001	CRISTINO CASTRO/PI	1061.00320.500-0	Área PERIMETRO IRRIGADO GURGUEIA, s/n - zona rural - CEP: 64920-000	R\$ 3.960.148,00	09/10/2013	R\$ 5.679.118,84
193001	FLORIANO/PI	1077.00043.500-0	Aeroporto POSTO EXP. DE AREAS SECAS DO LAMEIRO, 000SN - Zona Rural - CEP: 64800-000	R\$ 22.456,36	09/10/2013	R\$ 47.021,26
193001	FRONTEIRAS/PI	1085.00027.500-4	Rua Açude Publico Barreiras, 000sn - Zona Rural - CEP: 64690-000	R\$ 172.060,77	09/10/2013	R\$ 300.097,70
193001	FRONTEIRAS/PI	1085.00028.500-0	Área Campo de Pouso de Fronteiras, 000 - Campo de pouso - CEP: 64690-000	R\$ 5.300,00	09/10/2013	R\$ 1.105,00
193001	JOAQUIM PIRES/PI	1107.00009.500-0	Área Lagoa do Cajueiro, s/n - Residência para servidor, Zona Urbana - CEP: 64170-000	R\$ 18.495,00	09/10/2013	R\$ 15.935,21
193001	LUZILANDIA/PI	1115.00258.500-6	Rua PERIMETRO IRRIGADO LAGOAS DO PIAUI, S/N - Zona Rural - CEP: 64160-000	R\$ 1.880.547,64	09/10/2013	R\$ 3.939.754,47
193001	OEIRAS/PI	1139.00016.500-7	Avenida Avenida Transamazônica, 000sn - Rodoviária - CEP: 64500-000	R\$ 10.743,12	09/10/2013	R\$ 57.624,84
193001	OEIRAS/PI	1139.00017.500-2	Área Terreno Projeto Chapada Grande, 000sn - zona rural - CEP: 64500-000	R\$ 22.818,18	09/10/2013	R\$ 31.246,52
193001	PAULISTANA/PI	1155.00015.500-3	Artéria AÇUDE PUBLICO INGAZEIRAS, SN - Ingazeiras - CEP: 64750-000	R\$ 192.293,21	09/10/2013	R\$ 168.705,47
193001	PEDRO II/PI	1157.00009.500-7	Área AÇUDE PUBLICO JOANA, 000 - Zona Rural - CEP: 64255-000	R\$ 29.074,00	09/10/2013	R\$ 50.970,41
193001	PIO IX/PI	1163.00008.500-6	Área Cajazeiras, s/n - Açude Público Cajazeiras, rural - CEP: 64660-000	R\$ 125.124,50	09/10/2013	R\$ 106.468,10
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00215.500-4	Rua PERIMETRO IRRIGADO CALDEIRÃO, 000SN - Zona Rural - CEP: 64260-000	R\$ 921.697,82	31/07/2016	R\$ 6.536.256,53

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	Rua Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, 000sn - Caixa Dagua - CEP: 64260-000	R\$ 88.143,00	30/06/2016	R\$ 4.494.642,87
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00217.500-5	Área ESTAÇÃO DE PISCICULTURA CALDEIRÃO, 000SN - Zona Rural - CEP: 64260-000	R\$ 102.422,45	31/07/2016	R\$ 994.600,45
193001	O RAIMUNDO NONATO	1211.00010.500-0	Área AÇUDE PUBLICO NONATO, 000NS - Zona Rural - CEP: 64770-000	R\$ 33.311,84	09/10/2013	R\$ 35.360,00
193001	SIMPLICIO MENDES/PI	1215.00174.500-6	Rua JOSÉ DE MOURA FÉ, 00480 - CENTRO - CEP: 64700-000	R\$ 7.218,18	19/01/2015	R\$ 29.068,42
193001	SIMPLICIO MENDES/PI	1215.00175.500-1	Área RURAL, 000sn - CEP: 64700-000	R\$ 3.048,00	07/12/2004	R\$ 5.000,00
193001	SIMPLICIO MENDES/PI	1215.00177.500-2	Rua JOSÉ DE MOURA FÉ, 1014 - CENTRO - CEP: 64700-000	R\$ 17.000,00	19/01/2015	R\$ 87.900,00
193001	SIMPLICIO MENDES/PI	1215.00181.500-4	Vila, 000SN - CEP: 64700-000	R\$ 1.226.206,05	19/01/2015	R\$ 3.215.661,72
193001	TEREZINA/PI	1219.00148.500-7	Rua Avenida Campos sales, 02008 - Centro - CEP: 64000-300	R\$ 30.600,00	09/10/2013	R\$ 188.483,20
193001	TEREZINA/PI	1219.00149.500-2	Rua Rua Benjamin Constant, 02037 - Centro - CEP: 64000-280	R\$ 821.520,00	09/10/2013	R\$ 1.499.327,81
193001	JOSELANDIA/MA	0811.00001.500-4	Rua Barragem de Flores, S/N - Zona Rural - CEP: 65755-000	R\$ 4.661.800,00	08/10/2013	-
113801	ARCOVERDE/PE	2323.00020.500-0	Avenida Coronel Antonio Japiassu, s/n - Area Urbana, Centro - CEP: 56500-000	R\$ 174.498,10	17/11/2003	-
113801	BELO JARDIM/PE	2333.00138.500-0	Açude Publico Eng. Severino Guerra, S/N - Area preservada do DNOCS, Acamp. do Açude - CEP: 55165-000	R\$ 19.572,93	01/07/2003	-
113801	CUSTODIA/PE	2401.00259.500-6	Rua Do Nascente, S/N - Quadra J, Agrovila I - CEP: 56640-000	R\$ 58.979,45	19/08/2015	R\$ 207.537,92
113801	CUSTODIA/PE	2401.00260.500-1	Rua Do Centro, e da Baixa, S/N - Quadra C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 115.886,58	19/08/2015	R\$ 156.338,63
113801	CUSTODIA/PE	2401.00261.500-7	Conjunto P.I.Custódia/PE, S/N - Área preservada do DNOCS, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 992,05	19/08/2015	R\$ 20.885,96
113801	CUSTODIA/PE	2401.00262.500-2	Lote Ruas do Centro Comunitário e Mulungu, 01/05 - Quadra D, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 9.343,75	19/08/2015	R\$ 3.737,50

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	CUSTODIA/PE	2401.00263.500-8	Praça Carlos Lobo e Rua do centro, 02/04 - Quadras B e D - Lotes 02,03 e 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.565,00	19/08/2015	R\$ 7.426,25
113801	CUSTODIA/PE	2401.00264.500-3	Rua Do Posto Medico e BR 232, 01/08 - Quadra - B, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 69.215,95	19/08/2015	R\$ 193.245,77
113801	CUSTODIA/PE	2401.00265.500-9	Rua de Toda Gente, 01/22 - Quadra D/F/G/H, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 108.975,00	19/08/2015	R\$ 43.620,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00266.500-4	Rua do Nascente e Rua do Norte, 01/11 - Quadras H/I/F/J, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 47.093,75	19/08/2015	R\$ 18.837,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00267.500-0	Rua Do Centro, 01/16 - Quadra D, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 107.914,04	19/08/2015	R\$ 211.251,37
113801	CUSTODIA/PE	2401.00268.500-5	Rua Do Norte, 1/05 - Quadra I, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 64.070,61	19/08/2015	R\$ 100.823,21
113801	CUSTODIA/PE	2401.00269.500-0	Rua Do Norte, do Nascente, da Cooperativa, do Projeto, S/N - Quadra H, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 96.408,49	19/08/2015	R\$ 199.417,72
113801	CUSTODIA/PE	2401.00270.500-6	Rua do Grupo Escolar, Estrada Municipal e BR-232, S/N - Quadras A e F, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 61.685,81	19/08/2015	R\$ 526.107,14
113801	CUSTODIA/PE	2401.00271.500-1	Ruas da Barbosa e Praça, Largo do Acampamento, S/N - Quadras C e F - Lotes 01/04/07/08/12/13, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 44.368,00	19/08/2015	R\$ 17.747,25
113801	CUSTODIA/PE	2401.00272.500-7	Rodovia BR 232, 02/08 - Quadra J - Lote 02/03/04/07/08, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.456,40	19/08/2015	R\$ 76.922,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00273.500-2	Rua Do Alto, 09/14 - Quadra I- Lotes 09/10/11/12/13/14, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 66.525,23	19/08/2015	R\$ 110.259,39
113801	CUSTODIA/PE	2401.00274.500-8	Rodovia BR 232, 04/B - Quadra B, lote 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 14.936,04	19/08/2015	R\$ 50.615,01
113801	CUSTODIA/PE	2401.00275.500-3	Rua Da Cooperativa e da Praça Baixa, S/N - Quadra A e C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 77.708,38	19/08/2015	R\$ 135.695,67
113801	CUSTODIA/PE	2401.00276.500-9	Rua Do Alto, 12/16 - Quadra D - Lotes 12/13/14/16, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 44.352,10	19/08/2015	R\$ 102.093,48
113801	CUSTODIA/PE	2401.00277.500-4	Rua Do Alto, S/N - Quadra B, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 209.140,00	19/08/2015	R\$ 83.656,00

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	CUSTODIA/PE	2401.00278.500-0	Rua Quitimbu, da Cooperativa e Estrada Principal, 01/05 - Quadra A e E - Lotes 01/02/03/04/05, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 34.116,25	19/08/2015	R\$ 107.934,73
113801	CUSTODIA/PE	2401.00279.500-5	Rua Da Baixa, S/N - Quadra F - Lote 01/02/03/05, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 39.459,13	19/08/2015	R\$ 14.560,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00280.500-0	Rua Do Nascente, S/N - Quadra B e F- Lotes 04/ 06/07, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 19.909,44	19/08/2015	R\$ 125.354,80
113801	CUSTODIA/PE	2401.00281.500-6	Rua Do Posto Médico, S/N - Quadras C e D - Lotes 01 e 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 13.760,68	19/08/2015	R\$ 51.619,35
113801	CUSTODIA/PE	2401.00282.500-1	Lote P.I.Custódia/PE, 02/07 - Agrovila (Setor I), Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.919,00	19/08/2015	R\$ 834.200,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00283.500-7	Conjunto Largo do Acampamento, A/07 - Quadra A, Lote 07, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.639,45	19/08/2015	R\$ 20.436,26
113801	CUSTODIA/PE	2401.00284.500-2	Praça Da Igreja, C/03 - Quadra C , Lote 03, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.252,91	19/08/2015	R\$ 22.045,05
113801	CUSTODIA/PE	2401.00285.500-8	Rua Do Centro Comunitário e Grupo Escolar , S/N - Quadra F - Lotes 01, 02 e 06, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.381,36	19/08/2015	R\$ 82.125,23
113801	CUSTODIA/PE	2401.00286.500-3	Rua Do Rio, 01-G - Quadra G, Lote 01, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 112.391,33	19/08/2015	R\$ 196.550,72
113801	CUSTODIA/PE	2401.00287.500-9	Rua Inocêncio Lima, s/n - area urbana, Centro - CEP: 56640-000	R\$ 36.460,43	19/08/2015	R\$ 541.122,23
113801	CUSTODIA/PE	2401.00288.500-4	Rodovia BR 232, 04/19 - Quadras B, I e J, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 67.168,75	19/08/2015	R\$ 36.477,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00289.500-0	Rua Do Centro e da Baixa, 01/13 - Quadras B e E, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 129.434,69	19/08/2015	R\$ 218.230,44
113801	CUSTODIA/PE	2401.00291.500-0	Praça Carlos Lobo, 02/06 - Quadras A e C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 26.414,91	19/08/2015	R\$ 226.694,41
113801	CUSTODIA/PE	2401.00293.500-1	Lote Agrovila Setor II, 8 /46 - Quadra G, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 28.435,00	19/08/2015	R\$ 8.352.400,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00294.500-7	Rua Da Praça, 1/04 - Quadra A - Setor II, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 63.093,40	19/08/2015	R\$ 108.264,21

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	CUSTODIA/PE	2401.00299.500-4	Rua Marrecas, Mulungu e da Baixa, 1/14 - Acampamento/Agrovila II, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 51.988,00	19/08/2015	R\$ 20.795,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00304.500-0	Rua Quitimbu, 1/2 - Área do Acampamento, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 7.973,11	19/08/2015	R\$ 39.572,78
113801	CUSTODIA/PE	2401.00334.500-3	Rua Da cooperativa, Grupo Escolar e Centro Comunitário, 01/06 - Quadra E, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 37.574,94	19/08/2015	R\$ 97.184,72
113801	FLORESTA/PE	2413.00040.500-9	Açude Público Barra do Juá, S/N - Área Preservada do DNOCS, Acamp. do Açude - CEP: 56415-000	R\$ 1.792,44	24/08/2004	-
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00643.500-5	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 4 - CEP: 56585-000	R\$ 95.994,35	17/12/2014	R\$ 660.698,05
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00644.500-0	Vila P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 16.427,59	17/12/2014	R\$ 63.649,48
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00645.500-6	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 4 - CEP: 56585-000	R\$ 15.351,01	04/07/2003	-
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00646.500-1	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 4 - CEP: 56585-000	R\$ 92.154,57	17/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00647.500-7	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 92.154,57	17/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00648.500-2	Vila P.I. Moxoto, S/N - Área Preservada do DNOCS - CEP: 56585-000	R\$ 159.942,99	17/12/2014	R\$ 1.109.972,73
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00649.500-8	Vila P.I. MOXOTO (ACAMPAMENTO), S/N - Área Preservada do DNOCS, POÇO DA CRUZ - CEP: 56585-000	R\$ 70.428,84	18/12/2014	R\$ 356.300,09
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00651.500-9	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 66.634,79	23/07/2014	R\$ 607.842,21
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00652.500-4	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 92.154,57	17/12/2014	R\$ 607.842,21
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00654.500-5	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, POÇO DA CRUZ - CEP: 56585-000	R\$ 51.286,88	18/12/2014	R\$ 271.873,58
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00657.500-1	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 4 - CEP: 56585-000	R\$ 156.134,82	17/12/2014	R\$ 1.083.544,81
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00658.500-7	Conjunto P.I. MOXOTO, S/N - AREA PRESERVADA DO DNOCS, POÇO DA CRUZ - CEP: 56585-000	R\$ 52.956,06	19/12/2014	R\$ 181.341,68

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00659.500-2	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 77.380,77	18/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00660.500-8	Conjunto P.I. MOXOTO, S/N - AREA DO ACAMPAMENTO, POÇO DA CRUZ - CEP: 56585-000	R\$ 24.742,08	03/07/2003	-
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00662.500-9	Vila do Hospital do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 93.600,90	17/12/2014	R\$ 453.887,35
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00663.500-4	Vila Mecânica do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 101.538,21	17/12/2014	R\$ 1.333.659,97
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00664.500-0	Vila Mecânica do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 57.945,43	17/12/2014	R\$ 106.026,66
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00665.500-5	Vila P.I. Moxotó, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 88.314,80	18/12/2014	R\$ 1.039.023,21
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00666.500-0	Vila do Hospital do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 64.256,37	17/12/2014	R\$ 309.203,31
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00667.500-6	Conjunto Acampamento do P.I. Moxotó/PE, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 53.104,44	08/07/2003	-
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00670.500-2	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 21.868,16	18/12/2014	R\$ 227.169,82
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00671.500-8	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Area Reservada ao DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 80.635,25	18/12/2014	R\$ 948.673,36
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00672.500-3	Sítio P.I. Moxotó/PE, S/N - SITIO DO OÊ, AREA RURAL - CEP: 56585-000	R\$ 1.101,51	09/07/2003	-
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00674.500-4	Vila P.I. Moxotó, s/n - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 24.495,34	18/12/2014	R\$ 259.916,45
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00675.500-0	Vila P.I. Moxoto, s/n - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 7.649,68	03/07/2003	-
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00677.500-0	Loteamento Acampamento do P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 745.250,50	27/06/2003	-
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00683.500-3	Conjunto Acampamento do DNOCS em Poço da Cruz, S/N - Área Preservada do DNOCS - CEP: 56585-000	R\$ 336.777,89	31/12/2016	R\$ 548.650,76
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00685.500-4	Conjunto P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 8.834,07	19/12/2014	R\$ 39.217,80

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	Vila P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 48.822,85	31/12/2016	R\$ 1.074.805,41
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00690.500-1	Rua Rua Santa Isabel, S/N - Área Urbana, Centro - CEP: 56585-000	R\$ 13.785,29	19/12/2014	R\$ 876.382,07
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00692.500-2	Estação de Piscicultura Carlos Batos Tigre, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 19.219,97	19/12/2014	R\$ 162.327,30
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00694.500-3	Conjunto P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 20.174,27	18/12/2014	R\$ 237.110,47
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00696.500-4	Conjunto Acampamento do P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 53.002,49	18/12/2014	R\$ 306.146,63
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00698.500-5	Vila Acampamento do P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 66.236,38	17/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00700.500-4	Vila Acampamento do P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 66.236,38	17/12/2014	R\$ 585.914,29
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00703.500-0	Vila P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 43.820,44	18/12/2014	R\$ 422.846,75
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00705.500-1	Vila P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 56.535,56	18/12/2014	R\$ 1.129.373,05
113801	IGUARACI/PE	2437.00001.500-3	Açude Público Rosário, S/N - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do Açude - CEP: 56840-000	R\$ 18.495,47	22/10/2003	-
113801	OURICURI/PE	2497.00019.500-5	Açude Público Engenheiro Camacho, s/n - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do Açude - CEP: 56200-000	R\$ 2.597,43	12/11/2003	-
113801	PARNAMIRIM/PE	2507.00022.500-2	Açude Público Entremontes, s/n - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do Açude - CEP: 56168-000	R\$ 42.726,23	24/10/2003	-
113801	PEDRA/PE	2515.00008.500-7	Açude Público Mororó, S/N - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do Açude - CEP: 55287-000	R\$ 5.660,36	14/11/2003	-
113801	PETROLANDIA/PE	2519.00034.500-1	Área Preservada do DNOCS, s/n - Posto Agrícola do São Francisco, Acamp. do Açude - CEP: 56460-000	R\$ 190.484,84	24/10/2003	R\$ 27.187,82
113801	RECIFE/PE	2531.00602.500-8	Rua Conego Barata, 999 - Sede da Coordenadoria Estadual em Pernambuco, Tamarineira - CEP: 52110-000	R\$ 869.879,85	03/07/2003	-
113801	RECIFE/PE	2531.00784.500-9	Rua Cônego Barata, 999 - Área Urbana, Tamarineira - CEP: 52110-000	R\$ 94.590,00	03/07/2003	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	SALGUEIRO/PE	2543.00027.500-6	Rua Getulio Vargas, 406 - Área Urbana, Prado - CEP: 56115-000	R\$ 19.286,80	14/07/2003	-
113801	SALGUEIRO/PE	2543.00028.500-1	Rua Jose Alves de Lira, S/N - Área Urbana, Prado - CEP: 56115-000	R\$ 5.726,67	14/07/2003	-
113801	SALGUEIRO/PE	2543.00029.500-7	Rua Aurea Sampaio Muniz, 89 - Área Urbana, Primavera - CEP: 56115-000	R\$ 44.894,80	14/07/2003	-
113801	SALGUEIRO/PE	2543.00030.500-2	Conjunto P. I. Boa Vista, S/N - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do PIVB - CEP: 56115-000	R\$ 37.679,22	22/07/2003	-
113801	SALGUEIRO/PE	2543.00036.500-5	Conjunto Núcleo Habitacional, S/N - Lotes Irrigados, Acampamento do PIBV - CEP: 56115-000	R\$ 45.762,75	22/07/2003	-
113801	SALGUEIRO/PE	2543.00038.500-6	Conjunto Núcleo Habitacional, S/N - Lotes Irrigados, Acampamento do PIBV - CEP: 56115-000	R\$ 72.384,46	23/07/2003	-
113801	SALGUEIRO/PE	2543.00040.500-7	Conjunto P.I. Boa Vista, S/N - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do PIBV - CEP: 56115-000	R\$ 15.295,18	23/07/2003	-
113801	TA MARIA DA BOA VISTA	2551.00046.500-0	Açude Público Saco II, s/n - Área preservada do DNOCS, Acamp. do açude - CEP: 56390-000	R\$ 38.986,23	02/07/2003	-
113801	SERRA TALHADA/PE	2577.00224.500-1	Perímetro Irrigado Cachoeira II, S/N - Terreno da Poligonal do Projeto Cachoeira, Acampamento do PIC 2 - CEP: 56925-000	R\$ 148.695,00	23/05/2003	-
113801	SERRA TALHADA/PE	2577.00226.500-2	Vila dos Técnicos, Estrada de Acesso e Rua Projetada, 1/9 - Quadras A/B/C/D/E, Acampamento do PIC 2 - CEP: 56925-000	R\$ 119.715,00	01/07/2003	-
113801	SERRA TALHADA/PE	2577.00228.500-3	Conjunto Núcleo Habitacional, S/N - Agrovila, Acampamento do PIC 2 - CEP: 56925-000	R\$ 508.823,36	01/07/2003	-
113801	SERRA TALHADA/PE	2577.00229.500-9	Perímetro Irrigado Cachoeira II, S/N - Área preservada do DNOCS, Serra talhada - CEP: 56925-000	R\$ 79.618,75	01/07/2003	-
113801	SERRA TALHADA/PE	2577.00231.500-0	Vila dos Técnicos e Estrada de Acesso, A/B - Área preservada do DNOCS, Acampamento do PIC2 - CEP: 56925-000	R\$ 70.969,16	01/07/2003	-
113801	SERRA TALHADA/PE	2577.00239.500-3	Conjunto Núcleo Habitacional, S/N - Agrovila, Acampamento do PIC 2 - CEP: 56925-000	R\$ 37.287,49	01/07/2003	-
113801	SERRA TALHADA/PE	2577.00241.500-4	Conjunto Núcleo Habitacional, S/N - Agrovila, Acampamento do PIC2 - CEP: 56925-000	R\$ 19.207,19	01/07/2003	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	SURUBIM/PE	2589.00006.500-0	Açude Público Jucazinho, S/N - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do Açude - CEP: 55750-000	R\$ 37.388,22	02/07/2003	-
113801	VERDEJANTE/PE	2621.00038.500-1	Conjunto P. I. Boa Vista, S/N - Área Preservada do DNOCS, Acampamento do PIBV - CEP: 56120-000	R\$ 2.689,48	22/07/2003	-
113801	VERDEJANTE/PE	2621.00039.500-7	Conjunto P.I. Boa Vista, S/N - Área preservada do DNOCS, Acampamento do PIBV - CEP: 56120-000	R\$ 39.081,76	04/09/2003	-
193008	ARACAJU/SE	3105.00144.500-0	Rua Fortaleza, s/n - Sitio Bela Vista, Industrial - CEP: 49065-410	R\$ 328.927,86	01/03/2016	R\$ 2.797.491,07
193008	GRACCHO CARDOSO/SE	3151.00005.500-7	Rodoviária Açude Publico de Graccho Cardoso, s/n - Açude Publico de Graccho Cardoso, Tres Barras - CEP: 49860-000	R\$ 10.683,10	30/09/2016	R\$ 13.502,76
193008	GRACCHO CARDOSO/SE	3151.00006.500-2	Rodoviária Açude Publico de Graccho Cardoso, s/n - Açude Publico de Graccho Cardoso, Tres Barras - CEP: 49860-000	R\$ 7.165,91	30/09/2016	R\$ 9.593,22
193008	ITABAIANA/SE	3157.00020.500-8	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 25.387,84	30/09/2016	R\$ 27.469,76
193008	ITABAIANA/SE	3157.00021.500-3	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 25.387,84	30/09/2016	R\$ 27.469,76
193008	ITABAIANA/SE	3157.00022.500-9	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaian, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 11.988,75	30/09/2016	R\$ 3.171,74
193008	ITABAIANA/SE	3157.00023.500-4	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 6.361,91	30/09/2016	R\$ 1.691,59
193008	ITABAIANA/SE	3157.00024.500-0	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 14.632,40	30/09/2016	R\$ 17.797,31
193008	ITABAIANA/SE	3157.00025.500-5	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 20.517,17	30/09/2016	R\$ 5.455,38
193008	SA SENHORA DA GLORIA	3189.00048.500-9	Rodovia N. S. Glória a Monte Alegre, S/N - CEP: 49680-000	R\$ 204.640,27	30/09/2016	R\$ 2.145.476,82
193008	SA SENHORA DA GLORIA	3189.00042.500-6	Rua AV.Manoel Elygio da Mota, 20 - Prédios e casas, Brasília - CEP: 49680-000	R\$ 89.799,60	30/09/2016	R\$ 5.038.320,75
193008	SA SENHORA DA GLORIA	3189.00040.500-5	Rodovia N. S. Glória a Monte Alegre, S/N - Rodovia - CEP: 49680-000	R\$ 63.450,63	27/09/2000	-
193008	SA SENHORA DA GLORIA	3189.00041.500-0	Rodoviária N. S. Glória a Monte Alegre, s/n - Rodovia - CEP: 49680-000	R\$ 40.246,93	27/09/2000	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193008	SA SENHORA DA GLÓRIA	3189.00043.500-1	Rodoviária N. S. Glória a Monte Alegre, s/n - Rodovia - CEP: 49680-000	R\$ 40.246,93	28/09/2000	-
193008	SA SENHORA DA GLÓRIA	3189.00044.500-7	N. S. Glória a Monte Alegre, S/N - Rodovia - CEP: 49680-000	R\$ 40.246,93	28/09/2000	-
193008	SA SENHORA DA GLÓRIA	3189.00045.500-2	N. S. Glória a Monte Alegre, S/N - Rodovia - CEP: 49680-000	R\$ 40.246,93	28/09/2000	-
193008	SA SENHORA DA GLÓRIA	3189.00046.500-8	N. S. Glória a Monte Alegre, s/n - Rodovia - CEP: 49680-000	R\$ 40.246,93	28/09/2000	-
193008	SA SENHORA DA GLÓRIA	3189.00047.500-3	N. S. Glória a Monte Alegre, s/n - Rodovia - CEP: 49680-000	R\$ 40.246,93	28/09/2000	-
193008	TOBIAS BARRETO/SE	3247.00006.500-0	Praça Niceu Dantas, 260 - Centro - CEP: 49300-000	R\$ 9.225,95	16/05/2016	R\$ 533.726,31
193003	ACOPIARA/CE	1305.00002.500-9	Unidade Administrativa Quinque, s/n - Zona Rural - CEP: 63560-000	R\$ 236.728,00	23/05/2014	R\$ 606.230,65
193003	ALTO SANTO/CE	1313.00005.500-6	Estação de Piscicultura Complexo Castanhão, S/N - Zona Rural - CEP: 62973-000	R\$ 1.639.117,15	16/10/2012	R\$ 6.004.520,40
193003	BANABUIU/CE	1233.00043.500-1	Unidade Administrativa Arrojado Lisboa, s/n - Zona Rural - CEP: 63960-000	R\$ 7.868.021,79	23/05/2014	R\$ 20.149.015,20
193003	BARRO/CE	1339.00004.500-4	Unidade Administrativa Prazeres, s/n - Zona Rural - CEP: 63380-000	R\$ 351.289,45	23/05/2014	R\$ 899.606,97
193003	BREJO SANTO/CE	1349.00005.500-7	Unidade Administrativa Atalho, s/n - Zona Rural - CEP: 63260-000	R\$ 2.284.618,77	03/09/2001	-
193003	CAMPOS SALES/CE	1353.00007.500-6	Unidade Administrativa Poço da Pedra, s/n - Zona Rural - CEP: 63150-000	R\$ 16.138.126,26	03/09/2001	-
193003	CANINDE/CE	1355.00025.500-0	Unidade Administrativa Salão, s/n - Zona Rural - CEP: 62700-000	R\$ 624,00	14/11/2014	R\$ 624,00
193003	CANINDE/CE	1355.00026.500-6	Unidade Administrativa São Mateus, s/n - Zona Rural - CEP: 62700-000	R\$ 59.586,81	14/11/2014	R\$ 32.713,05
193003	CARIRIACU/CE	1363.00005.500-2	Unidade Administrativa Manoel Albino, n/t - Zona Rural - CEP: 63220-000	R\$ 867.667,18	03/09/2001	-
193003	CARIUS/CE	1365.00063.500-5	Unidade Administrativa Poço dos Paus, s/n - Zona Rural - CEP: 63530-000	R\$ 298.433,97	03/09/2001	-
193003	CHORO/CE	0993.00015.500-1	Unidade Administrativa Pompeu Sobrinho, s/n - Zona Rural - CEP: 63950-000	R\$ 8.737.750,00	03/09/2001	R\$ 8.902.904,16

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193003	CRATEUS/CE	1383.00015.500-1	Unidade Administrativa Realejo, s/n - Zona Rural - CEP: 63700-000	R\$ 1.276.333,68	03/09/2001	-
193003	CRATO/CE	1385.00031.500-5	Unidade Administrativa Osterne de Alencar, s/n - Zona Rural - CEP: 63100-000	R\$ 1.809.307,18	03/09/2001	-
193003	FORQUILHA/CE	1591.00325.500-0	Perímetro Irrigado Forquilha, s/n - Zona Rural - CEP: 62115-000	R\$ 4.010.823,32	03/09/2001	-
193003	FORTALEZA/CE	1389.00385.500-3	Rua Dos Tabajaras, 11 - Sede da 2ª DR / DNOCS, Praia de Iracema - CEP: 60060-000	R\$ 1.616.022,42	03/09/2001	-
193003	FORTALEZA/CE	1389.00528.500-0	Rua Alagoas, s/n - CEST-CE/DNOCS, PLANALTO DO PICI - CEP: 60000-000	R\$ 2.516.415,49	16/05/2016	R\$ 19.564.137,62
193003	FORTALEZA/CE	1389.00531.500-6	Rua Dos Tabajaras, 241 - Laboratório de Camarão, Praia de Iracema - CEP: 60060-000	R\$ 44.875,85	03/09/2001	-
193003	FORTALEZA/CE	1389.00456.500-9	Avenida Bezerra de Menezes, 2045 - Parquelândia - CEP: 60325-000	R\$ 355.612,95	31/08/2014	R\$ 1.506.734,36
193003	GENERAL SAMPAIO/CE	1393.00024.500-8	Unidade Administrativa General Sampaio, s/n - Zona Rural - CEP: 62738-000	R\$ 4.673.875,15	14/11/2014	R\$ 4.945.920,76
193003	GRANJA/CE	1395.00010.500-8	Unidade Administrativa Paula Pessoa, s/n - Zona Rural - CEP: 62430-000	R\$ 3.500,00	03/09/2001	-
193003	GUAIBUBA/CE	1251.00004.500-7	Unidade Administrativa Riachão, s/n - Zona Rural - CEP: 61890-000	R\$ 10.201,92	14/11/2014	R\$ 10.201,92
193003	ICO/CE	1409.01274.500-0	Unidade Administrativa Lima Campos, s/n - Zona Rural - CEP: 63430-000	R\$ 1.966.497,10	03/09/2001	-
193003	ICO/CE	1409.01275.500-6	Estação de Piscicultura Pedro Azevedo, s/n - Zona Rural - CEP: 63430-000	R\$ 76.223,26	03/09/2001	-
193003	ICO/CE	1409.01276.500-1	Perímetro Irrigado do Icó, s/n - Zona Rural - CEP: 63430-000	R\$ 7.144.493,39	03/09/2001	-
193003	IGUATU/CE	1411.00020.500-8	Unidade Administrativa Trussu, s/n - Zona Rural - CEP: 63500-000	R\$ 3.305.143,48	03/09/2001	-
193003	IPU/CE	1417.00015.500-0	Unidade Administrativa Bonito, s/n - Zona Rural - CEP: 62250-000	R\$ 689.520,00	03/09/2001	-
193003	IRACEMA/CE	1421.00020.500-5	Unidade Administrativa Ema, s/n - Zona Rural - CEP: 62980-000	R\$ 708.767,14	03/09/2001	-
193003	IRAUCUBA/CE	1423.00009.500-1	Unidade Administrativa São Gabriel, s/n - Zona Rural - CEP: 62620-000	R\$ 306.680,63	14/11/2014	R\$ 392.925,41

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193003	JAGUARIBARA/CE	1437.00003.500-9	Unidade Administrativa Velame, s/n - Zona Rural - CEP: 63490-000	R\$ 145,00	03/09/2001	-
193003	JAGUARIBE/CE	1439.00033.500-9	Unidade Administrativa Joaquim Távora, s/n - Zona Rural - CEP: 63475-000	R\$ 93.612,29	03/09/2001	-
193003	JAGUARIBE/CE	1439.00034.500-4	Unidade Administrativa Nova Floresta, s/n - Zona Rural - CEP: 63475-000	R\$ 14.188,81	03/09/2001	-
193003	JAGUARUANA/CE	1441.00128.500-7	Gerência de Jaguaruana, s/n - Perímetro Irrigado de Jaguaruana, Zona Rural - CEP: 62823-000	R\$ 691.160,84	03/09/2001	-
193003	MARANGUAPE/CE	1455.00051.500-9	Estação de Piscicultura Valdemar C. de França, s/n - Zona Rural - CEP: 61940-000	R\$ 171.930,60	14/11/2014	R\$ 727.346,33
193003	MASSAPE/CE	1461.00005.500-2	Unidade Administrativa Acaraú Mirim, s/n - Zona Rural - CEP: 62140-000	R\$ 15.895,33	14/11/2014	R\$ 96.843,19
193003	MAURITI/CE	1463.00109.500-4	Gerência Quixabinha, s/n - Perímetro Irrigado Quixabinha, Zona Rural - CEP: 63210-000	R\$ 465.350,74	03/09/2001	-
193003	MIRAIMA/CE	1263.00003.500-5	Unidade Administrativa São Pedro Timbaúba, s/n - Zona Rural - CEP: 62530-000	R\$ 1.360.626,59	03/09/2001	R\$ 71.579,17
193003	MOMBACA/CE	1471.00005.500-0	Unidade Administrativa Serafim Dias, s/n - Zona Rural - CEP: 63610-000	R\$ 1.503.478,26	03/09/2001	-
193003	MORADA NOVA/CE	1475.02092.500-2	Perímetro Irrigado Morada Nova, s/n - Zona Rural - CEP: 62940-000	R\$ 11.303.259,43	23/05/2014	R\$ 28.946.225,29
193003	MORADA NOVA/CE	1475.02093.500-8	Sítio Poço do Barro, s/n - Zona Rural - CEP: 62940-000	R\$ 42.309,81	03/09/2001	-
193003	MORAUJO/CE	1477.00003.500-8	Unidade Administrativa Varzea da Volta, s/n - Zona Rural - CEP: 62480-000	R\$ 4.385,41	14/11/2014	R\$ 27.980,65
193003	NOVA RUSSAS/CE	1487.00007.500-7	Unidade Administrativa Farias de Sousa, s/n - Zona Rural - CEP: 62200-000	R\$ 574.474,96	03/09/2001	-
193003	OROS/CE	1491.00156.500-6	Posto de Operação Orós, s/n - Núcleo Adm. Orós, Zona Rural - CEP: 63520-000	R\$ 1.513.240,68	03/09/2001	-
193003	PARAIPABA/CE	1599.01491.500-2	Perímetro Irrigado Paraipaba, s/n - Zona Rural - CEP: 62685-000	R\$ 15.011.007,16	03/09/2001	-
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00569.500-2	Perímetro Irrigado Pentecoste, s/n - Gerência Curu Recuperação, Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 6.274.857,76	23/05/2014	R\$ 16.069.122,48
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00570.500-8	Unidade Administrativa Caxitoré, s/n - Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 1.046.543,33	14/11/2014	R\$ 1.193.758,23

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00571.500-3	Unidade Administrativa Serrota, s/n - Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 50.424,51	14/11/2014	R\$ 228.005,94
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00572.500-9	Unidade Administrativa Pereira de Miranda, s/n - Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 1.383.115,82	14/11/2014	R\$ 2.858.924,16
193003	QUIXADA/CE	1527.00087.500-6	Fazenda Experimental, s/n - Zona Rural - CEP: 63900-000	R\$ 750.072,30	03/09/2001	-
193003	QUIXADA/CE	1527.00088.500-1	Unidade Administrativa Cedro, s/n - Zona Rural - CEP: 63900-000	R\$ 218.422,81	03/09/2001	-
193003	QUIXERAMUBIM/CE	1529.00043.500-2	Unidade Administrativa de Quixeramobim, s/n - Zona Rural - CEP: 63800-000	R\$ 1.356.226,37	03/09/2001	-
193003	RUSSAS/CE	1537.00043.500-3	Unidade Administrativa Santo Antônio de Russas, s/n - Zona Rural - CEP: 62900-000	R\$ 861.633,33	03/09/2001	-
193003	SANTA QUITERIA/CE	1545.00005.500-7	Unidade Administrativa Edson Queiroz, s/n - Zona Rural - CEP: 62280-000	R\$ 4.106.260,47	21/11/2014	R\$ 4.197.371,21
193003	ANTANA DO ACARAU/C	1541.00006.500-0	Unidade Administrativa São Vicente, s/n - Zona Rural - CEP: 62150-000	R\$ 6.620,95	21/11/2014	R\$ 34.793,44
193003	SENADOR POMPEU/CE	1555.00017.500-0	Unidade Administrativa Patu, s/n - Zona Rural - CEP: 63600-000	R\$ 924.400,22	03/09/2001	-
193003	SENADOR SA/CE	1557.00004.500-5	Unidade Adm. Tucunduba, s/n - Zona Rural - CEP: 62470-000	R\$ 8.020,87	21/11/2014	R\$ 32.067,35
193003	SOBRAL/CE	1559.00375.500-0	Estação de Piscicultura Osmar Fontineli, s/n - Zona Rural - CEP: 62107-000	R\$ 212.325,54	21/11/2014	R\$ 1.336.314,96
193003	SOBRAL/CE	1559.00376.500-5	Perímetro Irrigado Ayres de Sousa, s/n - Zona Rural - CEP: 62107-000	R\$ 6.371.389,54	03/09/2001	-
193003	SOBRAL/CE	1559.00377.500-0	Unidade Adm. Santo Antônio de Aracatiaçu, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 15.372,32	21/11/2014	R\$ 94.249,20
193003	SOBRAL/CE	1559.00378.500-6	Unidade Adm. Santa Maria, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 25.926,33	21/11/2014	R\$ 132.096,63
193003	SOBRAL/CE	1559.00379.500-1	Unidade Adm. Sobral, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 1.795,46	21/11/2014	R\$ 299.886,01
193003	SOBRAL/CE	1559.00380.500-7	Unidade Adm. Patos, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 34.407,44	21/11/2014	R\$ 2.073.827,18
193003	TAMBORIL/CE	1565.00005.500-1	Unidade Adm. Carão, s/n - Zona Rural - CEP: 63750-000	R\$ 658.868,82	03/09/2001	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193003	TAUA/CE	1567.00488.500-5	Perímetro Irrigado Várzea do Boi, s/n - Zona Rural - CEP: 63660-000	R\$ 10.251.001,25	03/09/2001	-
193003	TAUA/CE	1567.00489.500-0	Unidade Adm. Favela, s/n - Zona Rural - CEP: 63660-000	R\$ 711.609,06	03/09/2001	-
193003	TAUA/CE	1567.00490.500-6	Unidade Adm. Trici, s/n - Zona Rural - CEP: 63660-000	R\$ 841.242,23	03/09/2001	-
193003	TEJUCUOCA/CE	1277.00002.500-0	Unidade Administrativa Tejussuoca, s/n - Zona Rural - CEP: 62610-000	R\$ 1.212.714,50	14/11/2014	R\$ 1.212.714,50
193003	UMIRIM/CE	9855.00004.500-1	Unidade Adm. Frios, s/n - Zona Rural - CEP: 62660-000	R\$ 1.123.896,27	28/11/2014	R\$ 1.163.843,28
193003	URUBURETAMA/CE	1577.00004.500-0	Unidade Adm. Mundaur, s/n - Zona Rural - CEP: 62650-000	R\$ 177.098,71	28/11/2014	R\$ 238.088,14
193003	URUOCA/CE	1579.00004.500-6	Unidade de Administração Premuoca, s/n - CEP: 62460-000	R\$ 325.847,90	28/11/2014	R\$ 325.847,90
193003	VARJOTA/CE	9857.00099.500-6	Unidade Adm. Paulo Sarasate, s/n - Zona Rural - CEP: 62265-000	R\$ 1.644.389,00	28/11/2014	R\$ 2.030.759,64
193003	VARJOTA/CE	9857.00100.500-0	Perímetro Irrigado Araras do Norte, s/n - Zona Rural - CEP: 62265-000	R\$ 6.933.890,85	23/05/2014	R\$ 17.756.823,14
193002	FORTALEZA/CE	1389.00453.500-2	Avenida Imperador, 1313 - Centro - CEP: 60015-051	R\$ 864.164,19	01/06/2016	R\$ 5.482.805,08
193002	FORTALEZA/CE	1389.00455.500-3	Rua Pedro Pereira, 741 - Centro - CEP: 60035-001	R\$ 593.253,76	02/06/2016	R\$ 340.042,03
193002	FORTALEZA/CE	1389.00457.500-4	Avenida Carlos Vasconcelos, 2174 - Meireles - CEP: 60115-170	R\$ 114.904,04	01/06/2016	R\$ 819.794,16
193002	FORTALEZA/CE	1389.00458.500-0	Avenida Duque de Caxias, 1700 - Centro - CEP: 60035-110	R\$ 6.713.922,50	16/05/2016	R\$ 24.595.749,82
193002	FORTALEZA/CE	1389.00459.500-5	Rua Padre Mororó, 1290 - Parquelândia - CEP: 60450-080	R\$ 284.395,95	16/05/2016	R\$ 1.893.602,52
193002	PENTECOSTE/CE	1515.00573.500-4	Área Centro de Pesquisas Ictiológicas, s/n - Zona Urbana - CEP: 62640-000	R\$ 31.512.366,92	06/09/2012	R\$ 42.747.813,43
193002	BRASILIA/DF	9701.22445.500-3	Loteamento Lote 9/10, s/n - AU/SUL, SAS - CEP: 70070-905	R\$ 394.308,00	14/05/2012	R\$ 646.745,04
193002	BRASILIA/DF	9701.22447.500-4	Lote LOTE 16, S/N - QL-2/4SHIS, LAGO SUL - CEP: 70000-000	R\$ 704.229,60	05/07/2002	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193009	ADUSTINA/BA	3253.00006.500-5	Praça Niceu Dantas, 260 - Centro - CEP: 49300-000	R\$ 1.609.144,11	26/12/2000	-
193009	ANAGE/BA	3323.00005.500-4	Rio Barragem, s/n - Anajé - CEP: 45180-000	R\$ 47.782,08	26/12/2000	-
193009	ANAGE/BA	3323.00006.500-0	Rio Barragem de Anajé, s/n - Anajé - CEP: 45180-000	R\$ 48.723.357,03	26/12/2000	-
193009	ANDORINHA/BA	3255.00003.500-5	Rio Barragem de Andainha, s/n - Município de Bonfim, nt - CEP: 48990-000	R\$ 192.663,71	04/12/2001	-
193009	ARACI/BA	3341.00027.500-2	Lago Poço Grande, s/n - Açude Público Araci, nt - CEP: 48760-000	R\$ 546.477,08	26/12/2000	-
193009	ARACI/BA	3341.00028.500-8	Lagoa Açude P. Araci, s/nº - Poço Grande - CEP: 48760-000	R\$ 7.165,36	10/12/2001	-
193009	CACULE/BA	3399.00003.500-3	Vila açude público truvisco, nt - barragem, nt - CEP: 46300-000	R\$ 587.297,24	13/09/2001	-
193009	CANUDOS/BA	3085.00251.500-3	Lago Barragem, s/n - CEP: 48520-000	R\$ 1.300.540,40	26/12/2000	-
193009	CURACA/BA	3497.00018.500-5	Lago Barragem, s/n - Pinhão, - CEP: 48930-000	R\$ 74.659,96	26/12/2000	-
193009	CURACA/BA	3497.00019.500-0	Lago Barragem, s/n - Pinhão, nt - CEP: 48930-000	R\$ 4.327.837,76	26/12/2000	-
193009	ITIUBA/BA	3641.00127.500-5	Lago Barragem, s/n - Camaleão, Jacuruci - CEP: 48850-000	R\$ 881.737,13	26/12/2000	-
193009	ITIUBA/BA	3641.00128.500-0	Lago Barragem, Camaleão, Jacuruci - CEP: 48850-000	R\$ 119.909,77	26/12/2000	-
193009	JEREMOABO/BA	3663.00087.500-0	Vila Canché, s/n - Jeremoabo, Canché - CEP: 48540-000	R\$ 57.325,00	26/12/2000	-
193009	IMENTO DE NOSSA SENH	3691.00010.500-5	Fazenda Vazante, lugar denominado "Patos", s/nº - Conhecido como Posto Agropecuário de Livramento Brumado, Patos - CEP: 46140-000	R\$ 450.000,00	03/05/2012	-
193009	IMENTO DE NOSSA SENH	3691.00012.500-6	Rua Rua da Ponte, Livramento - CEP: 46140-000	R\$ 11.085.830,53	26/12/2000	-
193009	RIO DE CONTAS/BA	3835.00032.500-7	Lago Barragem, CEP: 46170-000	R\$ 1.102.404,63	26/12/2000	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193009	SALVADOR/BA	3849.00545.500-6	Avenida Av. Frederico Pontes, 125 Comércio - CEP: 40460-000	R\$ 47.116,36	26/12/2000	-
193009	SALVADOR/BA	3849.00546.500-1	Avenida Avenida Barros Reis,, 9997 - Cabula - CEP: 40330-000	R\$ 156.162,19	01/07/2013	R\$ 14.206.005,35
193009	SALVADOR/BA	3849.00547.500-7	Avenida Av. Heitor Dias, Barros Reis - CEP: 40330-000	R\$ 938.090,27	26/12/2000	-
193009	SALVADOR/BA	3849.00549.500-8	Avenida Av. Ulisses Guimarães, 630 - CAB - CEP: 41201-000	R\$ 3.070.293,89	31/12/2000	-
193009	SALVADOR/BA	3849.00597.500-0	Rua SEVERO PESSOA, 21 - FEDERAÇÃO - CEP: 40210-700	R\$ 66.464,00	01/07/2013	R\$ 790.509,11
193009	SENHOR DO BONFIM/BA	3901.00018.500-2	Lago Barragem, AÇUDE QUIÇE, Sr. do Bonfim - CEP: 48970-000	R\$ 8.385.807,91	26/12/2000	-
193009	SERROLANDIA/BA	3911.00007.500-0	Lagoa Açude P. Serrate, s/n - Acampamento, Serralandia - CEP: 44710-000	R\$ 123.033,39	26/12/2000	-
193009	TREMEDAL/BA	3935.00005.500-6	Vila alto da boa vista, s/n - barragem, tremedal - CEP: 45170-000	R\$ 195.013,52	05/09/2002	-
193009	TUCANO/BA	3937.00004.500-7	Fonte Rio Itapicuru, nt - CEP: 48790-000	R\$ 3.264,35	26/12/2000	-
193009	TUCANO/BA	3937.00005.500-2	Fonte Caldas do Jorro, s/n - CEP: 48790-000	R\$ 75.393,16	26/12/2000	-
193009	TUCANO/BA	3937.00006.500-8	Fonte Caldas do Jorro, s/n - Jorro - CEP: 48790-000	R\$ 3.264,35	26/12/2000	-
193009	UAUA/BA	3939.00008.500-5	Fazenda Fazenda Piloto, s/n - CEP: 48950-000	R\$ 2.582.741,56	26/12/2000	-
193005	ARRA DE SANTA ROSA/BA	1933.00006.500-4	Área AÇUDE PÚBLICO DE CURIMATAÚ, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58170-000	R\$ 34.474,39	12/07/2001	-
193005	EM DO BREJO DO CRUZ/BA	1941.00005.500-0	Área AÇUDE PÚBLICO DE ESCONDIDO, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58895-000	R\$ 115.777,08	12/07/2001	-
193005	BOQUEIRAO/PB	1951.00315.500-2	Área Açude Público Boqueirão, Acampamento do POEP - CEP: 58450-000	R\$ 72.543,14	04/07/2013	R\$ 67.956.257,05
193005	CAJAZEIRAS/PB	1975.00278.500-0	Área Preservada do DNOCS, Centro - CEP: 58905-000	R\$ 1.049.247,38	02/01/2001	R\$ 67.824,37
193005	CAJAZEIRAS/PB	1975.00279.500-5	Área DNOCS CAJAZEIRAS, CEP: 58905-000	R\$ 7.051.130,30	02/01/2001	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193005	CAMPINA GRANDE/PB	1981.00037.500-3	Rua R. Vileneauve Maia, Monte Santo - CEP: 58100-000	R\$ 53.269,84	30/09/2016	R\$ 3.408.994,25
193005	CAMPINA GRANDE/PB	1981.00038.500-9	Avenida Assis Chateaubriand, Distrito Industrial - CEP: 58105-000	R\$ 558.867,02	02/01/2001	-
193005	CAMPINA GRANDE/PB	1981.00039.500-4	Rua Prefeito Félix Araújo, Monte Santo - CEP: 58100-000	R\$ 1.049.247,38	02/01/2001	-
193005	CONDADO/PB	1991.00136.500-9	Área Engo. Arco Verde, S/N - Acamp. do PIEA - CEP: 58714-000	R\$ 4.741.325,06	02/01/2001	-
193005	COREMAS/PB	1997.00324.500-0	Rua DNOCS COREMAS, Acamp. do POEP - CEP: 58770-000	R\$ 10.151.486,65	02/01/2001	-
193005	COREMAS/PB	1997.00325.500-5	Rua DNOCS COREMAS, Acamp. do POEP - CEP: 58770-000	R\$ 3.445.109,70	02/01/2001	-
193005	JOAO PESSOA/PB	2051.00110.500-6	Avenida SANTA CATARINA, 621 - ESTADOS - CEP: 58030-070	R\$ 4.053.314,78	30/09/2016	R\$ 12.702.351,59
193005	NATUBA/PB	2099.00002.500-3	Área Acampamento do Açude de Acauã, Natuba - CEP: 58410-000	R\$ 681.090,88	02/01/2001	-
193005	PIANCO/PB	2127.00005.500-9	Rodovia AS MARGENS DA BR - 361, S/N - CENTRO - CEP: 58765-000	R\$ 182.526,28	12/07/2001	-
193005	POCINHOS/PB	2141.00005.500-4	Área AÇUDE PÚBLICO CRUZ DE POCINHOS, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58150-000	R\$ 149.004,45	12/07/2001	-
193005	SANTA LUZIA/PB	2169.00005.500-4	Área AÇUDE PÚBLICO DE SANTA LUZIA, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58600-000	R\$ 77.494,26	12/07/2001	-
193005	SANTA TERESINHA/PB	2177.00003.500-4	Área AÇUDE PÚBLICO JATOBÁ 2, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58720-000	R\$ 16.367,42	12/07/2001	-
193005	SAO JOAO DO CARIRI/PB	2181.00005.500-3	Área AÇUDE PÚBLICO DO CONGO, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58590-000	R\$ 46.860,78	12/07/2001	-
193005	SAO MAMEDE/PB	2199.00003.500-5	Área AÇUDE PÚBLICO DE SÃO MAMEDE, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58625-000	R\$ 13.140,89	12/07/2001	-
193005	SOLANEA/PB	2221.00006.500-1	Área AÇUDE PÚBLICO DE CACIMBA DA VÁRZEA, S/N - ACAMPAMENTO DO AÇUDE - CEP: 58225-000	R\$ 131.004,37	12/07/2001	-
193005	SOLEDADE/PB	2223.00004.500-7	Área Açude Público de Soledade, Centro - CEP: 58155-000	R\$ 4.053.314,78	02/01/2001	R\$ 19.051,14
193005	SOUSA/PB	2225.00737.500-9	Rua João Bosco Marques de Sousa, , Gato Preto - CEP: 58800-000	R\$ 1.619.489,54	02/01/2001	-

GERENCIAMENTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIMONIAL - RIPS - DNOCS

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193005	SOUSA/PB	2225.00736.500-3	Área DNOCS SOUSA - CEP: 58800-000	R\$ 29.207.871,87	02/01/2001	-
193005	SUME/PB	2227.00119.500-5	Unidade Perimetro Irrigado de Sumé - Núcleo Habitacional - CEP: 58545-000	R\$ 7.504.878,05	04/07/2013	-

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade do DNOCS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO DNOCS	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	28	28
	ACARI	1	1
	ASSÚ	4	4
	CAICÓ	3	3
	CRUZETA	2	2
	CURRAIS NOVOS	1	1
	IPANGUAÇÚ	1	1
	JARDIM DO SERIDO	1	1
	JUCURUTU	1	1
	NATAL	2	2
	PAU DOS FERROS	3	3
	RIACHO DA CRUZ	2	2
	SANTA CRUZ	2	2
	SÃO JOÃO DO SABUGI	1	1
	SÃO JOSE DO CAMPESTRE	1	1
	SÃO RAFAEL	1	1
	TANGARA	1	1
	UMARIZAL	1	1
	ALAGOAS	3	3
	JARAMATAIA	1	1
	PALMEIRA DOS INDIOS	1	1
	SANTANA DO IPANEMA	1	1
	MINAS GERAIS	3	3
	CORAÇÃO DE JESUS	1	1
	MONTES CLAROS	1	1
	SALINAS	1	1
	PIAUI	25	25
	AMARANTE	1	1
	BENEDITINOS	1	1
	COCAL	2	2
	CRISTINO CASTRO	1	1
	FLORIANO	1	1
	FRONTEIRAS	2	2
	JOAQUIM PIRES	1	1
	LUZILÂNDIA	1	1
	OEIRAS	2	2
	PAULISTANA	1	1
	PEDRO II	1	1
	PIO IX	1	1
	PIRIPIRI	3	3
	SÃO RAIMUNDO NONATO	1	1
	SIMPLICIO MENDES	4	4

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade do DNOCS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO DNOCS	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	TERESINA	2	2
	MARANHÃO	1	1
	JOSELANDIA	1	1
	PERNAMBUCO	102	102
	ARCOVERDE	1	1
	BELO JARDIM	1	1
	CUSTODIA	37	37
	FLORESTA	1	1
	IBIMIRIM	37	37
	IGUARACI	1	1
	OURICURI	1	1
	PARNAMIRIM	1	1
	PEDRA	1	1
	PETROLANDIA	1	1
	RECIFE	2	2
	SALGUEIRO	7	7
	SANTA MARIA DA BOA VISTA	1	1
	SERRA TALHADA	7	7
	SURUBIM	1	1
	VERDEJANTE	2	2
	SERGIPE	19	19
	ARACAJU	1	1
	GRACCHO CARDOSO	2	2
	ITABAIANA	6	6
	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	9	9
	TOBIAS BARRETO	1	1
	CEARÁ	77	77
	ACOPIARA	1	1
	ALTO SANTO	1	1
	BANABUIÚ	1	1
	BARRO	1	1
	BREJO SANTO	1	1
	CAMPOS SALES	1	1
	CANINDÉ	2	2
	CARIRIAÇU	1	1
	CARIÚS	1	1
	CHORÓ	1	1
	CRATEÚS	1	1
	CRATO	1	1
	FORQUILHA	1	1
	FORTALEZA	9	9
	G. SAMPAIO	1	1

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade do DNOCS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO DNOCS	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	GRANJA	1	1
	GUAIÚBA	1	1
	ICO	3	3
	IGUATU	1	1
	IPU	1	1
	IRACEMA	1	1
	IRAUÇUBA	1	1
	JAGUARIBARA	1	1
	JAGUARIBE	2	2
	JAGUARUANA	1	1
	MARANGUAPE	1	1
	MASSAPE	1	1
	MAURITI	1	1
	MIRAÍMA	1	1
	MOMBAÇA	1	1
	MORADA NOVA	2	2
	MORAÚJO	1	1
	NOVA RUSSAS	1	1
	OROS	1	1
	PARAIPABA	1	1
	PENTECOSTE	5	5
	QUIXADA	2	2
	QUIXERAMOBIM	1	1
	RUSSAS	1	1
	SANTA QUITÉRIA	1	1
	SANTANA DO ACARAÚ	1	1
	SENADOR POMPEU	1	1
	SENADOR SÁ	1	1
	SOBRAL	6	6
	TAMBORIL	1	1
	TAUÁ	3	3
	TEJUÇUOCA	1	1
	UMIRIM	1	1
	URUBURETAMA	1	1
	URUOCA	1	1
	VARJOTA	2	2
	DISTRITO FEDERAL	2	2
	BRASÍLIA	2	2
	BAHIA	28	28
	ADUSTINA	1	1
	ANAGÉ	2	2
	ANDORINHA	1	1

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade do DNOCS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO DNOCS	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	ARACI	2	2
	CACULE	1	1
	CANUDOS	1	1
	CURAÇA	2	2
	ITIUBA	2	2
	JEREMOABO	1	1
	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	2	2
	RIO DAS CONTAS	1	1
	SALVADOR	5	5
	SENHOR DO BONFIM	1	1
	SERROLANDIA	1	1
	TREMEDAL	1	1
	TUCANO	3	3
	UAUA	1	1
	PARAIBA	24	24
	BARRA DE SANTA ROSA	1	1
	BELEM DO BREJO DO CRUZ	1	1
	BOQUEIRÃO	1	1
	CAJAZEIRAS	2	2
	CAMPINA GRANDE	3	3
	CONDADO	1	1
	COREMAS	2	2
	JOÃO PESSOA	1	1
	NATUBA	1	1
	PIANCO	1	1
	POCINHOS	1	1
	SANTA LUZIA	1	1
	SANTA TEREZINHA	1	1
	SAO JOAO DO CARIRI	1	1
	SÃO MAMEDE	1	1
	SOLANEA	1	1
	SOLEDADE	1	1
	SOUSA	2	2
	SUMÉ	1	1
Subtotal Brasil		312	312
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		312	312

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL			ESTADO
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	
193004	ASSU/RN	1603.00053.500-0	Açude Público Mendubim, S/N - Acampamento, Mendubim CEP: 59650-000	R\$ 1.231.085,86	31/07/2016	R\$ 1.345.655,86	😊
193004	ASSU/RN	1603.00054.500-5	Sítio do Mutamba, s/n - Área preservada do DNOCS, Carnaubais - CEP: 59650-000	R\$ 2.451.600,00	31/07/2016	R\$ 1.519.992,00	😊
193004	ASSU/RN	1603.00056.500-6	Travessa Ademar de Sá Leitão, s/n - Centro - CEP: 59650-000	R\$ 374.168,98	31/07/2016	R\$ 758.315,52	😊
193004	CAICO/RN	1639.00234.500-4	Perímetro irrigado Itans, S/N - Perímetro irrigado do Açude público de Itans - CEP: 59300-000	R\$ 70.395,00	31/07/2016	R\$ 323.985,57	😊
193004	CAICO/RN	1639.00261.500-1	Perímetro irrigado Sabugi, S/N - Perímetro irrigado do açude público do Sabugi - CEP: 59300-000	R\$ 301.146,00	31/07/2016	R\$ 546.286,46	😊
193004	IPANGUACU/RN	1691.00012.500-5	Sítio Acampamento do Açude Pataxó, s/n - Ipanguaçu - CEP: 59508-000	R\$ 175.216,17	31/07/2016	R\$ 239.014,11	😊
193004	JUCURUTU/RN	1719.00012.500-9	Sítio Acampamento Oiticica 1, s/n - CEP: 59330-000	R\$ 6.911.460,75	31/07/2016	R\$ 736.216,34	😊
193007	JARAMATAIA/AL	2773.00003.500-0	Sítio Monte Alegre, S/N - Arruamento São Pedro III, Zona rural - CEP: 57425-000	R\$ 1.186.123,02	01/05/2016	R\$ 2.069.499,34	😊
193007	ALMEIRA DOS INDIOS/AL	2825.00017.500-2	Rua Manoel Origenes de Oliveira, 301 - Paraíso - CEP: 57602-050	R\$ 1.200.000,00	01/05/2016	R\$ 3.524.238,16	😊
193007	ANTANA DO IPANEMA/AL	2859.00015.500-6	Rua Prof. Aloísio Ernande Brandão, s/nº - Esquina com a Rua Santo Inácio, Camoxinga - CEP: 57500-000	R\$ 541.000,00	29/04/2016	R\$ 2.151.283,48	😊
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00215.500-4	Rua PERIMETRO IRRIGADO CALDEIRÃO, 000SN - Zona Rural - CEP: 64260-000	R\$ 921.697,82	31/07/2016	R\$ 6.536.256,53	😊
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	Rua Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, 000SN - Caixa Dagua - CEP: 64260-000	R\$ 88.143,00	30/06/2016	R\$ 4.494.642,87	😊
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00217.500-5	Área ESTAÇÃO DE PISCICULTURA CALDEIRÃO, 000SN - Zona Rural - CEP: 64260-000	R\$ 102.422,45	31/07/2016	R\$ 994.600,45	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00259.500-6	Rua Do Nascente, S/N - Quadra J, Agrovila I - CEP: 56640-000	R\$ 58.979,45	19/08/2015	R\$ 207.537,92	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00260.500-1	Rua Do Centro, e da Baixa, S/N - Quadra C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 115.886,58	19/08/2015	R\$ 156.338,63	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00261.500-7	Conjunto P.I.Custódia/PE, S/N - Área preservada do DNOCS, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 992,05	19/08/2015	R\$ 20.885,96	😊

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL			ESTADO
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	
113801	CUSTODIA/PE	2401.00262.500-2	Lote Ruas do Centro Comunitário e Mulungu, 01/05 - Quadra D, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 9.343,75	19/08/2015	R\$ 3.737,50	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00263.500-8	Praça Carlos Lobo e Rua do centro, 02/04 - Quadras B e D - Lotes 02,03 e 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.565,00	19/08/2015	R\$ 7.426,25	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00264.500-3	Rua Do Posto Medico e BR 232, 01/08 - Quadra - B, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 69.215,95	19/08/2015	R\$ 193.245,77	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00265.500-9	Rua de Toda Gente, 01/22 - Quadra D/F/G/H, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 108.975,00	19/08/2015	R\$ 43.620,00	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00266.500-4	Rua do Nascente e Rua do Norte, 01/11 - Quadras H/I/F/J, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 47.093,75	19/08/2015	R\$ 18.837,50	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00267.500-0	Rua Do Centro, 01/16 - Quadra D, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 107.914,04	19/08/2015	R\$ 211.251,37	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00268.500-5	Rua Do Norte, 1/05 - Quadra I, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 64.070,61	19/08/2015	R\$ 100.823,21	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00269.500-0	Rua Do Norte, do Nascente, da Cooperativa, do Projeto, S/N - Quadra H, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 96.408,49	19/08/2015	R\$ 199.417,72	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00270.500-6	Rua do Grupo Escolar, Estrada Municipal e BR-232, S/N - Quadras A e F, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 61.685,81	19/08/2015	R\$ 526.107,14	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00271.500-1	Ruas da Barbosa e Praça, Largo do Acampamento, S/N - Quadras C e F - Lotes 01/04/07/08/12/13, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 44.368,00	19/08/2015	R\$ 17.747,25	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00272.500-7	Rodovia BR 232, 02/08 - Quadra J - Lote 02/03/04/07/08, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.456,40	19/08/2015	R\$ 76.922,50	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00273.500-2	Rua Do Alto, 09/14 - Quadra I- Lotes 09/10/11/12/13/14, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 66.525,23	19/08/2015	R\$ 110.259,39	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00274.500-8	Rodovia BR 232, 04/B - Quadra B, lote 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 14.936,04	19/08/2015	R\$ 50.615,01	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00275.500-3	Rua Da Cooperativa e da Praça Baixa, S/N - Quadra A e C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 77.708,38	19/08/2015	R\$ 135.695,67	😊

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL			ESTADO
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	
113801	CUSTODIA/PE	2401.00276.500-9	Rua Do Alto, 12/16 - Quadra D - Lotes 12/13/14/16, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 44.352,10	19/08/2015	R\$ 102.093,48	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00277.500-4	Rua Do Alto, S/N - Quadra B, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 209.140,00	19/08/2015	R\$ 83.656,00	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00278.500-0	Rua Quitimbu, da Cooperativa e Estrada Principal, 01/05 - Quadra A e E - Lotes 01/02/03/04/05, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 34.116,25	19/08/2015	R\$ 107.934,73	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00279.500-5	Rua Da Baixa, S/N - Quadra F - Lote 01/02/03/05, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 39.459,13	19/08/2015	R\$ 14.560,00	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00280.500-0	Rua Do Nascente, S/N - Quadra B e F- Lotes 04/ 06/07, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 19.909,44	19/08/2015	R\$ 125.354,80	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00281.500-6	Rua Do Posto Médico, S/N - Quadras C e D - Lotes 01 e 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 13.760,68	19/08/2015	R\$ 51.619,35	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00282.500-1	Lote P.I.Custódia/PE, 02/07 - Agrovila (Setor I), Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.919,00	19/08/2015	R\$ 834.200,00	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00283.500-7	Conjunto Largo do Acampamento, A/07 - Quadra A, Lote 07, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.639,45	19/08/2015	R\$ 20.436,26	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00284.500-2	Praça Da Igreja, C/03 - Quadra C , Lote 03, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.252,91	19/08/2015	R\$ 22.045,05	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00285.500-8	Rua Do Centro Comunitário e Grupo Escolar , S/N - Quadra F - Lotes 01, 02 e 06, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.381,36	19/08/2015	R\$ 82.125,23	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00286.500-3	Rua Do Rio, 01-G - Quadra G, Lote 01, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 112.391,33	19/08/2015	R\$ 196.550,72	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00287.500-9	Rua Inocência Lima, s/n - area urbana, Centro - CEP: 56640-000	R\$ 36.460,43	19/08/2015	R\$ 541.122,23	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00288.500-4	Rodovia BR 232, 04/19 - Quadras B, I e J, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 67.168,75	19/08/2015	R\$ 36.477,50	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00289.500-0	Rua Do Centro e da Baixa, 01/13 - Quadras B e E, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 129.434,69	19/08/2015	R\$ 218.230,44	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00291.500-0	Praça Carlos Lobo, 02/06 - Quadras A e C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 26.414,91	19/08/2015	R\$ 226.694,41	😊

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL			ESTADO
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	
113801	CUSTODIA/PE	2401.00293.500-1	Lote Agrovila Setor II, 8 /46 - Quadra G, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 28.435,00	19/08/2015	R\$ 8.352.400,00	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00294.500-7	Rua Da Praça, 1/04 - Quadra A - Setor II, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 63.093,40	19/08/2015	R\$ 108.264,21	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00299.500-4	Rua Marrecas, Mulungu e da Baixa, 1/14 - Acampamento/Agrovila II, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 51.988,00	19/08/2015	R\$ 20.795,50	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00304.500-0	Rua Quitimbu, 1/2 - Área do Acampamento, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 7.973,11	19/08/2015	R\$ 39.572,78	😊
113801	CUSTODIA/PE	2401.00334.500-3	Rua Da cooperativa, Grupo Escolar e Centro Comunitário, 01/06 - Quadra E, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 37.574,94	19/08/2015	R\$ 97.184,72	😊
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00683.500-3	Conjunto Acampamento do DNOCS em Poço da Cruz, S/N - Área Preservada do DNOCS - CEP: 56585-000	R\$ 336.777,89	31/12/2016	R\$ 548.650,76	😊
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	Vila P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 48.822,85	31/12/2016	R\$ 1.074.805,41	😊
193008	ARACAJU/SE	3105.00144.500-0	Rua Fortaleza, s/n - Sitio Bela Vista, Industrial - CEP: 49065-410	R\$ 328.927,86	01/03/2016	R\$ 2.797.491,07	😊
193008	GRACCHO CARDOSO/SE	3151.00005.500-7	Rodoviária Açude Publico de Graccho Cardoso, s/n - Açude Publico de Graccho Cardoso, Tres Barras - CEP: 49860-000	R\$ 10.683,10	30/09/2016	R\$ 13.502,76	😊
193008	GRACCHO CARDOSO/SE	3151.00006.500-2	Rodoviária Açude Publico de Graccho Cardoso, s/n - Açude Publico de Graccho Cardoso, Tres Barras - CEP: 49860-000	R\$ 7.165,91	30/09/2016	R\$ 9.593,22	😊
193008	ITABAIANA/SE	3157.00020.500-8	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 25.387,84	30/09/2016	R\$ 27.469,76	😊
193008	ITABAIANA/SE	3157.00021.500-3	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 25.387,84	30/09/2016	R\$ 27.469,76	😊
193008	ITABAIANA/SE	3157.00022.500-9	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaian, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 11.988,75	30/09/2016	R\$ 3.171,74	😊
193008	ITABAIANA/SE	3157.00023.500-4	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 6.361,91	30/09/2016	R\$ 1.691,59	😊

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL			ESTADO
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	
193008	ITABAIANA/SE	3157.00024.500-0	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 14.632,40	30/09/2016	R\$ 17.797,31	😊
193008	ITABAIANA/SE	3157.00025.500-5	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 20.517,17	30/09/2016	R\$ 5.455,38	😊
193008	SA SENHORA DA GLOR	3189.00048.500-9	Rodovia N. S. Glória a Monte Alegre, S/N - CEP: 49680-000	R\$ 204.640,27	30/09/2016	R\$ 2.145.476,82	😊
193008	SA SENHORA DA GLOR	3189.00042.500-6	Rua AV.Manoel Elygio da Mota, 20 - Prédios e casas, Brasília - CEP: 49680-000	R\$ 89.799,60	30/09/2016	R\$ 5.038.320,75	😊
193008	TOBIAS BARRETO/SE	3247.00006.500-0	Praça Niceu Dantas, 260 - Centro - CEP: 49300-000	R\$ 9.225,95	16/05/2016	R\$ 533.726,31	😊
193003	FORTALEZA/CE	1389.00528.500-0	Rua Alagoas, s/n - CEST-CE/DNOCS, PLANALTO DO PICI - CEP: 60000-000	R\$ 2.516.415,49	16/05/2016	R\$ 19.564.137,62	😊
193002	FORTALEZA/CE	1389.00453.500-2	Avenida Imperador, 1313 - Centro - CEP: 60015-051	R\$ 864.164,19	01/06/2016	R\$ 5.482.805,08	😊
193002	FORTALEZA/CE	1389.00455.500-3	Rua Pedro Pereira, 741 - Centro - CEP: 60035-001	R\$ 593.253,76	02/06/2016	R\$ 340.042,03	😊
193002	FORTALEZA/CE	1389.00457.500-4	Avenida Carlos Vasconcelos, 2174 - Meireles - CEP: 60115-170	R\$ 114.904,04	01/06/2016	R\$ 819.794,16	😊
193002	FORTALEZA/CE	1389.00458.500-0	Avenida Duque de Caxias, 1700 - Centro - CEP: 60035-110	R\$ 6.713.922,50	16/05/2016	R\$ 24.595.749,82	😊
193002	FORTALEZA/CE	1389.00459.500-5	Rua Padre Mororó, 1290 - Parquelândia - CEP: 60450-080	R\$ 284.395,95	16/05/2016	R\$ 1.893.602,52	😊
193005	CAMPINA GRANDE/PB	1981.00037.500-3	Rua R. Vileneauve Maia, Monte Santo - CEP: 58100-000	R\$ 53.269,84	30/09/2016	R\$ 3.408.994,25	😊
193005	JOAO PESSOA/PB	2051.00110.500-6	Avenida SANTA CATARINA, 621 - ESTADOS - CEP: 58030-070	R\$ 4.053.314,78	30/09/2016	R\$ 12.702.351,59	😊

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193004	ASSU/RN	1603.00053.500-0	Açude Público Mendubim, S/N - Acampamento, Mendubim - CEP: 59650-000	R\$ 1.231.085,86	31/07/2016	R\$ 1.345.655,86
193004	ASSU/RN	1603.00054.500-5	Sítio do Mutamba, s/n - Área preservada do DNOCS, Carnaubais - CEP: 59650-000	R\$ 2.451.600,00	31/07/2016	R\$ 1.519.992,00
193004	ASSU/RN	1603.00056.500-6	Travessa Ademar de Sá Leitão, s/n - Centro - CEP: 59650-000	R\$ 374.168,98	31/07/2016	R\$ 758.315,52
193004	CAICO/RN	1639.00234.500-4	Perímetro irrigado Itans, S/N - Perímetro irrigado do Açude público de Itans - CEP: 59300-000	R\$ 70.395,00	31/07/2016	R\$ 323.985,57
193004	CAICO/RN	1639.00261.500-1	Perímetro irrigado Sabugi, S/N - Perímetro irrigado do açude público do Sabugi - CEP: 59300-000	R\$ 301.146,00	31/07/2016	R\$ 546.286,46
193004	IPANGUACU/RN	1691.00012.500-5	Sítio Acampamento do Açude Pataxó, s/n - Ipanguaçu - CEP: 59508-000	R\$ 175.216,17	31/07/2016	R\$ 239.014,11
193004	JUCURUTU/RN	1719.00012.500-9	Sítio Acampamento Oiticica 1, s/n - CEP: 59330-000	R\$ 6.911.460,75	31/07/2016	R\$ 736.216,34
193007	JARAMATAIA/AL	2773.00003.500-0	Sítio Monte Alegre, S/N - Arruamento São Pedro III, Zona rural - CEP: 57425-000	R\$ 1.186.123,02	01/05/2016	R\$ 2.069.499,34
193007	PALMEIRA DOS INDIOS/AL	2825.00017.500-2	Rua Manoel Origenes de Oliveira, 301 - Paraíso - CEP: 57602-050	R\$ 1.200.000,00	01/05/2016	R\$ 3.524.238,16
193007	ANTANA DO IPANEMA/AL	2859.00015.500-6	Rua Prof. Aloisio Ernande Brandão, s/nº - Esquina com a Rua Santo Inácio, Camoxinga - CEP: 57500-000	R\$ 541.000,00	29/04/2016	R\$ 2.151.283,48
193001	COCAL/PI	1053.00004.500-0	Área RURAL, S/N - CEP: 64235-000	R\$ 2.955,00	21/01/2015	R\$ 5.000,00
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00215.500-4	Rua PERIMETRO IRRIGADO CALDEIRÃO, 000SN - Zona Rural - CEP: 64260-000	R\$ 921.697,82	31/07/2016	R\$ 6.536.256,53
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	Rua Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, 000SN - Caixa Dagua - CEP: 64260-000	R\$ 88.143,00	30/06/2016	R\$ 4.494.642,87
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00217.500-5	Área ESTAÇÃO DE PISCICULTURA CALDEIRÃO, 000SN - Zona Rural - CEP: 64260-000	R\$ 102.422,45	31/07/2016	R\$ 994.600,45
193001	SIMPLICIO MENDES/PI	1215.00174.500-6	Rua JOSÉ DE MOURA FÉ, 00480 - CENTRO - CEP: 64700-000	R\$ 7.218,18	19/01/2015	R\$ 29.068,42
193001	SIMPLICIO MENDES/PI	1215.00177.500-2	Rua JOSÉ DE MOURA FÉ, 1014 - CENTRO - CEP: 64700-000	R\$ 17.000,00	19/01/2015	R\$ 87.900,00

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193001	SIMPLICIO MENDES/PI	1215.00181.500-4	Vila, 000SN - CEP: 64700-000	R\$ 1.226.206,05	19/01/2015	R\$ 3.215.661,72
113801	CUSTODIA/PE	2401.00259.500-6	Rua Do Nascente, S/N - Quadra J, Agrovila I - CEP: 56640-000	R\$ 58.979,45	19/08/2015	R\$ 207.537,92
113801	CUSTODIA/PE	2401.00260.500-1	Rua Do Centro, e da Baixa, S/N - Quadra C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 115.886,58	19/08/2015	R\$ 156.338,63
113801	CUSTODIA/PE	2401.00261.500-7	Conjunto P.I.Custódia/PE, S/N - Área preservada do DNOCS, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 992,05	19/08/2015	R\$ 20.885,96
113801	CUSTODIA/PE	2401.00262.500-2	Lote Ruas do Centro Comunitário e Mulungu, 01/05 - Quadra D, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 9.343,75	19/08/2015	R\$ 3.737,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00263.500-8	Praça Carlos Lobo e Rua do centro, 02/04 - Quadras B e D - Lotes 02,03 e 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.565,00	19/08/2015	R\$ 7.426,25
113801	CUSTODIA/PE	2401.00264.500-3	Rua Do Posto Medico e BR 232, 01/08 - Quadra - B, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 69.215,95	19/08/2015	R\$ 193.245,77
113801	CUSTODIA/PE	2401.00265.500-9	Rua de Toda Gente, 01/22 - Quadra D/F/G/H, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 108.975,00	19/08/2015	R\$ 43.620,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00266.500-4	Rua do Nascente e Rua do Norte, 01/11 - Quadras H/I/F/J, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 47.093,75	19/08/2015	R\$ 18.837,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00267.500-0	Rua Do Centro, 01/16 - Quadra D, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 107.914,04	19/08/2015	R\$ 211.251,37
113801	CUSTODIA/PE	2401.00268.500-5	Rua Do Norte, 1/05 - Quadra I, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 64.070,61	19/08/2015	R\$ 100.823,21
113801	CUSTODIA/PE	2401.00269.500-0	Rua Do Norte, do Nascente, da Cooperativa, do Projeto, S/N - Quadra H, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 96.408,49	19/08/2015	R\$ 199.417,72
113801	CUSTODIA/PE	2401.00270.500-6	Rua do Grupo Escolar, Estrada Municipal e BR-232, S/N - Quadras A e F, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 61.685,81	19/08/2015	R\$ 526.107,14
113801	CUSTODIA/PE	2401.00271.500-1	Ruas da Barbosa e Praça, Largo do Acampamento, S/N - Quadras C e F - Lotes 01/04/07/08/12/13, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 44.368,00	19/08/2015	R\$ 17.747,25
113801	CUSTODIA/PE	2401.00272.500-7	Rodovia BR 232, 02/08 - Quadra J - Lote 02/03/04/07/08, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.456,40	19/08/2015	R\$ 76.922,50

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	CUSTODIA/PE	2401.00273.500-2	Rua Do Alto, 09/14 - Quadra I- Lotes 09/10/11/12/13/14, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 66.525,23	19/08/2015	R\$ 110.259,39
113801	CUSTODIA/PE	2401.00274.500-8	Rodovia BR 232, 04/B - Quadra B, lote 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 14.936,04	19/08/2015	R\$ 50.615,01
113801	CUSTODIA/PE	2401.00275.500-3	Rua Da Cooperativa e da Praça Baixa, S/N - Quadra A e C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 77.708,38	19/08/2015	R\$ 135.695,67
113801	CUSTODIA/PE	2401.00276.500-9	Rua Do Alto, 12/16 - Quadra D - Lotes 12/13/14/16, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 44.352,10	19/08/2015	R\$ 102.093,48
113801	CUSTODIA/PE	2401.00277.500-4	Rua Do Alto, S/N - Quadra B, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 209.140,00	19/08/2015	R\$ 83.656,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00278.500-0	Rua Quitimbu, da Cooperativa e Estrada Principal, 01/05 - Quadra A e E - Lotes 01/02/03/04/05, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 34.116,25	19/08/2015	R\$ 107.934,73
113801	CUSTODIA/PE	2401.00279.500-5	Rua Da Baixa, S/N - Quadra F - Lote 01/02/03/05, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 39.459,13	19/08/2015	R\$ 14.560,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00280.500-0	Rua Do Nascente, S/N - Quadra B e F- Lotes 04/ 06/07, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 19.909,44	19/08/2015	R\$ 125.354,80
113801	CUSTODIA/PE	2401.00281.500-6	Rua Do Posto Médico, S/N - Quadras C e D - Lotes 01 e 04, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 13.760,68	19/08/2015	R\$ 51.619,35
113801	CUSTODIA/PE	2401.00282.500-1	Lote P.I.Custódia/PE, 02/07 - Agrovila (Setor I), Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.919,00	19/08/2015	R\$ 834.200,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00283.500-7	Conjunto Largo do Acampamento, A/07 - Quadra A, Lote 07, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.639,45	19/08/2015	R\$ 20.436,26
113801	CUSTODIA/PE	2401.00284.500-2	Praça Da Igreja, C/03 - Quadra C , Lote 03, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 2.252,91	19/08/2015	R\$ 22.045,05
113801	CUSTODIA/PE	2401.00285.500-8	Rua Do Centro Comunitário e Grupo Escolar , S/N - Quadra F - Lotes 01, 02 e 06, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 18.381,36	19/08/2015	R\$ 82.125,23
113801	CUSTODIA/PE	2401.00286.500-3	Rua Do Rio, 01-G - Quadra G, Lote 01, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 112.391,33	19/08/2015	R\$ 196.550,72
113801	CUSTODIA/PE	2401.00287.500-9	Rua Inocência Lima, s/n - area urbana, Centro - CEP: 56640-000	R\$ 36.460,43	19/08/2015	R\$ 541.122,23

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	CUSTODIA/PE	2401.00288.500-4	Rodovia BR 232, 04/19 - Quadras B, I e J, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 67.168,75	19/08/2015	R\$ 36.477,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00289.500-0	Rua Do Centro e da Baixa, 01/13 - Quadras B e E, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 129.434,69	19/08/2015	R\$ 218.230,44
113801	CUSTODIA/PE	2401.00291.500-0	Praça Carlos Lobo, 02/06 - Quadras A e C, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 26.414,91	19/08/2015	R\$ 226.694,41
113801	CUSTODIA/PE	2401.00293.500-1	Lote Agrovila Setor II, 8 /46 - Quadra G, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 28.435,00	19/08/2015	R\$ 8.352.400,00
113801	CUSTODIA/PE	2401.00294.500-7	Rua Da Praça, 1/04 - Quadra A - Setor II, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 63.093,40	19/08/2015	R\$ 108.264,21
113801	CUSTODIA/PE	2401.00299.500-4	Rua Marrecas, Mulungu e da Baixa, 1/14 - Acampamento/Agrovila II, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 51.988,00	19/08/2015	R\$ 20.795,50
113801	CUSTODIA/PE	2401.00304.500-0	Rua Quitimbu, 1/2 - Área do Acampamento, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 7.973,11	19/08/2015	R\$ 39.572,78
113801	CUSTODIA/PE	2401.00334.500-3	Rua Da cooperativa, Grupo Escolar e Centro Comunitário, 01/06 - Quadra E, Acampamento do PIC - CEP: 56640-000	R\$ 37.574,94	19/08/2015	R\$ 97.184,72
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00643.500-5	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 4 - CEP: 56585-000	R\$ 95.994,35	17/12/2014	R\$ 660.698,05
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00644.500-0	Vila P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 16.427,59	17/12/2014	R\$ 63.649,48
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00646.500-1	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 4 - CEP: 56585-000	R\$ 92.154,57	17/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00647.500-7	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 92.154,57	17/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00648.500-2	Vila P.I. Moxoto, S/N - Área Preservada do DNOCS - CEP: 56585-000	R\$ 159.942,99	17/12/2014	R\$ 1.109.972,73
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00649.500-8	Vila P.I. MAXOTO (ACAPAMPAMENTO), S/N - Área Preservada do DNOCS, POÇO DA CRUZ - CEP: 56585-000	R\$ 70.428,84	18/12/2014	R\$ 356.300,09
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00651.500-9	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 66.634,79	23/07/2014	R\$ 607.842,21

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00652.500-4	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 92.154,57	17/12/2014	R\$ 607.842,21
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00654.500-5	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, POÇO DA CRUZ - CEP: 56585-000	R\$ 51.286,88	18/12/2014	R\$ 271.873,58
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00657.500-1	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 4 - CEP: 56585-000	R\$ 156.134,82	17/12/2014	R\$ 1.083.544,81
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00658.500-7	Conjunto P.I. MOXOTO, S/N - ÁREA PRESERVADA DO DNOCS, POÇO DA CRUZ - CEP: 56585-000	R\$ 52.956,06	19/12/2014	R\$ 181.341,68
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00659.500-2	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 77.380,77	18/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00662.500-9	Vila do Hospital do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 93.600,90	17/12/2014	R\$ 453.887,35
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00663.500-4	Vila Mecânica do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 101.538,21	17/12/2014	R\$ 1.333.659,97
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00664.500-0	Vila Mecânica do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 57.945,43	17/12/2014	R\$ 106.026,66
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00665.500-5	Vila P.I. Moxotó, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 88.314,80	18/12/2014	R\$ 1.039.023,21
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00666.500-0	Vila do Hospital do PIMOX, s/n - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 64.256,37	17/12/2014	R\$ 309.203,31
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00670.500-2	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 21.868,16	18/12/2014	R\$ 227.169,82
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00671.500-8	Vila P.I. MOXOTO, S/N - Área Reservada ao DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 80.635,25	18/12/2014	R\$ 948.673,36
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00674.500-4	Vila P.I. Moxotó, s/n - Área Preservada do DNOCS, Agrovila III - CEP: 56585-000	R\$ 24.495,34	18/12/2014	R\$ 259.916,45
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00683.500-3	Conjunto Acampamento do DNOCS em Poço da Cruz, S/N - Área Preservada do DNOCS - CEP: 56585-000	R\$ 336.777,89	31/12/2016	R\$ 548.650,76
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00685.500-4	Conjunto P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 8.834,07	19/12/2014	R\$ 39.217,80
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	Vila P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 48.822,85	31/12/2016	R\$ 1.074.805,41

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00690.500-1	Rua Rua Santa Isabel, S/N - Área Urbana, Centro - CEP: 56585-000	R\$ 13.785,29	19/12/2014	R\$ 876.382,07
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00692.500-2	Estação de Piscicultura Carlos Batos Tigre, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 19.219,97	19/12/2014	R\$ 162.327,30
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00694.500-3	Conjunto P.I. Moxotó (acampamento do PIMOX), S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 20.174,27	18/12/2014	R\$ 237.110,47
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00696.500-4	Conjunto Acampamento do P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Poço da Cruz - CEP: 56585-000	R\$ 53.002,49	18/12/2014	R\$ 306.146,63
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00698.500-5	Vila Acampamento do P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 66.236,38	17/12/2014	R\$ 634.270,13
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00700.500-4	Vila Acampamento do P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 66.236,38	17/12/2014	R\$ 585.914,29
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00703.500-0	Vila P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila 5 - CEP: 56585-000	R\$ 43.820,44	18/12/2014	R\$ 422.846,75
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00705.500-1	Vila P.I. Moxotó/PE, S/N - Área Preservada do DNOCS, Agrovila I - CEP: 56585-000	R\$ 56.535,56	18/12/2014	R\$ 1.129.373,05
193008	ARACAJU/SE	3105.00144.500-0	Rua Fortaleza, s/n - Sitio Bela Vista, Industrial - CEP: 49065-410	R\$ 328.927,86	01/03/2016	R\$ 2.797.491,07
193008	GRACCHO CARDOSO/SE	3151.00005.500-7	Rodoviária Açude Publico de Graccho Cardoso, s/n - Açude Publico de Graccho Cardoso, Tres Barras - CEP: 49860-000	R\$ 10.683,10	30/09/2016	R\$ 13.502,76
193008	GRACCHO CARDOSO/SE	3151.00006.500-2	Rodoviária Açude Publico de Graccho Cardoso, s/n - Açude Publico de Graccho Cardoso, Tres Barras - CEP: 49860-000	R\$ 7.165,91	30/09/2016	R\$ 9.593,22
193008	ITABAIANA/SE	3157.00020.500-8	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 25.387,84	30/09/2016	R\$ 27.469,76
193008	ITABAIANA/SE	3157.00021.500-3	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 25.387,84	30/09/2016	R\$ 27.469,76
193008	ITABAIANA/SE	3157.00022.500-9	Rua Rodovia, s/n - Açude Publico de Itabaian, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 11.988,75	30/09/2016	R\$ 3.171,74
193008	ITABAIANA/SE	3157.00023.500-4	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 6.361,91	30/09/2016	R\$ 1.691,59

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193008	ITABAIANA/SE	3157.00024.500-0	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 14.632,40	30/09/2016	R\$ 17.797,31
193008	ITABAIANA/SE	3157.00025.500-5	Açude Publico de Itabaiana, s/n - Açude Publico de Itabaiana, Marcela - CEP: 49500-000	R\$ 20.517,17	30/09/2016	R\$ 5.455,38
193008	SSA SENHORA DA GLORIA	3189.00048.500-9	Rodovia N. S. Glória a Monte Alegre, S/N - CEP: 49680-000	R\$ 204.640,27	30/09/2016	R\$ 2.145.476,82
193008	SSA SENHORA DA GLORIA	3189.00042.500-6	Rua AV.Manoel Elygio da Mota, 20 - Prédios e casas, Brasília - CEP: 49680-000	R\$ 89.799,60	30/09/2016	R\$ 5.038.320,75
193008	TOBIAS BARRETO/SE	3247.00006.500-0	Praça Niceu Dantas, 260 - Centro - CEP: 49300-000	R\$ 9.225,95	16/05/2016	R\$ 533.726,31
193003	ACOPIARA/CE	1305.00002.500-9	Unidade Administrativa Quinque, s/n - Zona Rural - CEP: 63560-000	R\$ 236.728,00	23/05/2014	R\$ 606.230,65
193003	BANABUIU/CE	1233.00043.500-1	Unidade Administrativa Arrojado Lisboa, s/n - Zona Rural - CEP: 63960-000	R\$ 7.868.021,79	23/05/2014	R\$ 20.149.015,20
193003	BARRO/CE	1339.00004.500-4	Unidade Administrativa Prazeres, s/n - Zona Rural - CEP: 63380-000	R\$ 351.289,45	23/05/2014	R\$ 899.606,97
193003	CANINDE/CE	1355.00025.500-0	Unidade Administrativa Salão, s/n - Zona Rural - CEP: 62700-000	R\$ 624,00	14/11/2014	R\$ 624,00
193003	CANINDE/CE	1355.00026.500-6	Unidade Administrativa São Mateus, s/n - Zona Rural - CEP: 62700-000	R\$ 59.586,81	14/11/2014	R\$ 32.713,05
193003	FORTALEZA/CE	1389.00528.500-0	Rua Alagoas, s/n - CEST-CE/DNOCS, PLANALTO DO PICI - CEP: 60000-000	R\$ 2.516.415,49	16/05/2016	R\$ 19.564.137,62
193003	FORTALEZA/CE	1389.00456.500-9	Avenida Bezerra de Menezes, 2045 - Parquelândia - CEP: 60325-000	R\$ 355.612,95	31/08/2014	R\$ 1.506.734,36
193003	GENERAL SAMPAIO/CE	1393.00024.500-8	Unidade Administrativa General Sampaio, s/n - Zona Rural - CEP: 62738-000	R\$ 4.673.875,15	14/11/2014	R\$ 4.945.920,76
193003	GUAIUBA/CE	1251.00004.500-7	Unidade Administrativa Riachão, s/n - Zona Rural - CEP: 61890-000	R\$ 10.201,92	14/11/2014	R\$ 10.201,92
193003	IRAUCUBA/CE	1423.00009.500-1	Unidade Administrativa São Gabriel, s/n - Zona Rural - CEP: 62620-000	R\$ 306.680,63	14/11/2014	R\$ 392.925,41
193003	MARANGUAPE/CE	1455.00051.500-9	Estação de Piscicultura Valdemar C. de França, s/n - Zona Rural - CEP: 61940-000	R\$ 171.930,60	14/11/2014	R\$ 727.346,33

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193003	MASSAPE/CE	1461.00005.500-2	Unidade Administrativa Acaraú Mirim, s/n - Zona Rural - CEP: 62140-000	R\$ 15.895,33	14/11/2014	R\$ 96.843,19
193003	MORADA NOVA/CE	1475.02092.500-2	Perímetro Irrigado Morada Nova, s/n - Zona Rural - CEP: 62940-000	R\$ 11.303.259,43	23/05/2014	R\$ 28.946.225,29
193003	MORAUJO/CE	1477.00003.500-8	Unidade Administrativa Varzea da Volta, s/n - Zona Rural - CEP: 62480-000	R\$ 4.385,41	14/11/2014	R\$ 27.980,65
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00569.500-2	Perímetro Irrigado Pentecoste, s/n - Gerência Curu Recuperação, Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 6.274.857,76	23/05/2014	R\$ 16.069.122,48
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00570.500-8	Unidade Administrativa Caxitoré, s/n - Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 1.046.543,33	14/11/2014	R\$ 1.193.758,23
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00571.500-3	Unidade Administrativa Serrota, s/n - Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 50.424,51	14/11/2014	R\$ 228.005,94
193003	PENTECOSTE/CE	1515.00572.500-9	Unidade Administrativa Pereira de Miranda, s/n - Zona Rural - CEP: 62640-000	R\$ 1.383.115,82	14/11/2014	R\$ 2.858.924,16
193003	SANTA QUITERIA/CE	1545.00005.500-7	Unidade Administrativa Edson Queiroz, s/n - Zona Rural - CEP: 62280-000	R\$ 4.106.260,47	21/11/2014	R\$ 4.197.371,21
193003	SANTANA DO ACARAU/CE	1541.00006.500-0	Unidade Administrativa São Vicente, s/n - Zona Rural - CEP: 62150-000	R\$ 6.620,95	21/11/2014	R\$ 34.793,44
193003	SENADOR SA/CE	1557.00004.500-5	Unidade Adm. Tucunduba, s/n - Zona Rural - CEP: 62470-000	R\$ 8.020,87	21/11/2014	R\$ 32.067,35
193003	SOBRAL/CE	1559.00375.500-0	Estação de Piscicultura Osmar Fontineli, s/n - Zona Rural - CEP: 62107-000	R\$ 212.325,54	21/11/2014	R\$ 1.336.314,96
193003	SOBRAL/CE	1559.00377.500-0	Unidade Adm. Santo Antônio de Aracatiaçu, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 15.372,32	21/11/2014	R\$ 94.249,20
193003	SOBRAL/CE	1559.00378.500-6	Unidade Adm. Santa Maria, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 25.926,33	21/11/2014	R\$ 132.096,63
193003	SOBRAL/CE	1559.00379.500-1	Unidade Adm. Sobral, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 1.795,46	21/11/2014	R\$ 299.886,01
193003	SOBRAL/CE	1559.00380.500-7	Unidade Adm. Patos, s/n - Zona Rural - CEP: 62100-000	R\$ 34.407,44	21/11/2014	R\$ 2.073.827,18
193003	TEJUCUOCA/CE	1277.00002.500-0	Unidade Administrativa Tejussuoca, s/n - Zona Rural - CEP: 62610-000	R\$ 1.212.714,50	14/11/2014	R\$ 1.212.714,50

REGISTRO IMOBILIARIO PATRIMONIAL - RIP - AVALIAÇÕES VIGENTES

UG	CIDADE	RIP	ENDEREÇO	VALOR DO IMÓVEL		
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
193003	UMIRIM/CE	9855.00004.500-1	Unidade Adm. Frios, s/n - Zona Rural - CEP: 62660-000	R\$ 1.123.896,27	28/11/2014	R\$ 1.163.843,28
193003	URUBURETAMA/CE	1577.00004.500-0	Unidade Adm. Mundaur, s/n - Zona Rural - CEP: 62650-000	R\$ 177.098,71	28/11/2014	R\$ 238.088,14
193003	URUOCA/CE	1579.00004.500-6	Unidade de Administração Premuoca, s/n - CEP: 62460-000	R\$ 325.847,90	28/11/2014	R\$ 325.847,90
193003	VARJOTA/CE	9857.00099.500-6	Unidade Adm. Paulo Sarasate, s/n - Zona Rural - CEP: 62265-000	R\$ 1.644.389,00	28/11/2014	R\$ 2.030.759,64
193003	VARJOTA/CE	9857.00100.500-0	Perímetro Irrigado Araras do Norte, s/n - Zona Rural - CEP: 62265-000	R\$ 6.933.890,85	23/05/2014	R\$ 17.756.823,14
193002	FORTALEZA/CE	1389.00453.500-2	Avenida Imperador, 1313 - Centro - CEP: 60015-051	R\$ 864.164,19	01/06/2016	R\$ 5.482.805,08
193002	FORTALEZA/CE	1389.00455.500-3	Rua Pedro Pereira, 741 - Centro - CEP: 60035-001	R\$ 593.253,76	02/06/2016	R\$ 340.042,03
193002	FORTALEZA/CE	1389.00457.500-4	Avenida Carlos Vasconcelos, 2174 - Meireles - CEP: 60115-170	R\$ 114.904,04	01/06/2016	R\$ 819.794,16
193002	FORTALEZA/CE	1389.00458.500-0	Avenida Duque de Caxias, 1700 - Centro - CEP: 60035-110	R\$ 6.713.922,50	16/05/2016	R\$ 24.595.749,82
193002	FORTALEZA/CE	1389.00459.500-5	Rua Padre Mororó, 1290 - Parquelândia - CEP: 60450-080	R\$ 284.395,95	16/05/2016	R\$ 1.893.602,52
193005	CAMPINA GRANDE/PB	1981.00037.500-3	Rua R. Vileneauve Maia, Monte Santo - CEP: 58100-000	R\$ 53.269,84	30/09/2016	R\$ 3.408.994,25
193005	JOAO PESSOA/PB	2051.00110.500-6	Avenida SANTA CATARINA, 621 - ESTADOS - CEP: 58030-070	R\$ 4.053.314,78	30/09/2016	R\$ 12.702.351,59

RESUMO	
RIPS AVALIADOS 2014 - 2016	136
TOTAL DE RIPS	312
% RIPS AVALIADOS	43,59%

IMÓVEIS LOCADOS PELO DNOCS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELO DNOCS	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Sergipe	1	1
	Aracaju	1	0
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Coordenadoria Estadual de Sergipe - CEST/SE

Análise Crítica: Consta em 2013 um imóvel em Aracaju/SE locado de terceiro. De acordo com a chefe do setor administrativo da CEST, a Coordenadoria ocupava as instalações do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) até o ano de 2012. Em 2013, esse ministério retomou o imóvel, através de decisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal em Brasília/DF. O processo nº 00450.000298/2009-04 retrata o caso. Assim, devido a urgência em desocupar o imóvel e carência de recursos para adquirir sede própria, a Coordenadoria iniciou o processo nº 59414. 000027/2012-25, que culminou no aluguel do imóvel da sede da CEST.

INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS CESSÕES - CEST/AL

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2859.00015.500-6
	Endereço	Rua Maria Gaia, S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00043711/0010-34
	Nome ou Razão Social	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço Público Federal
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Gratuita de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação da Secretaria de Saúde do Município de Santana do Ipanema/AL.
	Prazo da Cessão	04 anos - 01/04/2010 a 01/04/2014
	Caracterização do espaço cedido	Terreno urbano de área total de 30.089,25m², contendo várias edificações de alvenaria de tijolo e concreto armado totalizando uma área total construída atualizada de 1.469,71m². Endereço corrigido: Rua Prof. Aloísio Enande Brandão, S/N, Stantan do Ipanema/AL.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	

INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS CESSÕES - CEST/MG

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4375.00005.500-2
	Endereço	Rua Nozinho Prates, 1011. Bairro Sagrada Família, Coração de Jesus, MG.
Identificação do Cessionário	CNPJ	22.680.672/0001-28
	Nome ou Razão Social	Prefeitura de Coração de Jesus
	Atividade ou Ramo de Atuação	Poder Executivo Municipal
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Gratuita de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto de Saúde do município
	Prazo da Cessão	5 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área com escritório, casa e garagem, com 4.123m2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	0,00

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5139.00004.500-3
	Endereço	Av. Um, s/n, Bairro São Miguel. Salinas, MG.
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.715.615-60 (CGC)
	Nome ou Razão Social	Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER
	Atividade ou Ramo de Atuação	Construção, manutenção e recuperação de estradas.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Gratuita de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escritório regional.
	Prazo da Cessão	5 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área com prédio administrativo, residência, garagem e caixa d'água, com 9.100m2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	0,00

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4865.00030.500-3
	Endereço	Rua Antônio Francisco, 89, Bairro Edgar Pereira, Montes Claros, MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.659.166/0010-01
	Nome ou Razão Social	IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente Rec Naturais Renováveis
	Atividade ou Ramo de Atuação	Tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Gratuita de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escritório regional.
	Prazo da Cessão	5 anos
	Caracterização do espaço cedido	Área com escritório e garagem, com 1063m2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	0,00

INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS CESSÕES - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1389 00458.500-0
	Endereço	Av. Duque de Caxias, 1700, Centro, Fortaleza/Ce
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3848-28
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prestação de Serviços Bancários
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de Serviços Bancários aos Servidores e Colaboradores do DNOCS
	Prazo da Cessão	05 anos
	Caracterização do espaço cedido	160 (cento e sessenta) metros quadrados
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal de aluguel: R\$ 1.479,10

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1389 00458.500-0
	Endereço	Av. Duque de Caxias, 1700, Centro, Fortaleza/Ce
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prestação de Serviços Bancários
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de Serviços Bancários aos Servidores e Colaboradores do DNOCS
	Prazo da Cessão	05 anos
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal de aluguel: R\$ 4.191,44

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1389 00458.500-0
	Endereço	Av. Duque de Caxias, 1700, Centro, Fortaleza/Ce
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.175.362/0001-01
	Nome ou Razão Social	Restaurante Sowa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviços de alimentações para servidores, colaboradores terceirizados e estagiários.
	Prazo da Cessão	05 anos
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal de aluguel: R\$ 717,59

INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS CESSÕES - CEST/BA

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3849.00549.500-8
	Endereço	Av. Ulisses Guimarães, 630, CAB, Salvador/BA
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.399.857/0001-26
	Nome ou Razão Social	CODEVASF/BA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço Público Federal
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escritório para Atividades Administrativas
	Prazo da Cessão	05 anos - 14/12/2016 a 14/12/2016
	Caracterização do espaço cedido	Área de 308,41 metros quadrados no 1º andar
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal de aluguel: R\$ 3.196,16

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	3849.00549.500-8
	Endereço	Av. Ulisses Guimarães, 630, CAB, Salvador/BA
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	Tribunal de Contas do Município do Estado da Bahia - TCM/BA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prestação e Fiscalização de Contas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escritório para Atividades Administrativas
	Prazo da Cessão	05 anos
	Caracterização do espaço cedido	área de 1.186,72 metros quadrados
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal de aluguel: R\$ 22.016,03

INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS CESSÕES - CEST/PB

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1981.00038.500-9
	Endereço	Av. Assis Chateaubriand, s/n, Distrito Industrial, Campina Grande/PB
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.775.588/0001-43
	Nome ou Razão Social	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/PB
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade Pública de Caráter Social
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Concessão de Uso Gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Promover aprendizagem, capacitação profissional e assistência tecnológica
	Prazo da Cessão	30 anos - Com vigência a partir de 01/09/2012
	Caracterização do espaço cedido	Área urbana total de 41.169,00 metros quadrados, sendo 11.461,60 metros quadrados de área construída
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1981.00037.500-3
	Endereço	Av Vileneauve Maia, S/N, Monte Santo, Campina Grande/PB
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.775.588/0001-43
	Nome ou Razão Social	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/PB
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade Pública de Caráter Social
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Concessão de Uso Gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Promover aprendizagem, capacitação profissional e assistência tecnológica
	Prazo da Cessão	30 anos - Com vigência a partir de 01/09/2012
	Caracterização do espaço cedido	Área urbana total de 1.160,00 metros quadrados, sendo 1.160,00 metros quadrados de área construída
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	

INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS CESSÕES - CEST/PI

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1215.00181.500-2
	Endereço	Rua Benajamin Constant, 2037, centro, teresina/PI
Identificação do Cessionário	CNPJ	26.474.056/0036-00
	Nome ou Razão Social	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
	Atividade ou Ramo de Atuação	Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato de Concessão de Uso Gratuito
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sede da Superintendência do IPHAN em Teresina/PI
	Prazo da Cessão	05anos - Com vigência a partir de 18/06/2015
	Caracterização do espaço cedido	Sala anexa ao prédio do DNOCS com banheiros e garagem
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	

➤ **Análise Crítica**

- A estrutura de controle e gestão do patrimônio no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS é realizada através das seguintes ferramentas:
 - Sistema de Gestão Apoen, módulo de Patrimônio;
 - Controles Gerenciais através de Planilhas;
 - Utilização das informações contidas no site <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp> - SPIUNET (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União);
- Através das ferramentas acima são realizados as análises gerenciais necessárias interligando as informações visando construir e fornecer uma melhor compreensão e conhecimento do acervo patrimonial do DNOCS.

GERENCIAMENTO DE IMOVEIS RIPS X BIs 2016.ods - LibreOffice Calc

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda

Times New Roman 10

L394 65769,33

A	B	C	G	H	I	J	K	L	M	N
TRIMONIAL – RIPS X B.I.s (BENS IMÓVEIS) – EXERCÍCIO 2016										
FONTE: BANCO DE DADOS APOENA/SPIUNET/PLANILHAS DE CONTROLES CRL/MP/PROC: 594			APOENA			ENGENHEIRO				
UG	CIDADE/ESTADO	RIP	B.I. (BENS IMOVEIS)	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	ÁREA DO TERRENO M2	ÁREA CONSTRUÍDA M2	VALOR DO IMÓVEL	VALOR POR RIPS	
193004	CAICÓ/RN	1639.00234.500-4	TERRENO			2.346,50		70.395,00		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	950.563	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	CASA RESIDENCIAL 135,00M2, PIRIPIRI		135,00	75.567,82	4.494.642,87	
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	950.564	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	CASA RESIDENCIAL 135,00M2, PIRIPIRI		135,00	75.567,82		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	950.565	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	CASA RESIDENCIAL 135,00M2, PIRIPIRI		135,00	75.567,82		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	950.566	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	CASA RESIDENCIAL 135,00M2, PIRIPIRI		135,00	75.567,82		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	950.567	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	CASA RESIDENCIAL 135,00M2, PIRIPIRI		135,00	75.567,82		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	950.561	CONSTRUCAO DE ALVENARIA E CONCRETO	CENTRO GERENCIAL 507,00M2, PIRIPIRI		507,00	454.662,77		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	950.562	CONSTRUCAO DE ALVENARIA E CONCRETO	ALOJAMENTO, 440,50M2, PIRIPIRI		440,50	395.027,52		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	967.478	CONSTRUCAO DE MATERIAIS DIVERSOS	GALPAO P/VEICULOS AREA 416,00M2 Z URB		416,00	187.113,48		
193001	PIRIPIRI/PI	1167.00216.500-0	TERRENO			61.600,00		3.080.000,00		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00683.500-3	954.603	CONSTRUCAO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/15 COMPART E 4 GAB.SANIT.C/602,40M2	1.350,00	602,40	233.319,87	548.650,76	
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00683.500-3	954.605	CONSTRUCAO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/12 COMPART C/524,12M2 P/HOSPEDAGEM	1.050,00	524,12	202.377,82		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00683.500-3	953.452	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	10COMPARTIMENTOS 101,04 M2	165,00	101,04	29.326,77		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00683.500-3	953.472	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	11COMPARTIMENTOS 286,71 M2	550,00	286,71	83.626,30		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.608	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33	526.154,64	
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.609	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.610	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.611	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.612	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.613	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.614	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33		
113801	IBIMIRIM/PE	2431.00688.500-0	954.615	PREDIO DE ALVENARIA E CONCRETO	C/166,89 M2 C/13 COMPARTIMENTOS	600,00	166,89	65.769,33		

Localizar

Planilha 13 / 20 Padrão Cont.Valores=1 100%

PT 09:09 03/01/2017

- Nesta planilha fazemos o Controle das atividades relacionadas ao Gerenciamento de Bens Imóveis do acervo patrimonial do DNOCS.
- Com esta planilha, elaborada maio em 2016 e constantemente atualizada, relacionamos informações que agilizam análises mais precisas de imóveis objetos de avaliações por servidores engenheiros do DNOCS.
- Temos o cruzamento de informações de: UG (Unidade Gerencial), Cidade/Estado, RIP (Registro Imobiliário Patrimonial), Data da Última Avaliação, Endereço, Identificação do BI (Bem Imóvel), Descrição do Imóvel, Descrição Detalhada, Áreas do Terreno e Construída e Valores de Avaliação.
- Todas estas informações foram extraídas dos seguintes bancos de dados: SPIUNET/SPU, APOENA - PATRIMONIO/DNOCS e Avaliações realizadas por Engenheiros do DNOCS gerenciadas pelo Serviço de Material e Patrimônio.
- Este cruzamento de informações é importante pois ganhamos agilidade e confiabilidade nas informações a serem prestadas.
- É de ser observar que SPIUNET/SPU trabalha com informações de RIPS, e o Sistema do DNOCS – APOENA trabalha BIs (Bens Imóveis) daí a necessidade de juntar as informações destes sistemas.
- Abaixo apresentamos um resumo das atividades realizadas no ano de 2016 e histórico de 2014 a 2016:
 - Possuímos conforme informações do Sistema APOENA/DNOCS **10.997** Bens Imóveis;
 - No gráfico apresentamos a distribuição por Unidade Gerencial (UG);
 - Nos quadros resumos informamos que foram avaliados no ano de 2016: **36** RIPS (Registro Imobiliário Patrimonial), nestes foram apreciados **366** BI (Bens Imóveis);
 - Através do histórico informamos que de 2014 a 2016 foram avaliados **131** RIPS (Registro Imobiliário Patrimonial) que representa **41,99%** do registros cadastrados no SPIUNET, nestes foram apreciados **1.328** BI (Bens Imóveis);

➤ **Ações Gerenciais - Patrimônio**

❖ ***Meta de Avaliação de Imóveis (RIPs) – Divisão de Recursos Logísticos – DRL***

- Conforme dados nas abas das planilhas: “RIPS 2016 e RIPS COM AVALIAÇÃO VÁLIDA” o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS possui no acervo patrimonial um total de 312 (trezentos e doze) RIPs cadastrados no SPIUNET (<http://spiUNET.spu.planejamento.gov.br>), destes foram avaliados 36(trinta e seis) RIPs no ano de 2016.
- Desde de 2014 foram avaliados 131(cento e trinta e um) RIPs atualizados, totalizando **41,99 %** (quarenta e um inteiros e noventa e nove décimos por cento) , que demonstra a relevância e a importância em darmos continuidade nesta atividade, almejando a cada ano atingir números expressivos para em breve avaliarmos a totalidade de RIPs pertencentes ao DNOCS.
- Estes 36 (trinta e seis) RIPs foram objetos de atingimento de Meta na Avaliação de Desempenho do Ciclo de 2016/2017 para a Divisão de Recursos Logísticos - DRL na qual foi estipulada a meta de 10 % (dez por cento) dos RIPs cadastrados no SPIUNET, foi atingido o percentual de **112,50%.**
- Ressaltamos que estas avaliações foram realizadas nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

❖ ***Meta de Alienações de Imóveis – Diretoria Administrativa***

- Foi estipulada meta para Avaliação de Desempenho para o Ciclo 2016/2017 de submeter para aprovação da Diretoria Colegiada do DNOCS para fins de alienação, 10 (dez) imóveis não operacionais. Este trabalho requereu esforços em conjunto dos Setores de Patrimônio, Serviço de Material e Patrimônio, Divisão de Recursos Logísticos, Diretoria Administrativa e Diretoria Colegiada do DNOCS. Como resultados finais foram disponibilizados 21(vinte e um) imóveis não operacionais.

PROCESSO	OBJETO	CIDADE
59400.001200/2015-12	ALIENAÇÃO DE IMÓVEL CEST/CE	JAGUARETAMA/CE
59402.002381/2015-76	ALIENAÇÃO DE IMÓVEL CEST/CE	PARAIPABA/CE
59402.002864/2008-41	ALIENAÇÃO DE IMÓVEL CEST/CE	PARAIPABA/CE
59400.001552/2015-60	ALIENAÇÃO DE IMÓVEL CEST/PB	CAMPINA GRANDE/PB
59400.005456/2014-18	ALIENAÇÃO IMÓVEL AV. BEZERRA DE MENEZES	FORTALEZA/CE

PROCESSO	OBJETO	CIDADE
59411.000486/2015-81	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 954.598	CAICÓ/RN
59411.000571/2015-40	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 962.240	CAICÓ/RN
59411.000575/2015-28	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 952.679	CAICÓ/RN
59411.000576/2015-72	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 952.699	CAICÓ/RN
59411.000577/2015-17	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 954.418	CAICÓ/RN
59411.000578/2015-61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 952.677	CAICÓ/RN
59411.000580/2015-31	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 952.682	CAICÓ/RN
59411.000581/2015-85	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 954.413	CAICÓ/RN
59411.000583/2015-74	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 969.144	CAICÓ/RN
59411.000584/2015-19	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 950.542	CAICÓ/RN
59411.000585/2015-63	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 954.712	CAICÓ/RN
59411.000586/2015-16	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 952.685	CAICÓ/RN
59411.000587/2015-52	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 952.860	CAICÓ/RN
59411.000588/2015-05	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL BI. 954.599	CAICÓ/RN
59400.001973/20016-71	ALIENAÇÃO DE IMÓVEL CEST/AL	SANTANA DO IPANEMA/AL
59400.001980/2016-73	ALIENAÇÃO DE IMÓVEL CEST/SE	TOBIAS BARRETO/SE



DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA – DA
DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS - DRL
SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – DRL/MP
Avenida Duque de Caxias nº 1700 – Centro – Fortaleza/CE

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

VISÃO GERAL DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE (Administração Central)

Conforme estabelece o Plano de Gestão de Logística Sustentável desta autarquia, a busca de posturas sustentáveis que objetivem causar o mínimo de impacto ambiental tornou-se prioridade mundial. Assim, atitudes ambientalmente corretas e economicamente viáveis devem pautar as ações de todos os servidores e colaboradores desta instituição.

É fundamental criar uma cultura organizacional baseada na sustentabilidade ambiental, para isso é necessário que todos estejam sensibilizados com o assunto e agindo de forma integrada.

O Departamento Nacional de Obras Contra As Secas - DNOCS vem desenvolvendo ações desde o ano de 2013 demonstradas através do Plano de Logística Sustentável e Relatórios Anuais apresentados no link: <http://www2.dnocs.gov.br/documentos/category/1-programa-de-sustentabilidade> e catalogado também no site de Compras Governamentais no endereço: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/pls-e-acoes-sustentaveis?categorias=&idiomas=&niveissetores=&topicos=&produtosservicos=&busca=DEPARTAMENTO+NACIONAL+DE+OBRAS+CONTRA+AS+SECAS>.

UNIDADE PARTICIPA DA AGENDA AMBIENTAL ADOTADA PELA UNIDADE (A3P)

O Departamento Nacional de Obras Contra As Secas – DNOCS ainda não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL EXERCÍCIO 2016



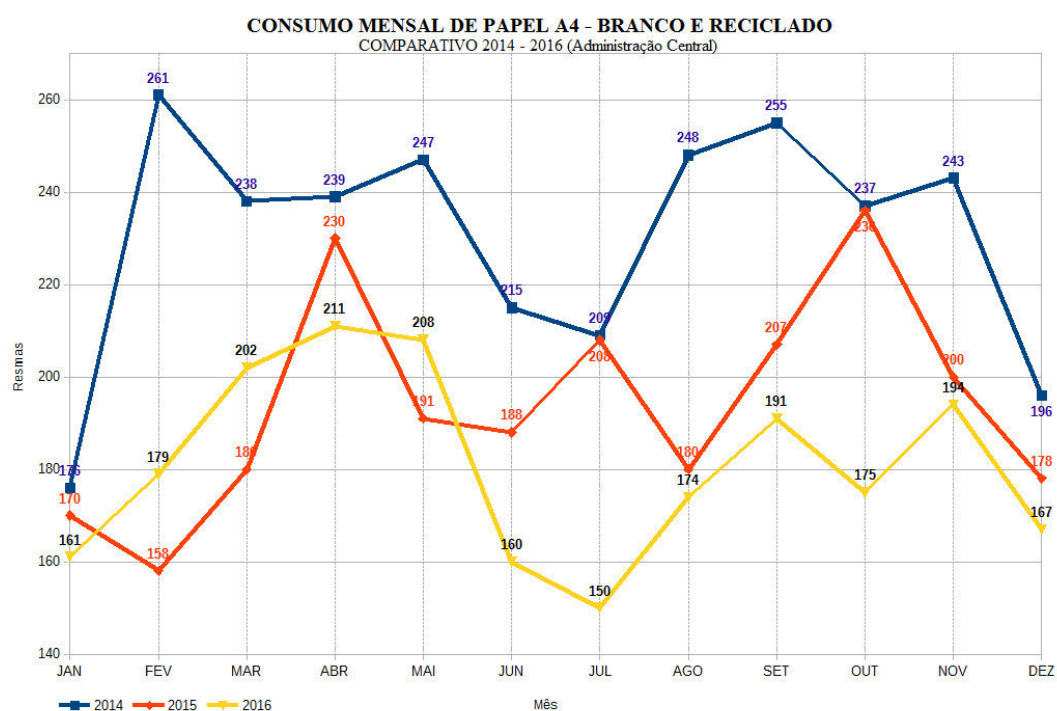
(<http://www2.dnocs.gov.br/documentos/category/1-programa-de-sustentabilidade>)

ACOMPANHAMENTO DE CONSUMO DE PAPEL A4 (Administração Central)

1. Consumo Anual (Papel Branco e Reciclado) – Comparativo 2014 a 2016

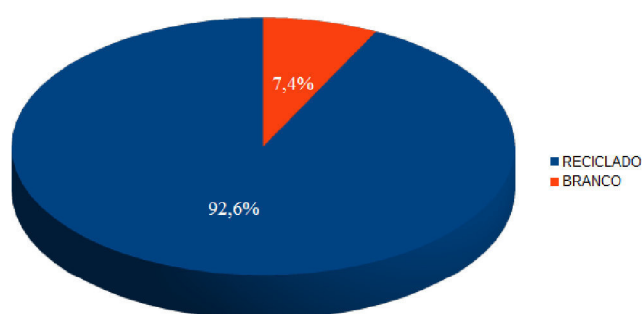
Ano	Quantidade (Resma)	Média Mensal (Resma)
2014	2764	230
2015	2326	194
2016	2172	181

2. Consumo Mensal (Papel Branco e Reciclado)



Fonte: Relatório Mensal de Estoque – Sistema Apoena

3. Comparativo de Consumo – Papel Reciclado x Papel Branco – Exercício 2016



Análise Crítica:

Através de acompanhamentos por Planilhas Gerenciais observa-se que desde o ano de 2014 o Serviço de Material e Patrimônio – DRL/MP através da Chefia da Seção de Material – DRL/MP – M realiza controles diários, mensais e anuais com objetivo de reduzir a quantidade utilizada deste insumo, bem como combater as más utilizações.

As ações implantadas ao longo destes 03 (três) anos intensificam as preocupações em termos um meio ambiente mais sustentável e melhor aproveitamento do dinheiro público.

Ressalto que em 2014 foram utilizadas 2764 resmas, no ano seguinte (2015) foram utilizadas 2326 obtivemos uma redução percentual de 15,85%. No ano de 2016 foram utilizadas 2172 resmas, comparando com o ano de 2014 obtivemos uma redução de 21,42%.

Orientados pelos Controles Gerenciais realizamos as seguintes ações em 2016:

- a) Redução e adequação nas requisições de materiais;
- b) Reaproveitamento de folhas “órfãos” através de confecções de blocos de anotações e rascunho;
- c) Campanhas educativas para economia de papel;
- d) Substituição de impressoras antigas por modelos mais modernas (contrato de locação) em consonância com as questões ambientais;
- e) As impressoras foram configuradas no modo econômico (tonner) e duplex (impressões frente – versos);

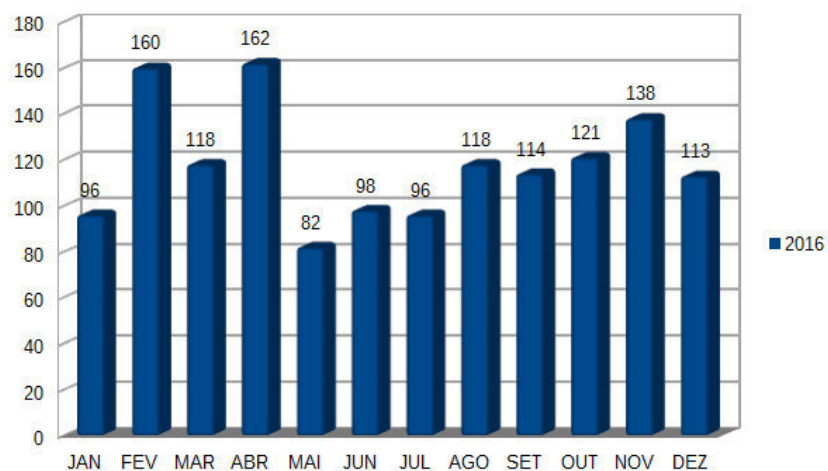
Por fim, ressaltamos o trabalho desenvolvido na mudança de cultura na substituição do Papel A4 Branco pelo Reciclado, isso demonstrado através do gráfico acima na qual utilizamos o Papel Reciclado no percentual de 92,6%, demonstrando mais uma vez que a Divisão de Recursos Logísticos – DRL está engajada e envolvida em atender as questões ambientais de modo satisfatório e consistente.

ACOMPANHAMENTO DE CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS
(Administração Central)

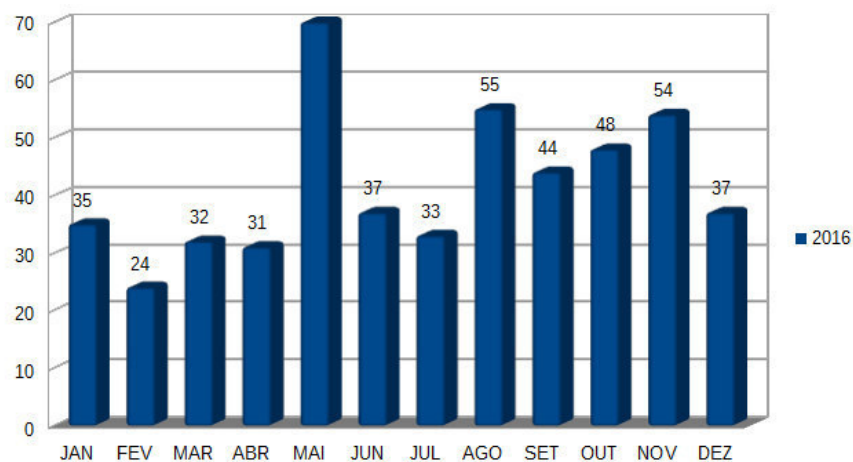
1. Consumo Anual (Copo para café e água) – Comparativo 2014 a 2016

ANO	Copo para Água (Pacotes)	Média Mensal – Copo para Água (Pacotes)	Copo para Café (Pacotes)	Média Mensal – Copo para Café (Pacotes)
2014	2276	190	1000	83
2015	1076	90	419	35
2016	1416	118	500	42

2. Consumo Mensal – Pacotes de Copo para Água



2. Consumo Mensal – Pacotes de Copo para Café



Análise Crítica:

Através de acompanhamentos por Planilhas Gerenciais observa-se que desde o ano de 2014 o Serviço de Material e Patrimônio – DRL/MP através Seção de Material – DRL/MP – M realiza controles diários, mensais e anuais com objetivo de reduzir a quantidade utilizada deste insumo, bem como combater as más utilizações.

Informamos que em 2014 foram utilizadas 2276 pacotes de copos para água, no ano seguinte (2015) foram utilizados 1076 obtendo uma redução percentual de **52,72%**. No ano de 2016 foram utilizadas 1416 pacotes de copos para água, comparando com o ano de 2014 obtivemos uma redução de **37,78%**, comparando com 2015 tivemos um acréscimo de 24,01% .

Informamos que em 2014 foram utilizadas 1000 pacotes de copos para café, no ano seguinte (2015) foram utilizados 419 obtendo uma redução percentual de **58,10%**. No ano de 2016 foram utilizadas 500 pacotes de copos para café, comparando com o ano de 2014 obtivemos uma redução de **50%**, comparando com 2015 tivemos um acréscimo de 16,20% .

Este aumento percentual de 2015 para 2016 justificam-se pelos motivos abaixo:

- a) No ano de 2015 por volta dos meses de setembro e outubro houve aumento no quadro de colaboradores terceirizados, cerca de 30 pessoas;
- b) Em 2015 no início do exercício tivemos problemas de abastecimento devido ao atraso na entrega nos materiais adquiridos, passamos cerca de 03 (três) meses racionando copos para água;
- c) No ano de 2016 com a redução nos contratos de prestações de serviços, foram retiradas máquinas que forneciam cafés, chás e chocolates, estas utilizavam copos fornecidos pela empresa contratada. Com a saída destas máquinas houve uma grande demanda por copos, principalmente de água.

Orientados pelos Controles Gerenciais foram realizadas as seguintes ações em 2016:

- a) Redução e adequação nas requisições destes materiais;
- b) Afixação de cartazes educativos com a seguinte mensagem: “Adote 01 (um) Copo”;

Por fim, ressaltamos um trabalho árduo e contínuo desenvolvido na mudança de cultura visando a diminuição da utilização de copos descartáveis, sabemos que trabalhos que envolvem conscientização ambiental são atividades que devem ser permanentes. O importante é vermos que a cada ano novas conquistas são alcançadas, observamos que com ações educativas e de conscientização reduzimos o consumo de 2014 a 2016 o percentual de **52,72%** para copos de água e de **50%** para copos de café.

ACOMPANHAMENTO DE DESPESAS DE ÁGUA E ESGOTO (Administração Central)

Ações Realizadas no Exercício 2016:

- a) Substituição das torneiras dos banheiros por equipamentos com acionamento automático e temporizadas. Por ser uma torneira com fechamento automático, a torneira temporizada assegura praticidade a seu dia a dia. Todavia, o grande diferencial desse produto é a economia de água que ele propicia – o que permite a redução do consumo de recursos naturais, além da diminuição do valor de sua conta de água.
- b) Reaproveitamento das águas do lago, este possuem ornamentações com peixes diversos, para aguar as plantas, ação executada pelo colaborador terceirizado responsável por serviços de jardinagem;
- c) Controle das despesas de água e esgoto através do Programa Esplanada Sustentável – SISPE;
- d) Utilização de poços e cisternas diminuindo a utilização de água da concessionária de fornecimento deste insumo;
- e) Supervisionamento das instalações hidráulicas por colaboradores terceirizados técnicos nesta área, substituindo equipamentos com defeitos evitando com isso grandes perdas com vazamentos;
- f) Palestras para servidores, colaboradores e estagiários e cartazes afixados ressaltando a importância da economia de água, principalmente devido a estiagem prolongada que estamos vivenciando.



ACOMPANHAMENTO DE DESPESAS DE ENERGIA ELÉTRICA (Administração Central)

Ações Realizadas no Exercício 2016:

- a) Substituição gradativa de luminárias existentes (fluorescente) por luminárias de maior eficiência (LED);
- b) Configuração de monitores para desligarem após minutos sem uso;
- c) Início de substituição de elevadores antigos por equipamentos modernos com sistemas inteligentes que reduzem o consumo de energia elétrica;
- d) Implantação de sensores de presença em locais que são para passagem, como escadas e corredores;
- e) Redução nas quantidades de lâmpadas acesas, intercalando-as de modo que não comprometessem a qualidade de trabalho;
- f) Foram realizadas campanhas de sensibilização no órgão para redução do consumo de energia elétrica;
- g) Foi editada Portaria 272 DG/CRH de 10/08/2016 que fixou os horários de trabalho de 08:00 as 12:00 e de 13:00 as 17:00 horas. Reduzindo em 01 (uma) hora o consumo de energia, ressaltando que não houve prejuízo na jornada de trabalho que continua em 08 horas;
- h) Posteriormente foi determinado o desligamento dos aparelhos de ar condicionados às 16:30 horas contribuindo para reduzir o consumo.

As duas últimas ações possuem um grande impacto nas despesas, pois no período de 17:00 as 19:00 horas o consumo do Kwatt /hora , considerado consumo de pico, seus valores possuem um custo maior do que nas demais horas.

ACOMPANHAMENTO DA COLETA SELETIVA (Administração Central)

O Serviço de Material e Patrimônio – DRL/MP juntamente com com Serviço Médico – DGP/SM iniciaram um programa de coleta seletiva em todo o prédio do DNOCS, no mês de maio de 2015, onde foi feito um Termo de Compromisso entre o DNOCS e a ASSOCIAÇÃO VIVA A VIDA, inscrita no CNPJ nº 07.865.301/0001-27. O mesmo foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de setembro de 2016.

Foi montada uma estrutura com aquisições de coletores adequados para a separação dos diversos tipos de materiais recicláveis, tais como (papéis, plásticos, metais e vidros).

Ressaltamos que nas aquisições de equipamentos que vieram acondicionados em embalagens de armazenamento, as mesmas foram destinadas a Associação Viva a Vida.

O Plano de Ação desenvolvido para esse eixo temático contempla a prevenção e a redução dos impactos sobre o meio ambiente e também na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida dos catadores. As metas estabelecidas contribuem para impor desafios cada vez maiores que nos permitam garantir a gestão adequada dos resíduos.

CONTROLE DE RECOLHIMENTO DE MATERIAL RECICLADO – 2015				
DATA DO RECOLHIMENTO	PAPEIS/PAPELÃO (Peso Kg)	PLÁSTICOS (Peso Kg)	METAIS (Peso Kg)	VIDROS (Peso Kg)
23.04.15	200	25	52	48
07.05.15	150	17,3	47,5	52,4
21.05.15	184,5	20,5	58,2	47,1
11.06.15	378	32,2	72,5	62,7
25.06.15	117	22,5	61,7	45,2
09.07.15	204	30	30	30,6
23.07.15	264	31,5	43,1	50
06.08.15	150	21	17	26
21.08.15	185	15	21	14
16.09.15	40	10	0	0
18.09.15	200	0	0	0
02.10.15	189	8	14	17
29.10.15	50	4	7	27
13.11.15	19	7	12	8
24.12.15	83	19	16	20

CONTROLE DE RECOLHIMENTO DE MATERIAL RECICLADO – 2016				
DATA DO RECOLHIMENTO	PAPEIS/PAPELÃO (Peso Kg)	PLÁSTICOS (Peso Kg)	METAIS (Peso Kg)	VIDROS (Peso Kg)
21.01.16	62	16	0	13
19.02.16	93	8	3	5
03.03.16	76	12	1	6
17.03.16	121	18	5	7
31.03.16	51	12	7	4
06.04.16	88	8	4	1
07.04.16	62	12	3	3
13.04.16	91	16	8	0
27.04.16	81	10	10	2
12.05.16	69	8	3	4
13.05.16	154	15	7	1
17.05.16	200	14	5	0
02.06.16	188	13	10	1
24.06.16	102	18	7	1
08.07.16	40	8	2	3
22.07.16	31	7	2	1
12.08.16	45	10	1	1
26.08.16	51	6	3	0
09.09.16	42	8	2	2
23.09.16	37	3	1	1
06.10.16	62	9	0	3
20.10.16	30	8	4	1
11.11.16	25	6	2	2
15.12.16	36	12	5	0

Embalagens de Papelão doadas oriundas das aquisições de cadeiras



Registro de Doação de Materiais Recicláveis



AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS (Administração Central)

Nas aquisições de produtos, a Seção de Material – DRL/MP-M sempre estabelece nos Termos de Referência as exigências da Instrução Normativa nº 01/SLTI de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

As compras gerenciadas pela Seção de Material – DRL/MP – M são executadas anualmente após a realização de pesquisas de necessidades de materiais através do Plano Anual de Aquisições de Materiais, que é aprovado pelas Chefias Superiores. A partir deste documento são realizadas adequações de quantidades de bens juntamente com a disponibilidade orçamentária visando realizar compras que atendam as necessidades laborais evitando com isso desperdícios.

Dependendo do objeto da aquisição são determinadas outras exigências visando garantir produtos adquiridos visando diminuir o impacto no Meio Ambiente, tais como:

- Aquisição de veículos:
 - Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1 de 11/02/1993 e nº 272 de 14/09/2000, suas alterações e demais legislações correlatas.
 - Atender aos limites máximos de emissão de poluentes definidos no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e demais legislações correlatas.
- Aquisição de aparelho de ar condicionado:
 - Possuir Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE.
- Aquisição de Material de Expediente:
 - Produtos com materiais recicláveis e papel reciclado.
- Contratação de Serviço Gráfico:
 - Envelope pequeno, envelope grande, pasta evento em papel 100% Reciclado.
 - Papel utilizado em cópia de planta e impressão A3 utilizando papel com certificação FSC ou CERFLOR.
- Aquisição de cadeiras:
 - Certificação FSC (Manejo florestal) e empresa com Certificado de movimentação de resíduos de interesse ambiental e atendimento à diretiva RoHS.
- Aquisição de pilhas:
 - Composição deve respeitar os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos pela Resolução CONAMA nº 401/2008 de 4 de novembro de 2008 e alterações

Ressaltamos que exigimos em boa parte nas aquisições, antes de aceitarmos os produtos, que os fornecedores enviem AMOSTRAS para analisarmos se os itens estão de acordo com o Termo de Referência, se obedecem as legislações ambientais e se os mesmo possuem qualidade. Unidades não aprovadas são devolvidas aos fornecedores podendo gerar até desclassificações no certame licitatório.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (Administração Central)

Observamos que durante o ano de 2016 o Núcleo de Capacitação do DNOCS desenvolveu diversas ações visando dar uma melhor qualidade de vida no trabalho e também agregar novos conhecimentos aos participantes, estas ações foram colocadas no site institucional do órgão como:

a) Cursos, palestras, documentários e Filmes:

- i. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3333-lancamento-de-documentario-emociona-plateia>;
- ii. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3302-palestra-esclarece-a-importancia-da-prevencao-ao-cancer-de-mama>;
- iii. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3300-palestra-outubro-rosa>;
- iv. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3297-encerramento-do-curso-as-competencias-do-secretariado-assistentes>;
- v. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3262-dnocs-realiza-curso-de-redacao-de-atos-oficiais>;
- vi. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3257-curso-sobre-comunicacao-nas-organizacoes-chama-atencao-para-a-importancia-do-feedback>;
- vii. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3252-dnocs-abre-as-portas-da-casa-de-pombo>;
- viii. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3249-servidor-do-dnocs-cria-ilha-de-leitura>;
- ix. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3237-sala-de-cinema-exibe-o-filme-duas-vidas>;
- x. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3235-dp-promove-palestra-sobre-energia-solar>;
- xi. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3233-dnocs-investe-na-capitacao-de-servidores>;
- xii. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3227-servidores-da-cest-pb-assistem-palestra-sobre-combate-do-aedes-aegypti>;
- xiii. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3221-dnocs-capacita-servidor-atraves-do-cinema>;
- xiv. <http://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/3220-dnocs-fez-palestra-no-dia-mundial-da-saude>;

4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.3.1 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

a) Descrição sucinta do Plano estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor da TI (PDTI), apontando o alinhamento desses planos com o Plano Estratégico Institucional

Dando continuidade às ações de governança de TI do DNOCS, o PDTI (2016-2019) elencou várias ações para apoiar as atividades finalísticas da autarquia. Por limitações orçamentárias e de recursos humanos, não foi possível atingir 100% do previsto.

Assim como no ciclo anterior (2013-2015), o alinhamento do PDTI 2016-2019 com a estratégia do DNOCS, tendo em vista a inexistência de um Plano Estratégico Institucional – PEI formalmente documentado, foi realizado com base no PPA 2016-2019 – Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social, conforme orientação contida no parágrafo 3º do artigo 4º da IN SLTI/MP nº 04/2014.

O modelo conceitual que detalha o desdobramento estratégico pode ser melhor observado na figura abaixo:



Para a definição dos direcionadores estratégicos institucionais foram selecionados os programas que estão diretamente relacionados às atividades fins da instituição, conforme Quadro abaixo.

DE1	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial
DE2	2052	Pesca e aquicultura
DE3	2077	Agropecuária Sustentável
DE4	2084	Recursos Hídricos
DE5	2111	Modernizar os Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Fonte: PPA 2016-2019

- b) Descrição das atividades do Comitê gestor do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.**

O Comitê de TI (CTI), criado pela Portaria nº 328 DG/CGPE, de 25 de agosto de 2010, é um órgão colegiado formado por membros das áreas administrativas, finalísticas e de TI, que tem o objetivo de promover a entrega de valor, por meio da TI e do uso estratégico da informação na organização. Nesse sentido, a principal tarefa do Comitê é tanger a formulação e a implementação das estratégias e planos de TI para a harmonia com os objetivos organizacionais de alto nível. Não houve reuniões durante o exercício de 2016.

- c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

Quadro 8.3.2 – Principais Sistemas

Nome	Descrição	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
Centreon	Monitoramento em tempo real de todos os ativos de TIC e links de dados.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Baixa
Zimbra	Serviço de correio eletrônico	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Alta
Teampass	Serviço de gerenciamento de senhas	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Baixa
OTRS Suporte	Solução de servicedesk. Utilizada para receber, controlar e resolver os problemas relatados pelos usuários.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Média
Bacula	Solução de backup dos dados de todos os serviços de TI do DNOCS.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Alta
OCS	Solução para acompanhamento das estações	Chefe do	Chefe do	Baixa

	de trabalho. Com ele são obtidos dados em tempo real, tais como: Quantidade de memória, disco, processador, softwares instalados, etc.	DGE/STI	DGE/STI	
ASSP	Solução para controle de Spams. Funciona interligado ao Zimbra.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Média
RPRM	Centraliza as contas de usuários para o sistema de videoconferência e criação de salas.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Média
DMA7000	Gateway da videoconferência.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Média
RPAD	Firewall de videoconferência.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Média
AD	Serviço de diretório.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Alta
NTOPNG	Monitoramento em tempo real dos links de Internet e MPLS.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Média
Openvas	Scanner de vulnerabilidades dos serviços	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Alta
OwnCloud	Nuvem privada, utilizada para envio de arquivos maiores que 10MB.	Chefe do DGE/STI	Chefe do DGE/STI	Média
GED	Sistema para gestão eletrônica de documentos.	Chefe da DGE	Chefe da DRL/AG-D	Baixa
Apoena	Sistema de Gerenciamento interno. Responsável por tratar diversas áreas do negócio.	Chefe do DGE/STI	Chefe das lotações requisitantes de cada módulo	Alta
Sala Situação	Exibe estatísticas em tempo real dos diversos projetos e áreas mantidas pelo DNOCS	Chefe da DGE	Diretor-Geral	Média

FONTE: Quadro elaborado pela DGE/STI

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Quadro 8.3.3 – Principais capacitações realizadas

2016	
FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE TREINAMENTO	
ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
CURSO SOLICITADO Nº 1	
Curso de análise e modelagem de processos de negócio <i>BPMN-Business Process Modelling Notation</i>	
JUSTIFICATIVA	
O conhecimento será aplicado no mapeamento dos processos de negócio das áreas meio e	

finalísticas do DNOCS.		
SERVIDORES INDICADOS		
Nome	SIAPE	Lotação
Paulo Giovanni Nogueira de Lima	1789557	DGE/STI
Maria de Fátima Ramalho	0738040	DGE/STI
CARGA HORÁRIA		40h
VALOR ESTIMADO		R\$ 2.400,00

CURSO SOLICITADO Nº 2		
DGTI – Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação		
JUSTIFICATIVA		
O conhecimento será aplicado nas atividades relacionadas à gestão, governança, planejamento e fiscalização de contratos de TI e demais atividades correlatas		
SERVIDORES INDICADOS		
Ubirajara Leal Pinto Bandeira Júnior	1789319	DGE/STI
CARGA HORÁRIA		133h
VALOR ESTIMADO		R\$ 7.200,00 = 2400 (Inscrição) + 4400 (diárias)

CURSO SOLICITADO Nº 3		
Modelo de Governança: COBIT – <i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>		
JUSTIFICATIVA		
Modelo de Governança mais amplamente utilizado pelos órgãos supervisores(SISP) e reguladores(TCU e CGU)		
SERVIDORES INDICADOS		
Nome	SIAPE	Lotação
Paulo Giovanni Nogueira	1789557	DGE/STI
Maria de Fátima Ramalho	0738040	DGE/STI
Ubirajara Leal Pinto Bandeira Júnior	1789319	DGE/STI
CARGA HORÁRIA		40h
VALOR ESTIMADO		R\$ 5.000,00

CURSO SOLICITADO Nº 4		
Gerenciamento de Projetos		
JUSTIFICATIVA		
Todas as ações da área de TI são pensadas em forma de projeto. É indispensável, portanto, que os servidores da referida área tenham conhecimento das metodologias e técnicas em gestão de projetos.		
SERVIDORES INDICADOS		
Nome	SIAPE	Lotação
Ubirajara Leal Pinto Bandeira Júnior	1789319	DGE/STI
CARGA HORÁRIA		40h
VALOR ESTIMADO		R\$ 1790,00 = 590 (inscrição) + 1200 (diárias)

Total Planejado para 2016: R\$ 14.600,00

Por limitações orçamentarias não foram realizados os referidos cursos.

- e) **Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**
- **Efetivos da carreira de TI do DNOCS:** 02 analistas de sistemas.
 - **Efetivos de outras carreiras do DNOCS:** 01 Administrador, 03 Agentes Administrativos, 02 Datilógrafos, 01 Perfurador Digitador, 01 Agente de Atividades Agropecuárias.
 - **Estagiários:** 10, da equipe de suporte ao usuário.
 - **Terceirizados:** 07, sendo 02 da equipe de suporte ao usuário, 01 Analista Operacional de infraestrutura, 01 Analista de Banco de Dados, 01 Analista de Redes, 01 Analista de Produção, 01 Técnico de Produção.
- f) **Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**
- Implementação e melhoria do BDGC (Banco de Dados de Gestão de Configuração) para melhorar o processo de gerenciamento de mudanças. Utilizado no software OTRS;
 - Melhoria do processo de gerenciamento de eventos, agora os alertas de eventos capturados pelo Centreon são automaticamente correlacionados e os que se resolvem sozinhos, tem seus tickets automaticamente fechados;
 - Scrum e PMC passaram a não serem mais usados devido a diminuição natural dos projetos de infraestrutura. O acompanhamento de execução de projetos é feito agora através de análises semanais dos tickets.
- g) **Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.**

Para se conseguir alcançar melhorias na Governança de TI é necessário reestruturar a área. A proposta de reestruturação prossegue no MPDG(Ministério do

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) junto com a reestruturação do DNOCS. Para mitigar a situação, foi solicitada ao MPDG a cessão de Analistas de Tecnologia da Informação (ATI), no entanto, foi informado que, no momento, a cessão de ATIs se restringe aos Órgãos e Entidades sediados em Brasília.

Foi realizado levantamento de necessidades de sistemas finalísticos para todas as Diretorias da Autarquia, não obstante as licitações não puderam ser efetivadas em razão do contingenciamento de recursos pela Administração Pública Federal.

Mesmo com todas as restrições acima citadas, os seguintes projetos podem ser elencados:

- Visando melhorar a área de segurança de informações foram elaboradas portarias normativas sobre a classificação das informações, mapeamento e inventário de ativos da informação, gestão de riscos de TI;
- Atendendo às Instruções do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) foram implantadas estruturas de governança para as Normas Complementares: 01, 02, 03, 04, 05, 08, 10 e 13;
- Foi renovado o contrato do enlace (link) de internet e rede MPLS, bem como contratos de serviços de sustentação da infraestrutura de redes, foi implantado também videoconferência nas Diretorias e Coordenadorias Estaduais.

Detalhamento do resultado do PDTI 2016-2019 (Exercício 2016)

O PDTI 2016-2019 é composto de 25 ações, destas 7 foram realizadas (28%), 13 estão em execução (52%) e 5 ainda não foram iniciadas (20%). O quadro abaixo, demonstra o relatório das ações realizadas para o exercício de 2016:

Necessidade 1: Reestruturação e fortalecimento institucional da área de TI								
ID		Ação	Competência	Estado	Artefato	Valor orçado para 2016	Valor executado em 2016	Observações
M1	A1	Solicitar adequação da estrutura organizacional da área de TI	Elaboração de diagnóstico da área, definição e desenho da nova estrutura	Executado	Novo regimento interno, aprovado pela Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2017	N/A	N/A	Não houve propriamente reestruturação da área de TI com a criação de subáreas responsáveis por Sistemas e Infraestrutura. A publicação de um novo regimento

								interno permitiu a atualização e redefinição das competências da área.
	A2	Solicitar cessão de ATI ao MPOG	Elaboração de documento oficial	Executado	Resposta ao chamado nº 7216 no sistema C3S do Sisp	N/A	N/A	Resposta negativa
M2	A3	Solicitar a capacitação de servidores em TI (EGTI: Obj1-Ação 1.4.2)	Inclusão no Plano de Capacitação da Instituição	Em execução	Processo contendo Plano de Capacitação dos Servidores de TI	14.600,00	0,00	Em elaboração
M3	A4	Solicitar realização de concurso público ao MI/MPOG	Elaboração de documento oficial	Em execução	Comunicação com o MPOG	N/A	N/A	Iniciado no PDTI anterior

Necessidade 2: Licitar e Contratar sistemas finalísticos e das áreas-meio.

ID		Ação	Competência	Estado	Artefato			Observações
M4	A5	Licitar e Contratar Sistema de Gestão Corporativa	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Em execução	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	Planeja-se desenvolver um sistema em CakePHP; Há uma proposta para aquisição de sistema de obras que pode englobar GRP; Há uma cessão de software da Codevasf em negociação
	A6	Licitar e contratar ferramenta de apoio a decisão	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contrato	Em execução	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	Planeja-se utilizar a ferramenta de BI Pentaho

Necessidade 3: Adesão aos padrões de governança e às estratégias de TI do governo.

ID	Ação	Competência	Estado	Artefato			Observações	
M5	A7	Implementar padrões de interoperabilidade de de Governo Eletrônico (e-PING) (EGTI: Obj5-Ação 5.1.3)	Governança de TI	Em execução	Relatório sobre atendimento às normas	N/A	N/A	Novo site no ar, mas em análise sobre adequação aos padrões e-PING
	A8	Implantar	Governança de	Executa	Relatório	N/A	N/A	O novo site do

		modelo de acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) (EGTI: Obj5-Ação 5.1.3 e Obj9-Ação 9.2.1)	TI	do	Circunstanciado de Acessibilidade Digital – Exercício 2016			DNOCS obedece o e-MAG e melhorias serão realizadas através do Plano de Trabalho de Acessibilidade Digital para 2017
	A9	Difundir a estratégia do SISP para dirigentes (EGTI: Obj1-Ação 1.5.2)	Governança de TI	Não iniciado	Atas de reuniões do Comitê de TI com os diretores	N/A	N/A	A marcar reunião do Comitê de TI com os dirigentes do DNOCS

Necessidade 4: Preservar os padrões de Segurança da Informação e Comunicação.

ID		Ação	Competência	Estado	Artefato			Observações
M6	A10	Fortalecer a ações operacionais da Segurança da Informação	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Em execução	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	Elaborando artefatos para licitação
	A11	Promover ações de sensibilização sobre Segurança da Informação e Comunicações. (EGTI: OBJ6 - Ação 6.1.4)	Divulgação e conscientização do público-alvo	Em execução	Relatório sobre ações de sensibilização sobre Segurança da Informação e Comunicações	N/A	N/A	Atividade contínua com planejamento anual
M7	A12	Adquirir equipamentos de acordo com plano de segurança de TI (Anexo V)	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Em execução	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	2.000.000,00	0,00	Processo nº 59400.3778/2015-03 para contratação do Firewall foi interrompido por restrição orçamentária. Nova elaboração de artefatos está em curso; Valor orçado referente à contratação do Firewall, não executado por restrição orçamentária

Necessidade 5: Ampliação e manutenção da infraestrutura de serviços de TI.

ID	Ação	Competência	Estado	Artefato			Observações
----	------	-------------	--------	----------	--	--	-------------

M8	A13	Contratar serviço de atendimento ao usuário (service-desk)	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Não iniciado	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	
M9	A14	Implementar conectividade wireless	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Em execução	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	Artefatos para licitação prontos
M10	A15	Contratar/renovar/ampliar Link de Internet e rede MPLS	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Executado	Processo nº 59400.003229/2016-10	1.217.396,88	1.091.137,84	Artefatos foram elaborados no prazo para evitar pagamento por indenização, porém foi detectada a exigência de atendimento a decreto, sendo necessário elaborar novos artefatos, presentes no Processo nº 59400.000506/2017-13; Valor orçado é o valor do Contrato 03/2012, aditivado, em 2015
	A16	Contratar Link de Internet redundante	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Não iniciado	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	Aguardando contratação do serviço referente à ação A15
M11	A17	Contratar/renovar serviço de sustentação da Infraestrutura de Redes	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Executado	Processo nº 59400.001326/2016-60	1.844.956,03	1.739.316,95	Renovado através do Termo Aditivo nº 25/2016; Valor orçado é o valor do Contrato 44/2012, aditivado, em 2015
M12	A18	Modernizar a infraestrutura das Coordenadorias Estaduais	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Não iniciado	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	

		(Anexo IV)						
M1 3	A1 9	Adquirir equipamentos de acordo com plano de atualização de infraestrutura de TI (Anexo IV)	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Não iniciado	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	N/A	N/A	
M1 4	A2 0	Adquirir software conforme plano de atualização de infraestrutura de TI (Anexo IV)	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Em execução	Processo com artefatos elaborados a fim de contratar	50.000,00	0,00	Artefatos para licitação do Backup do Zimbra prontos; Valor orçado se refere à contratação de backup para o Zimbra, não executado por restrição orçamentária
M1 5	A2 1	Contratação/Renovação de outsourcing de impressão	Elaboração de Artefatos para Contratação/Gestão de contratos	Executado	Processo nº 59400.003148/2014-40	194.640,00	59.970,13	Valor orçado é o valor dos Contratos 03/2013; O valor executado é o executado até o fim do Contrato 03/2013 e os valores já pagos do Contrato 03/2016

Necessidade 6: Implantação de Sistema para atender ao Decreto nº 8539 de 08/10/2015 (SEI)

ID	Ação	Competência	Estado	Artefato			Observações	
M1 6	A2 2	Realizar convenio com o MPOG e elaborar cronograma de implantação	Assinatura de Termo de Cooperação Técnica	Em execução	Processo contendo Termo de Cooperação Técnica assinado	N/A	N/A	Aguardando reuniões da Diretoria Colegiada, definição do Gestor do SEI e reunião com MI para então elaborar o Plano de Trabalho
	A2 3	Disponibilizar software	Disponibilizar software na Rede	Em execução	Relatório de instalação do software do SEI	N/A	N/A	Servidores configurados, esperando o código fonte ser fornecido.

								Para que o código fonte ser disponibilizado, é necessária a atribuição do gestor do SEI
	A2 4	Treinar Usuários	Treinar usuários	Em execução	Relatório sobre o treinamento do SEI	N/A	N/A	MI foi contatado para fornecer orientações
Necessidade 7: Ampliação do projeto de controle de acesso às instalações do DNOCS.								
ID	Ação	Competência	Estado	Artefato				Observações
M1 7	A2 5	Implantar o projeto de controle de acesso e segurança nas instalações das Cest's do DNOCS	Acompanhar instalação	Executado	Relatórios de Viagem PCDP 541/16, 757/16, 1152/16, 1156/16, 1885/16, 2329/16, 3286/16 e 3984/16	6.840,00	6.864,57	Valor orçado para acompanhamento de 8 CESTs, 4,5 diárias para cada a uma média de R\$190,00 a diária; Valor executado obtido do Portal da Transparência

FONTE: Quadro elaborado pelo DGE/STI

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

No que diz respeito ao gerenciamento da infraestrutura de redes e todo o conhecimento necessário para administrá-la, são registradas em sistema de gerenciamento de demandas (OTRS) todas as operações de configuração, mudança e incidentes realizadas no âmbito do datacenter. Cada ferramenta, seja ela física ou lógica, tem seu passo a passo registrado em logs (registros) dentro de um sistema em forma de Wiki. Ferramenta de gerenciamento de senhas de acesso e controle (Teampass) é utilizado para registrar todas credenciais de acesso utilizadas. Todas as medidas têm como fulcro manter a base de conhecimento dentro do DNOCS em caso de interrupção ou rescisão do atual contrato de terceirização.

Em se tratando de sistemas, todos os contratos previram repasses de conhecimento para as equipes das áreas de negócio envolvidas na implantação dos mesmos.

Por último, ressalta-se que o melhor cenário para mitigação dos riscos relativos à dependência tecnológica perpassa liberação de **concurso público** não só para a área de TI

como para todas áreas das atividades-fim da Autarquia. A proposta de reestruturação da instituição encaminhada ainda em gestões pretéritas e onde se insere a nova modelagem organizacional para a área de TI, continua em compasso de espera ao contrário do ocorrido com outras vinculadas ao Ministério da Integração Nacional.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE:

5.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO:

5.1.1 – SERVIÇO DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

Em cumprimento à Lei 12.527/2011, o DNOCS coloca à disposição da sociedade, no site www.dnocs.gov.br, informações pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato (Sede e Coordenadorias Estaduais), legislação, as atividades desempenhadas, dentre outras. Exemplos destes links serão apresentados no item 5.4 – Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade.

5.1.2 - OUVIDORIA:

Ligada diretamente ao Ministério da Integração Nacional, a Ouvidoria do DNOCS, disponibiliza vários canais de comunicação ao cidadão para a apresentação de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações, tais como: e-mail, contato telefônico (0800), formulários na internet, pessoalmente, os sistemas e-SIC e

O atendimento ao cidadão é feito:

- Serviço Telefônico – disponível de 2ª a 6ª feiras (exceto feriados). Para acessar este serviço disca-se: (085) 3223.3993 / 3253.3810 ou 3391.5198 ou pelo Tel.: 0800-610021 opção 5;
- Atendimento eletrônico pelo www.dnocs.gov.br/ouvidoria (e-SIC Sistema de acesso a Informação);
- Por correspondência: Reclamações, denúncias, sugestões, solicitações ou elogios sobre os serviços prestados pelo DNOCS também podem ser encaminhados por correspondência para o seguinte endereço: Av. Duque de Caxias, 1700 – 1º andar, Fortaleza/CE - CEP: 60.035-111;
- Atendimento Presencial no mesmo endereço, inclusive com urnas para sugestões.

Quadro 5.1 – Demandas recebidas pelo Ouvidoria – Exercício 2016

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
Solicitações	0
Pedidos de Informações	245
Reclamações	0
Denúncias	50
Sugestões	5
Elogios	8
Outras Situações	88
Total	396

Fonte: Relatório elaborado pela Ouvidoria/DNOCS

5.2 – CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO:

O Art. 11 do Decreto nº 6.932/2009 que institui a “Carta de Serviços ao Cidadão”, determina que:

“Art. 11. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar “Carta de Serviços ao Cidadão”, no âmbito de sua esfera de competência.”

É um importante instrumento de gestão que visa promover a implementação de políticas administrativas destinadas a aperfeiçoar as atividades desenvolvidas e os serviços prestados ao cidadão.

O DNOCS, como instituição pública, presta relevantes serviços à sociedade. O principal canal de acesso ao cidadão é realizado via Ouvidoria e/ou página eletrônica do DNOCS.

Destaca-se que a autarquia possui extensa área de atuação (dez Estados), sendo assim, elevada a capilaridade de sua atuação, tornando complexa a realização de levantamento e disponibilização de Carta de Serviços ao Cidadão.

Além disso, considerando, no caso do DNOCS, a Lei Nº 10.204/2001, que em seu Artigo 2º define a área de atuação e competência, bem como o Regimento Interno do DNOCS, determinam que sua atuação pode ser agrupada em atividades de fortalecimento da infraestrutura hídrica, preservação e recuperação do meio ambiente, promoção da inclusão social e geração de renda, através da utilização da infraestrutura física e produtiva implantada, implantação e administração dos perímetros de irrigação, produção de alevinos, dentre outras.

Evidencia-se, por estes instrumentos legais, que o Departamento tem sua atuação prioritariamente em funções relacionadas à gestão ambiental, irrigação e aquicultura, de forma a beneficiar populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, sem, no entanto, exercer prestação de serviço diretamente ao cidadão

Assim, não foi elaborada a Carta de Serviço ao Cidadão uma vez que o DNOCS não presta serviços de atendimento direto.

5.3 – AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS:

O DNOCS ainda não possui mecanismos estruturados para medir a satisfação de seus beneficiários. Assim, a satisfação do público demandante é medida por comentários proferidos em eventos, por e-mails recebidos ou pelo acesso aos Canais de Comunicação.

Além destes canais, o DNOCS também utiliza mídias sociais (facebook, twitter) como canais de comunicação com seu público. Para este trabalho a Divisão de Comunicação conta com servidores responsáveis por monitorar Facebook e o Twitter visando estabelecer melhor atendimento ao cidadão, objetivando, inclusive, identificar os fatores com impactos positivos ou negativos por região e/ou segmento de atuação e, com isso, subsidiar a administração na adoção de medidas corretivas e melhorias nos processos de trabalho, primando pela excelência e referência na prestação de serviços na sua área de atuação.

5.4 – MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE:

Em cumprimento à Lei de Acesso a Informação (LAI) nº 12.527/2011, o DNOCS disponibiliza ao cidadão, em sua página eletrônica, a seção denominada “*Acesso à Informação*”, com informações além de links como:

Quadro 5.2 - Instâncias internas de governança

RELATÓRIO	LINK
Institucional	http://www2.dnocs.gov.br/institucional Contém informações sobre o DNOCS, tais como história, estrutura, competência, legislação, etc.
Organograma	http://www2.dnocs.gov.br/images/regimento/ORGANOGRAMA-DNOCS-2017.png Apresenta graficamente a estrutura regimental do DNOCS
Regimento Interno	http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/anexos/Regimento_Interno_DNOCS_no_DOU.pdf Portaria Nº 43, de 31 de janeiro de 2017

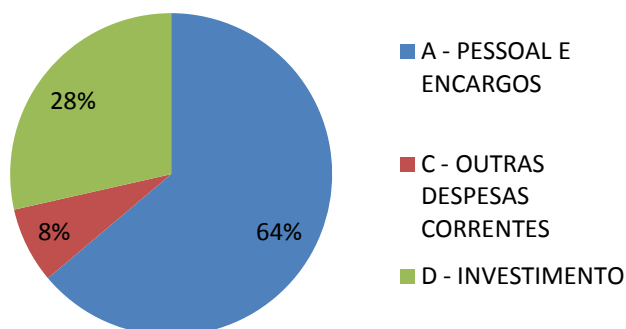
Indicadores de Desempenho	http://www2.dnocs.gov.br/avaliacao-de-desempenho
Prestação de Contas Anuais	http://www2.dnocs.gov.br/prestacao-de-contas-anuais
Execução Orçamentária e Financeira	http://www2.dnocs.gov.br/orcamento Demonstrativo da execução mensal das ações orçamentárias do DNOCS
Boletim Administrativo	Publicação de atos e fatos relacionados com a administração geral
Protocolo	Onde é possível localizar e acompanhar os processos administrativos, licitações (realizadas ou em andamento)
Legislação	http://www2.dnocs.gov.br/legislacao
Mapeamento de Processos	http://www2.dnocs.gov.br/mapeamento-de-processos
Plano Estratégico de Tecnologia (PETI)/Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).	http://www2.dnocs.gov.br/peti-pdti-2016-2019
Acervo da Biblioteca	http://www.dnocs.gov.br/biblioteca/

Item 6.1 – Desempenho financeiro no exercício.

A execução financeira do DNOCS é realizada principalmente através da liberação/transfência de recursos financeiros por parte do Órgão Setorial de Programação Financeira, no caso, o Ministério da Integração Nacional e suas Secretarias. Sendo assim, o fluxo de pagamentos do órgão funciona de acordo com a disponibilidade de caixa do Ministério.

Ao longo do ano de 2016, o DNOCS recebeu o valor de R\$ 954.217.353,72 para realização das suas atividades, dividido de acordo com as seguintes categorias:

Financeiro recebido - Orçamento próprio e destaques
Fonte: SIAFI WEB 2016 (conprofin)



Categoria	2014	2015	2016	Dif. R\$	Dif. %
A - PESSOAL E ENCARGOS	580.617.673,40	594.568.353,31	609.312.749,86	14.744.396,55	2,5%
C - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.218.562,55	65.238.729,73	72.582.501,77	7.343.772,04	11,3%
D - INVESTIMENTO	466.532.529,01	264.795.691,61	272.322.102,09	7.526.410,48	2,8%
TOTAL	1.108.368.764,96	924.602.774,65	954.217.353,72	29.614.579,07	3,2%

FONTE: SIAFI WEB (conprofin)

Conforme vemos, o valor recebido foi 3,2% acima do valor recebido em 2015, porém ainda abaixo do que foi recebido em 2014. Esse crescimento se deu por conta do alto número de Termos de Execução Descentralizada (destaques) realizados entre o DNOCS e as Secretarias do Ministério da Integração. Houve um crescimento de 87,2% no valor transferido para destaques quando comparado a 2015.

Quando analisamos apenas o recurso oriundo do orçamento do órgão, temos uma redução de 2,2% no financeiro enviado, saindo de R\$ 869.195.550,09 em 2015 para R\$ 850.475.761,78 em 2016:

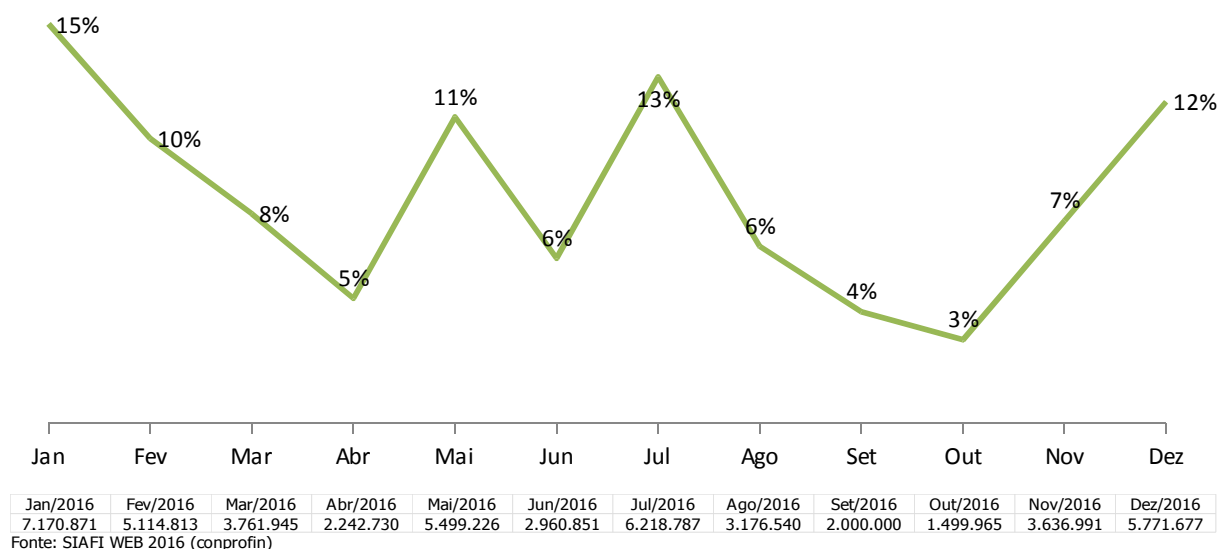
Categoria	2014	2015	2016	DIF	%
A - PESSOAL E ENCARGOS	580.617.673,40	594.568.353,31	609.312.749,86	14.744.396,55	2,5%
C - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.400.388,37	64.193.754,78	65.973.755,64	1.780.000,86	2,8%
D - INVESTIMENTO	290.948.277,27	210.433.442,00	175.189.256,28	(35.244.185,72)	-16,7%
TOTAL	927.966.339,04	869.195.550,09	850.475.761,78	(18.719.788,31)	-2,2%

FONTE: SIAFI WEB (conprofin)

Assim como em anos anteriores, em 2016 ocorreram algumas limitações. No PAC, um dos principais programas onde o DNOCS atua, ocorreram diversos atrasos no repasse dos recursos para pagamento dos fornecedores. Em janeiro de 2017 o órgão estava com uma dívida de medições do ano anterior no valor de R\$ 11.953.060,46 (fonte: Planilha Dívidas PAC de 06/01/17).

Em relação ao custeio administrativo, recurso utilizado para manutenção da máquina administrativa, os atrasos foram maiores. Abaixo vemos um gráfico com os valores repassados para o DNOCS no ano de 2016:

Custeio Administrativo (vinculação 400)



Nele percebemos que não existiu uma regularidade no envio do financeiro, e isso comprometeu o pagamento junto aos fornecedores. As despesas de custeio normalmente são oriundas de contratos com prestação de serviços continuados, com valores relativamente constantes mês a mês. Em meses como abril, setembro e outubro, que receberam os menores valores, grande parte dos fornecedores tiveram suas faturas atrasadas.

Outra dificuldade encontrada foi a limitação de crédito orçamentário ocorrida no último trimestre de 2016. Não houve liberação de limite para o atendimento do custeio, o que fez com que grande parte das despesas que deveriam ter sido pagas no último trimestre de 2016 fossem postergadas para o início de 2017.

6.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Adoção dos dispositivos contidos nas NBC Ts 16.9 e 16.10

As NBC T 16.9 são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que tratam de depreciação, amortização e exaustão e as NBC T 16.10 são as que tratam da avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público. O DNOCS está cumprindo em parte as diretrizes preconizadas nas duas NBCTs.

A unidade também tem cumprido as determinações relativas à depreciação dos bens imóveis registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. Durante 2016 foram reavaliados 36 RIPS registrados nesse sistema, que representaram 366 imóveis.

Entretanto a autarquia tem encontrado dificuldades nas reavaliações de bens móveis, em decorrência do número insuficiente de servidores para compor as comissões de reavaliações. A solução definitiva para este problema seria a realização de concurso público com um número de vagas condizente com as atribuições e as necessidades que se impõem.

Quanto aos registros das informações contábeis, a União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI que serve também a todos os órgãos que participam do Orçamento Fiscal, estando o DNOCS nesse grupo. Sendo assim, os registros são realizados dentro do SIAFI, inclusive os tratados pelas NBC Ts.

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando ocorre de um o elemento do ativo imobilizado ter vida útil econômica limitada, o bem fica sujeito à depreciação.

Metodologia utilizada para estimar a vida útil econômica do ativo

Os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão são disciplinados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que como órgão central do Macroprocesso de Contabilidade da União o faz através de uma macrofunção específica, a 02.03.30, disponível via Internet.

Essa macrofunção disciplina todos os procedimentos a serem realizados, inclusive já estima a vida útil dos bens móveis de acordo com a classificação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. A tabela com as vidas úteis dos bens móveis por natureza e suas respectivas taxas de depreciação está nos anexos desta prestação de contas.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Além da Macrofunção 02.03.30, o DNOCS possui um sistema próprio de gestão denominado APOENA, com um módulo de bens móveis. Mensalmente, o Setor de Patrimônio emite um relatório com a situação dos bens, evidenciando saldos, movimentações, aquisições, baixas e também informa o valor depreciado, segregado conforme a natureza dos bens. Esses valores são mensalmente registrados na contabilidade.

A metodologia do cálculo da depreciação é o método das quotas constantes e as taxas utilizadas são aquelas decorrentes dessa metodologia, conforme fórmula abaixo (tabela anexa).

$$\text{Valor de Depreciação Anual} = \frac{(\text{valor do bem} - \text{valor residual})}{\text{vida útil}}$$

Conforme o MCASP, a metodologia adotada para a mensuração e a avaliação das disponibilidades é o valor original.

Taxas utilizadas para o cálculo

A fórmula para o cálculo das taxas anuais e mensais de depreciação dos bens móveis segue a metodologia indicada na macrofunção.

$$\text{Taxa anual de depreciação de BM} = \frac{100\% - \text{Valor Residual}}{\text{Vida Útil}}$$

Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Os créditos e dívidas são mensurados pelos valores originais e ajustados a valor presente. As provisões são constituídas com base em estimativas e as atualizações são contabilizadas em contas de resultado. Os estoques são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção. Caso o valor de aquisição, de produção ou de construção seja superior ao valor de mercado, adota-se o valor de mercado.

O sistema APOENA, utilizado para o controle do Almoxarifado adota o preço médio ponderado das compras no custeamento dos estoques, conforme preceitua a Lei n.º 4.320/64.

O ativo diferido é mensurado ou avaliado pelo custo incorrido.

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição.

Quanto ao impacto relativo à adoção da NBC T 16.10, esses não são quantificáveis, uma vez que não houve alteração significativa de procedimentos em decorrência do advento da referida norma, frente aos procedimentos que já eram utilizados.

6.3 - Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da unidade

O Sistema de Apuração de Custo foi previsto na Lei 4.320/64 no Art. 85, “Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, *a determinação dos custos* dos serviços industriais, o *levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos* e financeiros.” (grifo nosso)

Conforme a Portaria-TCU n.º 321, esse sistema é disciplinado pelas Portarias-STNs n.º 157/2011 e n.º 716/2011, e o estruturaram em órgão central, que é a própria Secretaria do Tesouro Nacional – STN e órgãos setoriais. O DNOCS não integra nem é vinculado a essa estrutura e não possui subunidade ou setorial direcionada a esta atividade. Essa é a razão pela qual o DNOCS não possui uma sistemática de apuração de custos estruturada.

Apesar de não ser vinculado ao Sistema da União, a autarquia registra seus ativos conforme já mencionado no tópico 6.2 – Tratamento Contábil. Registra suas obras na conta de Obras em Andamento, subdividida por centros de custos, que no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI são denominados Inscrições Genéricas, de classe IM, por tratar-se de imóveis. Assim, todos os custos são carregados para os diversos IMs, que ao final das obras apresentam os respectivos custos de construções.

O Sistema de Informações de Custos – SIC do Governo Federal ainda está em implantação, mas no futuro, deverá contemplar também esta UPC.

6.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da unidade estão nos anexos da prestação de contas.

5.1 e 5.2 - Atendimento e acompanhamento das demandas dos órgãos de controle.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS.
AUDITORIA INTERNA

1 Atendimento e acompanhamento das demandas dos órgãos de controle.

Durante o exercício de 2016 tramitaram na Auditoria Interna 1.089 processos, sendo que, destes, 754 trataram de demandas afetas aos órgãos de controle interno e externo, conforme discriminado no Quadro 1:

Quadro 1: Contagem dos processos tramitados pela auditoria interna/2016

Contagem de Nº PROCESSOS				
Interessado	Atendidos ou Arquivados	Em Exame ou em Monitoramento	Pendentes	TOTAL
TCU	86	15	05	106
CGU	51	134	44	229
Outros				
Ministério Público	122	02	29	153
Ministério da Integração Nacional	37	02	04	43
Demandas Internas	196	46	93	335
Outros Órgãos Externos	165	09	50	224
TOTAL	655	207	227	1089

Fonte: elaborado pelos técnicos da auditoria interna/DNOCS.

De se esclarecer que, dos 5 (cinco) processos qualificados como pendentes por esta equipe de auditoria interna, apenas 2 (um) referem-se a pendências relacionadas a Acórdãos do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado na alínea “c” do item 1.2. Quanto à terminologia “pendentes” apresentada no Quadro 1, de se esclarecer que é adotada para identificar processos que foram enviados a outras unidades e devem retornar a auditoria interna, sem referência a cumprimento de prazos.

No decorrer do exercício de 2016 e princípio de 2017, deram entrada 56 (cinquenta e seis) Acórdãos direcionados, direta ou indiretamente, ao DNOCS. Destes, 12 (doze)

continham recomendações/determinações. A discriminação detalhada dos números indica que houve 29 (vinte e nove) determinações e 6 (seis) recomendações.

A entidade manifestou-se em 28 (vinte e oito) determinações, restando pendente de atendimento 1 (uma) determinação - relacionada ao Acórdão nº 2.780/2016/TCU-Plenário. Quanto às recomendações, das 6 (seis) exaradas, 4 (quatro), que dizem respeito ao Acórdão 1743/2016 TCU-Plenário restam pendentes de atendimento.

1.1 Formas de acompanhamento das demandas do TCU: diligências às áreas demandadas

Mensalmente, o controle de processos é feito através da coleta e tratamento dos dados alimentados pela Secretaria desta Auditoria, no intuito de verificar quais processos encontram-se pendentes e com prazo de resposta expirado para que, a partir desta análise, as áreas internas da Autarquia sejam demandadas a sanar pendência ou informar as razões que impossibilitaram o cumprimento do prazo.

Registre-se que em 2016, 1.089 processos tramitaram nesta Auditoria Interna, sendo que 754 processos foram demandas dos órgãos de controle interno e externo, e 335 processos foram demandas internas desta Auditoria Interna para possibilitar a execução de suas atividades, tais como a elaboração dos estudos sobre relevância e criticidade para planejamento das ações de auditoria e, principalmente, para diligenciar sobre as demais áreas internas da Autarquia quanto ao atendimento às demandas dos órgãos de controle.

Temos um servidor designado para o acompanhamento das pendências processuais, supervisionado pela Auditora-chefe. Os dados são extraídos da planilha de movimentação processual do setor, feita em Excel/Calc, alimentada diariamente pela secretária e por 02 estagiárias da secretaria. Após a extração dos dados, estes são confrontados com os dados do Sistema de Protocolo Unificado da Autarquia para determinação das unidades internas a serem demandadas.

1.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.

Observe-se que, dos 1.089 processos tramitados junto à Auditoria Interna no exercício de 2016, 105 espelharam demandas provenientes do Tribunal de Contas da União, que passaremos a detalhar no intuito de fornecer uma visão geral, porém acurada, sobre as referidas demandas.

a) 86 (81,9%) processos foram atendidos ou arquivados, obtendo tratamento conclusivo sobre a matéria demandada, conforme planilha em anexo;

b) 14 (13,3%) foram encaminhados à área técnica responsável para exame e manifestação objetivando análise conclusiva, conforme planilha em anexo. Deste quantitativo, importante frisar que, enquanto em exame, os processos recebem monitoramento específico pelo analista encarregado do exame da matéria; e

c) 5 (4,8%) processos pendentes distribuídos às áreas de competências, as quais mensalmente são diligenciadas para que se manifestem conclusivamente sobre a adoção das providências pertinentes. Registre-se que, dos 5 (cinco) processos pendentes, 2 (dois) referem-se a Acórdãos, conforme abaixo detalhado:

Processo nº 59400.004403/2016-33 – Ofício nº 11.771/TCU/Sefip, de 25/11/2016. Encaminha cópia do Acórdão nº 2.780/2016/TCU-Plenário para adoção das providências pertinentes que apurem indícios de pagamento indevido de pensão à filha solteira de mais de 21 anos. Em 13/12/2016 a DA/CRH foi demandada com prazo para envio do plano de trabalho expirado em 10/02/2017, restando até a data de 10/06/2017 para cumprimento pleno da determinação¹; e Processo nº 59400.000644/2017-94 – Ofício nº 064/2017/MI, de 13/02/2017, protocolado no DNOCS aos 17/02/2017, que encontra-se em exame e será encaminhado à Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica – CPGE/DNOCS e à Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS para busca de solução conjunta e posterior análise do Ministério da Integração Nacional – MI.

¹ Acórdão nº 2.780/2016/TCU-Plenário. Item 9.2. Com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar prazo de 60 dias, a contar da ciência, para que as unidades jurisdicionadas apresentem ao Tribunal de Contas da União plano de ação com prazo para cumprimento e ciência a esta Corte de Contas das medidas determinadas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste Acórdão, a serem implementadas em até 180 dias da ciência da presente deliberação.

Há de se registrar ainda que no Acórdão 9.222/2016-TCU-2ª Câmara, consta determinação, no item 1.9, para que, na ocasião do relatório de gestão, o DNOCS informe a situação atualizada das providências adotadas².

Por meio do Despacho s/n, acostado ao processo nº 59400.003036/2016-51, fls. 86, o Diretor de Infraestrutura Hídrica propôs a edição de uma Portaria destinada a instituir um grupo de trabalho destinado a concluir a regularização fundiária das “glebas de terras desapropriadas e respectivas indenizações referentes à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas/CE e à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Baixo Acaraú. A equipe será composta por membros da Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS e Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção – DP/DNOCS.

2 Formas de acompanhamento das demandas do OCI: sistema Monitor

Em 2016 recebemos o suporte do Sistema Monitor, uma importante ferramenta para o acompanhamento processual realizado por esta auditoria interna referente às recomendações exaradas pela CGU. O referido Sistema oferece um histórico dinâmico para um monitoramento eficaz e continuado, favorecendo a integração da manifestação dos gestores e sua respectiva avaliação pelo órgão de controle.

2.1 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.

Durante o exercício de 2016 tramitaram na Auditoria Interna 229 processos referentes a demandas provenientes da Controladoria-Geral da União, que passaremos a detalhar no intuito de fornecer uma visão geral, porém acurada, sobre as referidas demandas.

a) 51 (22,3%) processos foram atendidos ou arquivados, obtendo tratamento conclusivo sobre a matéria demandada, conforme planilha em anexo;

b) 26 (11,4%) foram encaminhados à área técnica responsável para exame e manifestação objetivando análise conclusiva, conforme planilha em anexo. Deste quantitativo,

² Acórdão 9.222/2016-TCU-2ª Câmara. Item 1.9. Com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno, determinar ao Dnocs que informe, no relatório de gestão das próximas contas daquela entidade, a situação atualizada da regularização fundiária das glebas de terras desapropriadas e respectivas indenizações referentes à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas (inciso III.15 - 4.1.1.12 do RA) e à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Baixo Acaraú (inciso III.17 - item 4.1.1.20 do RA).

importante frisar que, enquanto em exame, os processos recebem monitoramento específico pelo analista encarregado do exame da matéria;

c) 108 (47,1%) estão em monitoramento específico pois se referem a demandas provenientes de ações da CGU que necessitam de acompanhamento constante por tratar-se, em maioria, de matérias afetas ao Sistema Monitor referente ao Plano de Providências Permanente; e

c) 44 (19,2%) processos pendentes distribuídos às áreas de competências, as quais mensalmente são diligenciadas para que se manifestem conclusivamente sobre a adoção das providências pertinentes.

Deliberações do TCU ao DNOCS em 2016 - pendentes

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
011.706/2014-7	Acórdão nº 2.780/2016/TCU – Plenário	9.2	Ofício nº 11771/2016-TCU/Sefip, de 25/11/2016	12/12/16
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas				
Descrição da determinação/recomendação				
com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar prazo de 60 dias, a contar da ciência, para que as unidades jurisdicionadas apresentem ao Tribunal de Contas da União plano de ação com prazo para cumprimento e ciência a esta Corte de Contas das medidas determinadas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste Acórdão, a serem implementadas em até 180 dias da ciência da presente deliberação;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Diretoria Administrativa – DA/DNOCS está elaborando as planilhas para envio de comunicado aos interessados. A unidade foi demandada em 13/12/2016 a apresentar plano de trabalho até a data de 10/02/2017, restando pendente de atendimento. O prazo para cumprimento pleno da determinação é data de 10/06/2017.				

Deliberações do TCU ao DNOCS em 2016 - pendentes

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
013.478/2015-0	Acórdão nº 1.743/2016/TCU – Plenário	9.6.1	Ofício nº 64 2017/MI	16/02/17
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas				
Descrição da determinação/recomendação				
estabeleçam mecanismos de planejamento integrado de metas para empreendimentos no Semiárido destinados ao aumento da disponibilidade hídrica em sistemas de abastecimento de água, mediante soluções conjuntas de racionalização de esforços e recursos financeiros, de forma a alcançar a maior efetividade possível para a população alvo da política;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O processo encontra-se em exame e será encaminhado à Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica – CPGE/DNOCS e à Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS para busca de solução conjunta e posterior análise do Ministério da Integração Nacional – MI.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
013.478/2015-0	Acórdão nº 1.743/2016/TCU – Plenário	9.6.2	Ofício nº 64 2017/MI	16/02/17
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas				
Descrição da determinação/recomendação				
nas transferências voluntárias para empreendimentos destinados ao aumento da disponibilidade hídrica em sistemas de abastecimento de água, pactuem metas de aumento da oferta de água aos sistemas a serem beneficiados e monitore a sua evolução em períodos previamente definidos e formalizados no instrumento de celebração;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O processo encontra-se em exame e será encaminhado à Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica – CPGE/DNOCS e à Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS para busca de solução conjunta e posterior análise do Ministério da Integração Nacional – MI.				

Deliberações do TCU ao DNOCS em 2016 - pendentes

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
013.478/2015-0	Acórdão nº 1.743/2016/TCU – Plenário	9.6.3	Ofício nº 64 2017/MI	16/02/17
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas				
Descrição da determinação/recomendação				
incluam, em seus processos de trabalho, de modo integrado, ferramentas de automação, de modo a promover a conjugação de dados oriundos das diversas bases à disposição da administração federal, tais como as do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dos sistemas de acompanhamento das transferências voluntárias;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O processo encontra-se em exame e será encaminhado à Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica – CPGE/DNOCS e à Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS para busca de solução conjunta e posterior análise do Ministério da Integração Nacional – MI.				

Deliberações do TCU ao DNOCS em 2016 - pendentes

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
013.478/2015-0	Acórdão nº 1.743/2016/TCU – Plenário	9.7	Ofício nº 64 2017/MI	16/02/17
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas				
Descrição da determinação/recomendação				
recomendar ao Ministério da Integração Nacional e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que incluam e desenvolvam em seus processos de trabalho ferramentas de automação e/ou sistemas de acompanhamento das obras financiadas por suas transferências voluntárias, em todas as suas modalidades, que contemplem o registro das vistorias realizadas e situação das obras;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O processo encontra-se em exame e será encaminhado à Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica – CPGE/DNOCS e à Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS para busca de solução conjunta e posterior análise do Ministério da Integração Nacional – MI.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
TC 018.3511/2009-0	9.222/2016 – 2ª Câmara	1.9	Of.2094/16-TCU/SECEX-CE 238.16	06/09/16
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas				
Descrição da determinação/recomendação				
Com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno, determinar ao Dnocs que informe, no relatório de gestão das próximas contas daquela entidade, a situação atualizada da regularização fundiária das glebas de terras desapropriadas e respectivas indenizações referentes à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas (inciso III.15 - 4.1.1.12 do RA) e à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Baixo Acaraú (inciso III.17 - item 4.1.1.20 do RA).				
Providência adotada				
Por meio do Despacho s/n, acostado ao processo nº 59400.003036/2016-51, fls. 86, o Diretor de Infraestrutura Hídrica propôs a edição de uma Portaria destinada a instituir um grupo de trabalho destinado a concluir a regularização fundiária das “glebas de terras desapropriadas e respectivas indenizações referentes à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas/CE e à 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Baixo Acaraú. A equipe será composta por membros da Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS e Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção – DP/DNOCS.				

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
14	-	-	9	-	-	-	-	5

* Especificar razões
(Apoena)

Fonte: **Sistema de Protocolo Interno do DNOCS**

Razões para “Outros Casos”

*Primeiramente, cabe considerar que esses “Outros Casos” são passíveis de Tomada de Contas Especial, não cabendo aqui o termo “Dispensadas”, podendo considerar esse número como Tomada de Contas Especial a serem instauradas.



Entre as principais razões para a ainda não instauração da Tomada de Contas Especial destes casos é o número reduzido de servidores para desempenhar tal tarefa. Atualmente o Setor de Contabilidade dispõe somente de 1 (hum) servidor para tal, sendo designado para o mesmo servidor tarefas como gestão de transferência de Convênios (controle nos casos de A liberar, A comprovar, A aprovar, Inadimplência Efetiva e Suspensa), além de eventualmente responder a órgãos de Controle Interno e Externo, Ministério Público, Polícia Federal e Tribunais de Justiça informações sobre quaisquer convênios.

Item 5.4 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

O DNOCS observa a ordem cronológica de seus pagamentos conforme determina o art. 5º da lei 8.666/93. Ao longo do ano de 2016 a rotina de pagamentos foi analisada e melhorada para dar mais clareza a esse item.

No dia 07 de junho de 2016 foi emitido um memorando circular (nº 29/DA) para a Central e demais unidades administrativas com orientações e critérios acerca da ordem de pagamento das obrigações. Dentre eles, destacamos o fluxo de pagamento e a definição da data da exigibilidade para fins de classificação dos credores (alterada posteriormente).

Uma planilha de controle também foi elaborada e utilizada na Central para podermos acompanhar melhor os pagamentos. Segue modelo abaixo:


Ministério da Integração Nacional

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Coordenação de Recursos Financeiros
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira

***Vencimento:**
 1º : Data de vencimento da fatura que consta no processo
 2º : Quando não houver vencimento, vale a data de entrada do processo na CRF ou no Serviço Administrativo (nas CESTs)

CONTROLE DE PROCESSOS DE PAGAMENTO - 2016
 UG 193002 - FONTE 100/400/D/3


Processo	Empresa	Valor R\$	Vencimento	Ordem	Ordem Bancária	Data Pagamento	Ordem Pagamento	Verificação	Observação
				-			-	-	
				-			-	-	
				-			-	-	
				-			-	-	
				-			-	-	

Ao dar entrada no setor financeiro, os processos de pagamentos eram lançados na planilha acima e ordenados com base na data de sua exigibilidade, que fora definida na época como sendo:

- a data do vencimento impressa nas faturas;

- a data de entrada do processo de pagamento no setor financeiro, nos casos em que não existisse data de vencimento na fatura.

Em outubro de 2016, iniciamos a elaboração de uma Norma Operacional com o objetivo de detalhar melhor a elaboração da lista de credores, com a definição de mais critérios, orientações mais claras e de uma forma mais abrangente. Segue abaixo “print” de parte da minuta:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

MINUTA – PENDENTE DE APROVAÇÃO
NORMA OPERACIONAL Nº 001/ DNOCS/DA/CRF, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a ordem cronológica dos pagamentos realizados no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Norma Operacional institui procedimentos a serem adotados para a adequada observância da ordem cronológica dos pagamentos realizados no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, em cumprimento ao artigo 5º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Subordinam-se a essa Norma a Administração Central do DNOCS e todas as Coordenadorias Estaduais vinculadas ao órgão.

Art. 2º Entende-se por ordem cronológica de pagamento a classificação, sempre da mais antiga para a mais nova, que as obrigações recebem ao ingressarem no setor financeiro, sejam elas oriundas de aquisição de bens ou de prestação de serviços.

Em decorrência da notícia de que o Ministério do Planejamento elaboraria uma Instrução Normativa sobre o assunto, essa minuta ficou pendente de aprovação, aguardando as futuras instruções.

Em 6 de Dezembro de 2016 o Ministério do Planejamento publicou a IN 02/2016, e assim a minuta foi remodelada com base nos preceitos estabelecidos, e agora será aprovada e implantada no início de 2017.

5.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

EMPRESA	CNPJ	CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA	REDUÇÃO DO VALOR CONTRATUAL - ECONOMIA
EMSA	17.393.547/0001-05	PGE- 46/2002	EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS, FORNECIMENTO E MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, DO PROJETO BAIXO ACARAÚ - 2ª ETAPA, NO ESTADO DO CEARÁ	26/04/2017	338.268,68
EIT	13.424.192/0001-05	DNOCS-21/2012	IMPLANTAÇÃO DA 1ª ETAPA DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SANTA CRUZ APODI, NO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE	10/06/2020	647.169,18
MENDES JUNIOR	19.394.808/0001-29	DNOCS-25/2013	SERVIÇOS REMANESCENTES DAS OBRAS CIVIS, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DO PROJETO TABULEIROS LITORÂNEOS DE PARNAIBA-PI	03/04/2017	1.864.296,99
GAID	06.352.754/0001-97	DNOCS-27/2013	IMPLANTAÇÃO DO REASSENTAMENTO DA 2ª ETAPA DO PROJETO TABULEIROS DE RUSSAS-CE	19/12/2015	63.163,09
S&V CONTRUÇÕES	07.419.365/0001-02	DNOCS-50/2012	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE 5,772 CISTERNAS POLIETILENO E BOMBAS D'ÁGUA INDIVIDUAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	06/04/2015	115.708,23
EDMIL CONSTRUÇÕES	03.382.356/0001-25	DNOCS-51/2012	SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE 12.000 CISTERNAS DE POLIETILENO D'ÁGUA INDIVIDUAIS, NO ESTADO DO CEARÁ	29/01/2015	40.179,88
EDMIL CONSTRUÇÕES	03.382.356/0001-25	DNOCS-52/2012	SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE 4.000 CISTERNAS DE POLIETILENO D'ÁGUA INDIVIDUAIS, NO ESTADO DA PARAÍBA	29/01/2015	16.918,76
Total					R\$ 3.085.704,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 02/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.232.142,00	2.232.142,00	3.724.276,82	1.492.134,82
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.798.285,00	1.798.285,00	1.719.832,69	-78.452,31
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.798.285,00	1.798.285,00	1.658.711,54	-139.573,46
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	61.121,15	61.121,15
Receita Agropecuária	119.303,00	119.303,00	115.476,30	-3.826,70
Receita Industrial	-	-	1.748,42	1.748,42
Receitas de Serviços	311.642,00	311.642,00	572.613,82	260.971,82
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	296.220,00	296.220,00	572.613,82	276.393,82
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	15.422,00	15.422,00	-	-15.422,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	2.912,00	2.912,00	1.314.605,59	1.311.693,59
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	2.611,08	2.611,08
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.912,00	2.912,00	1.311.994,51	1.309.082,51
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	9.923.580,00	9.923.580,00	2.296.779,59	-7.626.800,41
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	9.923.580,00	9.923.580,00	2.296.779,59	-7.626.800,41
Alienação de Bens Móveis	436.599,00	436.599,00	6.549,77	-430.049,23
Alienação de Bens Imóveis	9.486.981,00	9.486.981,00	2.290.229,82	-7.196.751,18
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
MISSÃO 02/03/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	12.155.722,00	12.155.722,00	6.021.056,41	-6.134.665,59
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	12.155.722,00	12.155.722,00	6.021.056,41	-6.134.665,59
DÉFICIT			1.049.084.788,25	1.049.084.788,25
TOTAL	12.155.722,00	12.155.722,00	1.055.105.844,66	1.042.950.122,66
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	4.000.000,00	4.000.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	795.837.141,00	826.770.897,00	764.539.563,32	757.886.712,79	757.791.060,31	62.231.333,68
Pessoal e Encargos Sociais	733.510.013,00	758.577.094,00	701.563.724,64	701.498.097,96	701.498.097,96	57.013.369,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	62.327.128,00	68.193.803,00	62.975.838,68	56.388.614,83	56.292.962,35	5.217.964,32
DESPESAS DE CAPITAL	373.020.990,00	452.050.348,00	290.566.281,34	89.143.790,71	77.184.798,93	161.484.066,66
Investimentos	371.281.080,00	450.325.438,00	290.566.281,34	89.143.790,71	77.184.798,93	159.759.156,66
Inversões Financeiras	1.739.910,00	1.724.910,00	-	-	-	1.724.910,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.168.858.131,00	1.278.821.245,00	1.055.105.844,66	847.030.503,50	834.975.859,24	223.715.400,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 02/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.168.858.131,00	1.278.821.245,00	1.055.105.844,66	847.030.503,50	834.975.859,24	223.715.400,34
TOTAL	1.168.858.131,00	1.278.821.245,00	1.055.105.844,66	847.030.503,50	834.975.859,24	223.715.400,34

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.137.147,94	10.501.939,20	9.660.604,24	9.659.767,87	8.434.418,45	1.544.900,82
Pessoal e Encargos Sociais	1.018,05	1.089,87	785,60	785,60	1.322,32	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.136.129,89	10.500.849,33	9.659.818,64	9.658.982,27	8.433.096,13	1.544.900,82
DESPESAS DE CAPITAL	235.323.679,23	149.358.788,61	151.185.692,44	149.421.677,13	112.911.160,99	122.349.629,72
Investimentos	235.323.679,23	149.358.788,61	151.185.692,44	149.421.677,13	112.911.160,99	122.349.629,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	244.460.827,17	159.860.727,81	160.846.296,68	159.081.445,00	121.345.579,44	123.894.530,54

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	134.277,51	5.455.908,85	5.515.594,82	74.591,54	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	134.277,51	5.455.908,85	5.515.594,82	74.591,54	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.560.886,06	53.040.079,60	50.056.511,23	4.661.986,90	3.882.467,53
Investimentos	5.560.886,06	53.040.079,60	50.056.511,23	4.661.986,90	3.882.467,53
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	5.695.163,57	58.495.988,45	55.572.106,05	4.736.578,44	3.882.467,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA

EMISSION
02/03/2017

PAGINA
1

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	6.021.056,41	7.099.401,05	Despesas Orçamentárias	1.055.105.844,66	956.223.549,39
Ordinárias	1.899.840,79	1.849.178,60	Ordinárias	948.207.210,34	858.263.326,38
Vinculadas	4.667.475,40	5.250.222,45	Vinculadas	106.898.634,32	97.960.223,01
Alienação de Bens e Direitos	1.658.724,89		Seguridade Social (Exceto RGPS)	101.648.243,93	86.993.818,46
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.008.750,51	5.250.222,45	Operação de Crédito		2.657.480,32
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-546.259,78	-	Alienação de Bens e Direitos	429.206,47	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.806.727,58	8.308.924,23
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	14.456,34	
Transferências Financeiras Recebidas	2.101.296.547,45	2.080.579.114,37	Transferências Financeiras Concedidas	1.057.459.233,22	1.069.872.649,34
Resultantes da Execução Orçamentária	1.651.821.670,28	1.529.331.292,52	Resultantes da Execução Orçamentária	827.866.731,80	766.936.886,38
Repasse Recebido	824.069.314,48	762.428.228,16	Repasse Concedido	14.376,00	33.822,02
Sub-repasse Recebido	827.752.355,80	766.903.064,36	Sub-repasse Concedido	827.752.355,80	766.903.064,36
Independentes da Execução Orçamentária	449.474.877,17	551.247.821,85	Repasse Devolvido	100.000,00	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	448.891.905,98	551.246.856,42	Independentes da Execução Orçamentária	229.592.501,42	302.935.762,96
Movimentação de Saldos Patrimoniais	582.971,19	965,43	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	227.650.844,02	301.086.584,36
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.941.657,40	1.849.178,60
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	227.621.283,86	176.509.188,71	Despesas Extraorçamentárias	221.813.705,00	279.346.194,94
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	12.054.644,26	15.874.991,31	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	55.572.106,05	74.556.302,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	208.075.341,16	159.860.727,81	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	159.081.445,00	204.654.960,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.245.929,15	-257.436,99	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.158.317,10	130.169,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	245.369,29	1.030.906,58	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.836,85	4.761,67
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.825,74	5.449,74	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.836,85	4.761,67
Demais Recebimentos	241.543,55	1.025.456,84			
Saldo do Exercício Anterior	15.451.280,81	56.705.970,35	Saldo para o Exercício Seguinte	16.011.385,65	15.451.280,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.451.280,81	56.705.970,35	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.011.385,65	15.451.280,81
TOTAL	2.350.390.168,53	2.320.893.674,48	TOTAL	2.350.390.168,53	2.320.893.674,48



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 02/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	449.475.614,08	356.860.166,76	PASSIVO CIRCULANTE	23.627.301,42	74.174.705,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.011.385,65	15.451.280,81	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.696.519,01	7.760.412,90
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	432.480.305,24	340.598.253,59	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.629.000,53	55.112.894,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	966.062,78	804.432,37	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	17.860,41	6.199,99	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	10.301.781,88	11.301.398,39
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.167.253.276,89	3.992.647.672,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.482,79	4.482,79
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.642.824,89	20.615.296,53	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	23.636.608,85	20.609.080,49	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	23.636.608,85	20.609.080,49	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.216,04	6.216,04	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	1.147.968,39	1.147.968,39	Provisões de Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	1.147.968,39	1.147.968,39	Demais Obrigações a Longo Prazo	4.482,79	4.482,79
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.147.968,39	1.147.968,39	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	23.631.784,21	74.179.188,08
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	4.138.824.870,26	3.967.246.794,18			
Bens Móveis	58.187.112,01	59.365.083,17			
Bens Móveis	78.924.368,07	75.331.593,49			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-20.737.256,06	-15.966.510,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.080.637.758,25	3.907.881.711,01			
Bens Imóveis	4.089.356.383,87	3.912.588.212,69			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-8.718.625,62	-4.706.501,68			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	3.637.613,35	3.637.613,35			
Softwares	1.435.840,12	1.435.840,12			
Softwares	1.435.840,12	1.435.840,12			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 02/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	4.616.728.890,97	4.349.507.839,21	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.616.728.890,97	4.349.507.839,21

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	16.011.385,65	15.507.945,88	PASSIVO FINANCEIRO	349.020.113,80	470.622.816,79
ATIVO PERMANENTE	4.600.717.505,32	4.333.999.893,33	PASSIVO PERMANENTE	4.814.624,03	7.874.160,87
			SALDO PATRIMONIAL	4.262.894.153,14	3.871.010.861,55

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	474.701.434,64	272.367.700,80	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	838.544.773,51	939.135.263,67
Execução dos Atos Potenciais Ativos	474.701.434,64	272.367.700,80	Execução dos Atos Potenciais Passivos	838.544.773,51	939.135.263,67
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	26.834.030,17	26.807.158,26	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	447.284.988,52	244.978.126,59	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	214.618.757,69	310.401.325,21
Direitos Contratuais a Executar	582.415,95	582.415,95	Obrigações Contratuais a Executar	623.926.015,82	628.733.938,46
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	474.701.434,64	272.367.700,80	TOTAL	838.544.773,51	939.135.263,67

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-337.054.192,19
Recursos Vinculados	4.045.464,04
Seguridade Social (Exceto RGPS)	26.667,76
Operação de Crédito	-587.987,12
Alienação de Bens e Direitos	1.229.516,32
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.377.267,08
TOTAL	-333.008.728,15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 02/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.162.377.978,83	2.140.937.560,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.405.780,43	2.293.508,83
Venda de Mercadorias	115.476,30	75.161,03
Vendas de Produtos	1.748,42	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.288.555,71	2.218.347,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.596.148,17	601.251,01
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.596.148,17	601.067,72
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	183,29
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.104.144.137,10	2.084.558.422,12
Transferências Intragovernamentais	2.101.296.547,45	2.080.579.114,37
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.847.589,65	3.979.307,75
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	32.132.064,73	31.545.068,81
Reavaliação de Ativos	25.662.266,65	14.636.498,85
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	546.286,46	308.237,47
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.923.511,62	16.600.332,49
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	19.099.848,40	21.939.309,90
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	1.814.942,65	2.993.667,34
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 02/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.284.905,75	18.945.642,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.864.470.830,38	2.104.397.402,65
Pessoal e Encargos	202.860.227,25	218.812.352,19
Remuneração a Pessoal	156.280.506,86	175.327.188,34
Encargos Patronais	30.136.381,41	29.147.819,88
Benefícios a Pessoal	16.097.986,16	14.277.323,80
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	345.352,82	60.020,17
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	528.591.804,09	478.228.759,34
Aposentadorias e Reformas	255.212.272,03	241.746.238,60
Pensões	272.351.481,94	235.454.373,26
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.028.050,12	1.028.147,48
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	54.869.478,25	55.317.002,54
Uso de Material de Consumo	1.936.298,36	2.171.012,95
Serviços	44.150.310,21	43.648.053,68
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.782.869,68	9.497.935,91
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.062.808.718,35	1.079.397.844,11
Transferências Intragovernamentais	1.057.459.233,22	1.069.872.649,34
Transferências Intergovernamentais	2.886.017,24	6.034.058,65
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	26.996,25
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.463.467,89	3.464.139,87
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	15.179.359,58	271.784.573,68
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	7.110.970,13	450.816,31
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	456,08	1.095.685,41
Incorporação de Passivos	2.569.053,61	15.108.445,77
Desincorporação de Ativos	5.498.879,76	255.129.626,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 02/03/2017	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	24.421,04	58.484,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	35.435,65
Contribuições	24.421,04	23.048,83
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	136.821,82	798.386,31
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	136.821,82	798.386,31
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	297.907.148,45	36.540.158,02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 02/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	205.625.939,06	202.851.319,45
INGRESSOS	2.112.512.122,71	2.085.458.317,67
Receitas Derivadas e Originárias	3.724.276,82	4.105.733,71
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.719.832,69	2.128.844,99
Receita Agropecuária	115.476,30	75.161,03
Receita Industrial	1.748,42	-
Receita de Serviços	572.613,82	89.502,81
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.314.605,59	1.812.224,88
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.108.787.845,89	2.081.352.583,96
Ingressos Extraorçamentários	7.245.929,15	-257.436,99
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.825,74	5.449,74
Transferências Financeiras Recebidas	2.101.296.547,45	2.080.579.114,37
Demais Recebimentos	241.543,55	1.025.456,84
DESEMBOLSOS	-1.906.886.183,65	-1.882.606.998,22
Pessoal e Demais Despesas	-741.731.826,95	-719.474.823,93
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-213.483.218,88	-202.675.153,52
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-516.278.229,67	-505.542.292,88
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-2.757.284,37	-735.762,09
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-9.180.907,17	-9.575.940,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 02/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

	2016	2015
Organização Agrária	-	-
Indústria	-30.350,01	-940.913,11
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.836,85	-4.761,67
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-100.536.806,38	-93.129.355,29
Intergovernamentais	-69.600.373,48	-63.534.626,86
A Estados e/ou Distrito Federal	-54.124.042,00	-59.040.000,00
A Municípios	-15.476.331,48	-4.494.626,86
Intragovernamentais	-30.936.432,90	-29.567.732,18
Outras Transferências Concedidas	-	-26.996,25
Outros Desembolsos das Operações	-1.064.617.550,32	-1.070.002.819,00
Dispêndios Extraorçamentários	-7.158.317,10	-130.169,66
Transferências Financeiras Concedidas	-1.057.459.233,22	-1.069.872.649,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-205.065.834,22	-244.106.008,99
INGRESSOS	2.296.779,59	2.993.667,34
Alienação de Bens	2.296.779,59	2.993.667,34
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-207.362.613,81	-247.099.676,33
Aquisição de Ativo Não Circulante	-186.355.698,77	-202.124.412,96
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.006.915,04	-44.975.263,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 02/03/2017	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	560.104,84	-41.254.689,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	15.451.280,81	56.705.970,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	16.011.385,65	15.451.280,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
EXERCICIO 2016
EMISSION 02/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	4.213.041.343,42	-	-	4.213.041.343,42
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	25.747.149,69	-	-	25.747.149,69
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	36.540.158,02	-	-	36.540.158,02
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	4.275.328.651,13	-	-	4.275.328.651,13

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	4.275.328.651,13	-	-	4.275.328.651,13
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	19.861.307,18	-	-	19.861.307,18
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	297.907.148,45	-	-	297.907.148,45
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	4.593.097.106,76	-	-	4.593.097.106,76



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Taxas Utilizadas para os Cálculos de Depreciação, Amortização e Exaustão

CONTA	NOMECLATURA	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL	TX DPC (ANUAL)	TX DPC (MENSAL)
123110101	APARELHOS DE MEDICAÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10,00%	6,00%	0,50%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20,00%	8,00%	0,67%
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONT,LAB E HOSP	15	20,00%	5,33%	0,44%
123110104	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ ESPORTES E DIVERSOES	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO,SEGURAÇA E SOCORRO	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10,00%	4,50%	0,38%
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10,00%	6,00%	0,50%
123110109	MAQUINAS,FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110110	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10,00%	18,00%	1,50%
123110111	EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110112	EQUIPAMENTOS,PEÇAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10,00%	18,00%	1,50%
123110113	EQUIPAMENTOS,PEÇAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10,00%	6,00%	0,50%
123110114	EQUIPAMENTOS,PEÇAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10,00%	3,00%	0,25%
123110115	EQUIPAM. PEÇAS E ACESSORIOS PROTEÇÃO AO VOO	30	10,00%	3,00%	0,25%
123110116	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTOS	15	10,00%	6,00%	0,50%
123110118	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10,00%	4,50%	0,38%
123110119	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110120	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110123	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS – CONSTRUÇÃO CIVIL	20	10,00%	4,50%	0,38%

123110124	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110199	OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10,00%	18,00%	1,50%
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110304	UTENSILIOS EM GERAL	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0,00%	10,00%	0,83%
123110403	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10,00%	18,00%	1,50%
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10,00%	4,50%	0,38%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110407	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110499	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS ,EDUCAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO	10	10,00%	9,00%	0,75%
123110501	VEICULOS EM GERAL	15	10,00%	6,00%	0,50%
123110502	VEICULOS FERROVIARIOS	30	10,00%	3,00%	0,25%
123110503	VEICULOS DE TRAÇÃO MECANICA	15	10,00%	6,00%	0,50%
123110504	CARROS DE COMBATE	30	10,00%	3,00%	0,25%
123110506	EMBARCAÇÕES	20	10,00%	4,50%	0,38%
123110900	ARMAMENTOS	20	15,00%	4,25%	0,35%
123111000	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10,00%	9,00%	0,75%
123119904	ARMAZENS ESTRUTURAIS – COBERTURA DE LONA	10	10,00%	9,00%	0,75%
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10,00%	9,00%	0,75%